

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA - CULTURA E POLÍTICA  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E NARRATIVAS

ELOARA DOS SANTOS COTRIM

“A (DES) QUALIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA: OS PERIGOS E AS  
CONSEQUÊNCIAS DA CIÊNCIA NATURALISTA DO SÉCULO XIX”

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARINGÁ

2023

ELOARA DOS SANTOS COTRIM

A (DES) QUALIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA: OS PERIGOS E AS  
CONSEQUÊNCIAS DA CIÊNCIA NATURALISTA DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História da Universidade Estadual de Maringá, como  
requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos

Coorientador: Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe

MARINGÁ  
2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C845d

Cotrim, Eloara dos Santos

A (des)qualificação da mulher negra : perigos e consequências da ciência naturalista do Século XIX / Eloara dos Santos Cotrim. -- Maringá, PR, 2023.  
125 f.: il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos.

Coorientador: Prof. Dr. Delton Aparecido Felipe.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2023.

1. Mulher negra - Século 19. 2. Ciência - Século 19. 3. Racismo científico. 4. Naturalistas - Brasil. 5. Viagens - Brasil. I. Santos, Christian Fausto Moraes dos, orient. II. Felipe, Delton Aparecido, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

CDD 23.ed. 981.03

Márcia Regina Paiva - CRB-9/1267

ELOARA DOS SANTOS COTRIM

A (DES)QUALIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA: PERIGOS E CONSEQUÊNCIAS DA  
CIÊNCIA NATURALISTA DO SÉCULO XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em História da Universidade Estadual  
de Maringá, como requisito para a obtenção do  
título de Mestre em História.

Aprovada em:

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. Christian Fausto Moraes dos Santos Universidade Estadual de Maringá – UEM


Presidente/Orientador



---

Profª. Dra. Marivânia Conceição Araújo Universidade Estadual de Maringá – UEM

Examinadora

 Documento assinado digitalmente  
MARIVANIA CONCEICAO DE ARAUJO  
Data: 06/09/2023 08:39:43-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

---

Profª. Dra. Josiane Silva de Oliveira Universidade Estadual de Maringá - UEM

Examinadora



---

MARINGÁ

2023

Dedico esta dissertação a quem me apoiou no processo de sua produção.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus avós Domingas Francisca dos Santos e Valdomiro Pereira dos Santos, que mesmo não estando mais comigo fisicamente, me fazem me sentir amada e cuidada aonde quer que eu vá. Agradeço à minha mãe, Lucimeiry Francisca dos Santos, por ser exemplo, incentivo, força e casa. Agradeço à minha amiga Giovanna Bem Borges por sempre se fazer presente e me lembrar das coisas boas. Agradeço ao meu orientador Christian Fausto Moraes e ao meu coorientador Delton Aparecido Felipe pelo nascimento e pelo desenvolvimento dessa pesquisa. À minha bolsa de estudos fornecida pela CAPES que me possibilitou permanecer na pós-graduação até o fim. E a todos que atravessaram esse processo ao longo de seu desenvolvimento através de aulas, indicações, reuniões, encontros acadêmicos. Professores, colegas de laboratório, mestrandos que entraram na pós-graduação comigo e doutorandos também. E um agradecimento especial ao Pinguinho, meu cachorrinho, que me escolheu e ficou comigo até o fim, nos bons e nos maus momentos, cuidando de mim mais que eu cuidava dele.

"Ser mulher é difícil. Negra, ainda muito mais. Mas, se você parar porque é negra e é mulher, não chega a lugar nenhum" – Elza Soares (1937-2022)

## RESUMO

Os objetivos da dissertação envolvem ambientalizar e contextualizar o cenário no qual a ciência moderna se desenvolveu no recorte temporal do século XIX, com foco principal em tratar do lugar que os cientistas reservaram para a população negra, mais especificamente para as mulheres negras, em seus estudos, considerações e determinações. Para elucidar esse contexto naturalista do século XIX serão abordados temas como o surgimento dos naturalistas e seus métodos de trabalho, suas teorias, como a teoria da Cadeia do Ser, as viagens que faziam e o conceito do olhar do viajante. Como fonte principal será analisado o relato de viagem elaborado por Luís Agassiz e sua esposa Elizabeth Cary Agassiz na expedição que fizeram pelo Brasil nos anos de 1865 e 1866. A partir do relato, serão trazidos temas como a preocupação que partia dos brancos com relação à liberdade dos ex-escravizados naquele momento da história do Brasil, o apoio considerável recebido pelos expedidores do Imperador do Brasil, as expectativas *versus* os objetivos alcançados por Agassiz em sua expedição patrocinada pelo Brasil, e até mesmo sua “contratação” da mão de obra de pessoas negras escravizadas para auxiliá-lo durante a expedição. O que fica evidente no relato do casal Agassiz é que a primeira impressão que ambos adquirem a respeito da população negra encontrada no Brasil se mantém intacta e ao longo do tempo foi se tornando verdadeiramente e cientificamente aversiva. A partir daí teorias foram elaboradas para que a aversão do casal à mestiçagem fosse aceita com argumentos científicos e como a única verdade. Aspectos muito específicos a respeito da escravidão no Brasil são relatados, assim como a percepção das diferenças entre os negros daqui e os negros habitantes dos Estados Unidos. Para focar no que tange as especificidades do lugar ocupado pelas mulheres negras dentro da ciência naturalista daquele período, a partir do relato do casal Agassiz e das descrições físicas e intelectuais que eles dão de Alexandrina, serão observadas as estratégias de inferiorização elaboradas por esses cientistas para que conseguissem desprover essas mulheres de humanidade de modo a não se responsabilizarem pelas atrocidades e violações que cometiam em relação a essas mulheres e aos seus corpos.

**Palavras-chave:** século XIX; relatos de viagem; mulher negra; racismo científico.



## ABSTRACT

The purpose of the dissertation is environmentalizing the scenario in which modern science developed in the 19th century, focusing on dealing with the place that scientists reserved for black people, more specifically, for black women, in their studies, considerations and determinations. To elucidate this naturalist context of the 19th century, topics such as the emergence of naturalists and their working methods, their theories, such as the Chain of Being theory, the trips they made and the concept of the traveler's gaze will be addressed. As the main source, the travel report written by Louis Agassiz and his wife Elizabeth Cary Agassiz in the expedition they made through Brazil in the Years 1865 and 1866 will be analyzed. From the report, themes such as the concern that stemmed from whiteness regarding the freedom of former slaves at that moment in the history of Brazil, the considerable support received by the dispatchers of the Brazil's emperor the expectations versus the objectives achieved by Agassiz in his expedition sponsored by Brazil and even his "hiring" of enslaved black people to help him during the expedition. It is evident in the Agassiz's report that the first impression they both acquire about black people that they found in Brazil remains intact and over time has become truly and scientifically aversive. From there, theories were elaborated so that the couple's aversion to miscegenation was accepted with scientific arguments and as the only truth. Very specific aspects about slavery in Brazil are reported, as well as the perception of differences between black people here and black people living in the United States. In order to focus on the specificities of the place occupied by black women within the naturalistic Science of the period, based on the report of the Agassiz couple and the physical and intellectual descriptions they give of Alexandrina, the inferiorization strategies developed by these scientists to who managed to deprive these women of humanity so as not to take responsibility for the atrocities and violations they committed with these women and their bodies.

**Keywords: 19th century; Travel reports; Black Woman; Scientific racism.**

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1– Colheita do café .....	50
Figura 2– Mina Gege .....	79
Figura 3– Mina Igeichá .....	80
Figura 4– Mina Eba .....	81
Figura 5– Cartão postal de Apollo .....	81
Figura 6– Mulher não identificada em Manaus .....	82
Figura 7– Mulher não identificada em Memphis .....	87
Figura 8– Mulher não identificada em Memphis .....	87
Figura 9– Alexandrina .....	90
Figura 10– Olympia de Manet .....	96
Figura 11– Vênus de Urbino .....	97
Figura 12– Maja Nua .....	97
Figura 13– Odalisque .....	98
Figura 14- The Servant.....	98
Figura 15– Vênus hotentote .....	100
Figura 16- Bela Hotentote .....	102
Figura 17– Olympia de Picasso .....	105

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	OS AGASSIZ EM MEIO A OUTROS NATURALISTAS DO SÉCULO XIX .....	13
	2.1 As teorias naturalistas do século XIX.....	13
	2.2 Os viajantes e os relatos de viagem do século XIX.....	17
	2.3 O casal naturalista Luís e Elizabeth Agassiz.....	20
	2.4 Como a Guerra de Secessão está relacionada ao medo dos brancos de libertar as pessoas negras da escravidão.....	26
3	A EXPEDIÇÃO THAYER E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA .....	31
	3.1 A expedição do casal Agassiz pelo Brasil no século XIX.....	31
	3.2 Eugenia .....	37
	3.3 As primeiras observações de viagem do casal Agassiz .....	40
	3.4 A miscigenação na perspectiva do casal Agassiz .....	46
	3.5 Possibilidades de emancipação do trabalho no pós-escravismo negro.....	49
	3.6 O trabalho negro feminino no Brasil do século XIX.....	55
4	HERANÇAS EUGÊNICAS DA IDENTIDADE NACIONAL .....	62
	4.1 O racismo científico e a construção do nacionalismo .....	62
	4.2 As consequências do naturalismo para a vida das pessoas negras que viviam em diáspora e seus descendentes .....	72
	4.3 A fotografia científica do século XIX.....	76
5	O LUGAR DA MULHER NEGRA NA CIÊNCIA MODERNA DO SÉCULO XIX .....	89
	5.1 Alexandrina e outras mulheres negras no relato do casal Agassiz e na história .....	89
	5.2 Construções imagéticas da mulher negra no século XIX .....	95
	5.3 A saúde da mulher negra no século XIX.....	105
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	115
	FONTE BIBLIOGRÁFICA .....	117
	REFERÊNCIAS .....	117

## 1 INTRODUÇÃO

Partiremos da análise dos discursos naturalistas eugenistas a partir do relato de viagem escrito por Luís e Elizabeth Agassiz para chegar ao objetivo final: travar uma discussão que não culpe, mas trate da responsabilidade da ciência do século XIX na concepção do que se reconhece atualmente como racismo científico, além de evidenciar as especificidades vivenciadas a partir das combinações de raça, gênero e território. Entendendo que esses discursos, hoje tidos como cientificamente racistas, se afirmavam como verdade e por isso derivaram discriminações raciais para com a população negra e especificidades raciais e de gênero para com as mulheres negras. Para isso, o primeiro e o segundo capítulo apresentam uma base para entender por que Agassiz possuía tanto reconhecimento em suas áreas de atuação: quem foram seus mestres, seus sucessores, como seus debates a respeito da temática racial foram alguns dos mais disseminados dentro e fora do meio acadêmico, assim como os tipos de indivíduos que se sentiam representados pelas ideias de Agassiz e quais eram as pessoas que procuravam seus estudos e suas palestras. Assim, oferecem o entendimento necessário para a discussão que prossegue nos próximos capítulos.

O primeiro capítulo será, portanto, um capítulo introdutório que procurará abordar informações a respeito do século XIX, assim como dar um contexto geral sobre os naturalistas e seus feitos que marcaram esse século. Visto que o século XIX representa o principal recorte temporal da dissertação, o primeiro capítulo aborda o fato desse século ter sido marcado por mudanças no meio científico, pelos naturalistas e por suas teorias eugenistas. Portanto, o capítulo trata sobre o olhar de visitante que o viajante traz para o local explorado, assim como procura relatar quem eram Luís e Elizabeth Agassiz, para entender o que havia por trás de suas elaborações.

O segundo capítulo trabalha a chegada dos Agassiz no Brasil, as primeiras impressões a respeito dos brasileiros e da população negra e indígena brasileira, os aspectos da escravidão no Brasil na visão do Agassiz e também sua aversão à mestiçagem. Portanto, trabalha o fato de Agassiz, ao ter estabelecido padrões de perfeição, consequentemente ter estabelecido padrões de imperfeição. Além disso, traz também muitos pontos a respeito da visão de Elizabeth Agassiz, já que um dos primeiros relatos a respeito da população negra encontrada aqui é dado a partir de seu ponto de vista. Sua estadia no Brasil foi marcada por bastante incômodo e ar de superioridade através de sua atitude condescendente com a população daqui.

A partir desse debate, no terceiro capítulo serão trabalhadas as teorias eugênicas, o método naturalista que Agassiz utilizou no seu relato e a importância de se fazer frente ao processo de esquecimento, para que as ideias de Agassiz sejam lembradas, não para serem tomadas como verdade, mas para que se entenda a origem dos equívocos relacionados a temática racial que se sucederam a partir dessas ideias, como, por exemplo, o fato do termo degeneração, muito utilizado por Agassiz, ter tomado o lugar anteriormente ocupado pelo conceito de evolução. Reúne também informações a respeito das coleções fotográficas realizadas com o propósito de ajudarem Agassiz em seus estudos de categorizações raciais produzidas no século XIX. O que se observa em tais fotografias é a desumanização das pessoas nelas presentes, visto que o fotógrafo utilizou recursos que as transformassem em objetos a serem estudados, tornando-os assim desprovidos de humanidade.

Por fim, o quarto capítulo será dedicado a Alexandrina e a outras mulheres negras do século XIX, apresentando o tratamento recebido por elas pelos cientistas do período em questão. Terá seu foco na elaboração do que é responsabilidade da ciência do século XIX no que diz respeito a desumanização dos corpos de mulheres negras.

## 2 OS AGASSIZ EM MEIO A OUTROS NATURALISTAS DO SÉCULO XIX

### 2.1 As teorias naturalistas do século XIX

O século XIX é uma fase histórica marcada, dentre outros atributos, pelo momento em que a história e a cultura europeia ganharam *status* e hegemonia. Tal século desenrolou-se sob a moral cristã, que fez parte tanto da vida secular quanto da vida política dos europeus. Sendo assim, foi um período no qual os cientistas europeus viviam em meio a uma curiosidade que poderia ser tida como inerente ao tempo em que viveram e percebe-se tal curiosidade nos feitos resultantes do século, visto que nele ocorreram profundas transformações industriais, o desenvolvimento dos centros urbanos, o avanço dos meios de comunicação, o aumento dos intercâmbios entre o velho e o novo mundo e uma reestruturação política proveniente de mudanças drásticas nos governos (SOUSA, 2008). Diante de tantas descobertas, também havia estudiosos focados na busca pelo entendimento e classificação dos seres – todos os seres, incluindo os seres humanos. Tais buscas deviam-se muito ao fato dos habitantes do velho mundo terem passado a ter contato com o novo mundo nos séculos anteriores (SOUSA, 2008).

O século XIX representa o recorte temporal da dissertação e foi o século dos laboratórios, das publicações de cunho científico, dos museus, dos viajantes e dos relatos de viagem (SANTOS; CAMPOS, 2012). Por ele ter sido marcado por mudanças no meio científico, abordaremos nesse primeiro capítulo os principais agentes de atuação que se desempenharam nos principais feitos do período, tendo esses feitos continuado a ser bem-vistos ou não com o passar do tempo até os dias atuais. Tais agentes seriam então os naturalistas e as teorias eugenistas elaboradas por eles a partir de seus feitos científicos.

Os naturalistas eram estudiosos que se dedicavam ao estudo da História Natural, ou seja, uma história focada nos aspectos da natureza, fossem animais, plantas, fenômenos da natureza ou aspectos da paisagem. Tal campo de saber inaugurou o emprego do método científico, cujos processos envolviam a separação e classificação de espécies, sempre de maneira que buscasse responder questionamentos a respeito da origem da vida (SANTOS; CAMPOS, 2012). Buscavam compreender o céu, a terra, o ar, os mares, os minerais e para isso, as viagens eram essenciais, assim como os meios de registros do que era visto e observado nos lugares visitados. Daí vem a importância dos relatos de viagem, das artes e das fotografias científicas para o período. As viagens e expedições científicas, bem como a arte, a fotografia e a literatura dos

relatos das viagens são o que representam o universo naturalista. Seus feitos foram realizados a partir de métodos questionadores, observadores e classificatórios que geravam teorias a respeito dos elementos naturais presentes no mundo e tratados na história (SANTOS; CAMPOS, 2012). Foi, portanto, no século XIX que surgiram as sociedades científicas mais especializadas. A partir delas, o saber passou a ser aliado a técnicas mais sofisticadas. Havia a necessidade dos pesquisadores de tratar publicamente os relatos de seus experimentos, especulações, observações e viagens (SANTOS; CAMPOS, 2012).

Uma coisa que será tratada profundamente mais à frente, principalmente durante a análise da fonte documental da dissertação (o relato da viagem que o casal Agassiz fez pelo Brasil durante o século XIX), é o fato de no Brasil do século XIX ser possível observar várias instituições que teriam sido criadas com o incentivo do próprio príncipe regente. Criaram-se escolas médico-cirúrgicas na Bahia e no Rio de Janeiro em 1808 que mais tarde foram transformadas em Faculdades de Medicina em 1832. Da mesma forma, uma Academia Real Militar foi criada em 1810 e deu origem à Escola Central em 1858, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874 e um horto, depois o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (SANTOS; CAMPOS, 2012).

Durante o século XIX, as expedições científicas já estavam sendo encaradas como um empreendimento econômico que poderia ser considerado digno de financiamento (SANTOS; CAMPOS, 2012). Portanto, nesse século os estudiosos buscavam sanar a necessidade de novas possibilidades exploratórias e a partir de 1860 foi possível observar no Brasil uma maior disseminação de sociedades científicas e de museus. Foi a partir desse período que o Naturalismo Científico foi constituído enquanto ideologia articulada, estabelecendo uma rotina universal para métodos e procedimentos científicos (SANTOS; CAMPOS, 2012).

Dentre as teorias que se destacaram no século XIX, mesmo que tivesse sido elaborada nos séculos anteriores, está a Teoria da Cadeia do Ser. Partindo do princípio de que o século XIX se deu sob condições morais cristãs, as investigações filosófico-naturais eram fundamentadas na crença em uma superioridade divina. Portanto, o principal ponto a ser analisado não somente no presente capítulo como na dissertação como um todo é que para esses filósofos naturais, o que chegaria mais perto de representar a superioridade divina em planos terrenos seria o homem branco e caucasiano. Para comprovar suas teorias, naturalistas debruçaram-se em estudo anatomofisiológicos setentistas que analisavam crânios, posturas corporais e características fisionômicas. (SANTOS; CAMPOS; 2014)

Assim, no âmbito das classificações raciais dos seres humanos, surge a teoria da Cadeia do Ser. Esta preconizava a ideia da gradação dos seres vivos que poderia partir da classificação de ser mais imperfeito para o mais perfeito. Baseada no princípio da degenerescência, a cadeia do ser poderia colocar os seres linearmente posicionados de maneira que se estabelecesse hierarquicamente o valor dos seres por meio da degeneração do ser mais perfeito até o mais imperfeito (SANTOS; CAMPOS; 2014). Isso implica em seres humanos considerados perfeitos em detrimento de outros agrupamentos de características semelhantes da espécie humana sendo consideradas imperfeitas. A base da classificação eram os minerais ou cristais, então as plantas, os animais, passando pelos homens e acima destes, em algumas teorias estariam os anjos (SOUSA, 2008). Toda essa ideia de cadeia linear era influenciada pelo tipo de organização hierárquica remetente aos estamentos sociais do antigo regime (SOUSA, 2008). E se o homem branco caucasiano era o ser considerado perfeito e representante da superioridade divina, seria a mulher negra então considerada o completo oposto de tal condição?

A Cadeia do Ser, já naquele período, apresentava dificuldades relacionadas às descobertas de novas espécies já que os estudiosos em dados momentos não encontravam convicção e consenso sobre a designação da posição na cadeia para as novas espécies descobertas (SOUSA, 2008). A exemplo desses impasses temos os corais de Ellis que primeiramente pareciam se encaixar mais junto às plantas e posteriormente foram considerados melhor categorizados junto aos minerais (SOUSA, 2008). Isso aconteceu também com os orangotangos no momento que discutiam a possibilidade de criar para eles um lugar entre homens e macacos (SOUSA, 2008). Sendo assim, pode-se concluir a respeito da Cadeia do Ser que no momento que surgiam elementos que se encontravam num espaço classificatório intermediário existia insegurança e desconforto por parte dos estudiosos por parecerem subverter a ordem (SOUSA, 2008). Dessa forma, pode-se colocar que a Cadeia do Ser poderia apresentar lacunas e o que os naturalistas ambicionavam era preencher tais lacunas. Daí vem o termo “elos perdidos”. (SANTOS; CAMPOS, 2012) Partindo dessa perspectiva de preencher lacunas, pessoa negras eram tidas como seres quase humanos que preenchiam as lacunas entre os animais e o homem branco caucasiano. (SANTOS; CAMPOS; 2014).

É importante observar que a teoria da Cadeia do Ser não se limitou ao campo intelectual e foi também um meio útil de justificar as empreitadas neocolonialistas europeias. Ela acabou por servir como um alento para os europeus que exploraram e colonizaram outros continentes em 1800. Para eles, era reconfortante pensar que os países do continente africano não eram habitados por seres humanos, nem mesmo quase, mas sim por seres que considerados brutos e



que para eles pouco se diferenciavam dos primatas (SANTOS; CAMPOS, 2012). Ter um apoio científico que justificasse suas atitudes naquele momento foi fundamental para que continuassem.

Portanto, o que se observa é que o campo da História Natural se encontrava em alta dentro e fora do Brasil. Os naturalistas seguiam com o propósito de se preocupar em desvendar a origem da vida e tentavam responder como o mundo orgânico chegou ao que era até o momento presente (SOUSA, 2008). Muitos naturalistas eram viajantes, pois buscavam responder os questionamentos a respeito da origem da vida a partir de pesquisas de campo. Não à toa a fonte documental da presente dissertação é um relato de viagem do período. A relevância deste fenômeno pode evidenciar que tais viajantes tenham sido responsáveis por muitas das representações incorporadas à historiografia do século XIX, ou mesmo a incorporação de uma estética e narrativa romântica à descrição de fenômenos naturais (SOUSA, 2008).

Também no século XIX, num período anterior a atuação de Agassiz, as ideias de outro naturalista de grande reconhecimento no meio científico ganharam destaque e iam em uma direção oposta do que Agassiz acreditava. Charles Robert Darwin (1809-1882) trabalhou no campo da História Natural, registrou observações geológicas e estabeleceu um marco na ciência natural. Sua obra “A origem das espécies” (1859) trouxe importantes consequências para a história e para o naturalismo (LEITE, 1995). Em geral, o nome de Darwin vem sempre imediatamente acompanhado da teoria da evolução orgânica. Sua obra trata da luta pela sobrevivência que é possível de ser observada na natureza e elabora que indivíduos melhores adaptados vivem uma vida longínqua, enquanto os menos adaptados acabam sucumbindo e sua espécie ou sua variação podem se extinguir (CARMO; MARTINS, 2006). Portanto, as ideias de Agassiz diferiam das de Darwin principalmente pelo fato de Agassiz elaborar suas teorias a partir da degenerescência enquanto Darwin partia de uma teoria de evolução.

Mas na linha de higienização e eugenia, além de Luís Agassiz, temos Césare Lombroso (1835-1909) como um reconhecido higienista e criminologista do século XIX. Na segunda metade do século XIX, Lombroso, higienista e criminologista que também atuava na área da psiquiatria e era cirurgião, apoiava suas ideias na tese física e hereditária da criminalidade. Essa teoria se dedicava em identificar pessoas consideradas criminosas a partir de aspectos biológicos, ambientais e fisionomológicos (CARVALHO, 2014). A exemplo de estudiosos que se dedicavam a essas áreas de atuação da ciência naturalista do século XIX, também temos Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906) que além de médico legista e psiquiatra, atuava como

um etnologista no Brasil, apoiando-se nas teorias eugenistas europeias. Assim como Lombroso, considerava pessoas negras como elementos cuja probabilidade de cometer crimes seria maior por serem classificados por eles e outros cientistas da época como degenerados (CARVALHO, 2014).

## **2.2 Os viajantes e os relatos de viagem do século XIX**

A literatura de viagem do século XIX possui um caráter de testemunho de uma experiência vivida (LEITE, 1984). Os autores narram nessa literatura o que efetivamente ocorreu e se conservou na memória, mas é importante tratar a respeito dos cuidados especiais que se deve tomar ao estudar a literatura de viagem (LEITE, 1984). Essas desvantagens estão, dessa forma, relacionadas ao fato de que as relações entre as pessoas que fazem parte do relato ocorrem entre grupos sociais que possuem uma percepção um dos outros que partia de atitudes culturais estabelecidas anteriormente (LEITE, 1984). Por serem estrangeiros num país desconhecido, os viajantes naturalistas possuíam uma visão de visitante, e por isso uma perspectiva mais aguçada (LEITE, 1984). Os relatos de viagem possuem uma espécie de ar de história pessoal e algumas coisas podem ser mais nítidas para o estrangeiro que para o habitante nativo, mas há sempre a possibilidade dessa nitidez vir acompanhada de algum nível de distorção, também pela falta de ambientação por parte do viajante (LEITE, 1984). Desse modo, os primeiros estudos sobre as diferenças dos costumes entre os povos teriam sido resultados de obras de viajantes e acabaram se tornando fundamentos da História, Sociologia e da Antropologia (LEITE, 1984).

Os relatos que os viajantes estrangeiros escreviam a respeito dos lugares e seres encontrados em suas passagens por outros países exalam um ar de descoberta de uma nova natureza assim como um ar de estranhamento diante dos costumes com os quais se deparavam nos lugares visitados que eram diferentes dos costumes com os quais estavam habituados (BARREIRO, 2003). Esses relatos foram a base e os responsáveis pelas primeiras representações geográficas e sociais de muitos países, incluindo o Brasil, construídas a partir de olhares estrangeiros que fizeram nomeações e catalogações a respeito do país (BARREIRO, 2003). O Brasil foi intensamente visitado por viajantes durante o século XIX, principalmente depois da abertura dos portos que se deu em 1808. Esses viajantes produziram registros

minuciosos dos aspectos sociais, geográficos, econômicos e culturais que observaram e vivenciaram (BARREIRO, 2003).

Nesse sentido, um conceito fundamental para analisar a construção do imaginário portado por esses viajantes e compreender a leitura que fizeram do Brasil é o de modernidade (BARREIRO, 2003). O desenvolvimento das sociedades junto com o surgimento das ciências empíricas constituiu outro polo que permitiu determinar a existência da modernidade. O conceito de modernidade refere-se aqui a um surgimento de instituições e processos sociais que emergiram na Europa a partir do século XVII (MARTINS, 2012). A exemplo temos a racionalização e diferenciação econômica administrativa do mundo social, a formação do Estado capitalista-industrial moderno, a formação das classes sociais, a proletarianização e as relações mais pautadas em contratos e menos em tradições, e é também nesse momento que surge a sociologia (MARTINS, 2012). Portanto, os marcos desse conceito de modernidade são a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e a formação dos Estados-Nação: todas essas instituições passaram, gradativamente, a tomar escalas universais. É nesse contexto que Habermas, recorrendo a Hegel, cria o conceito histórico de “tempos modernos” (MARTINS, 2012). A partir disso as novas estruturas sociais passaram a ser caracterizadas pela diferenciação entre o que era moderno e o que não era.

Os viajantes que eram socializados num contexto dito moderno inventaram um Brasil que na concepção deles não era moderno. As noções de trabalho, propriedade e de tempo que permeavam o imaginário dos viajantes europeus do século XIX, demonstram que tais noções da sociedade liberal europeia não se encontravam ainda consolidadas entre os povos da sociedade brasileira desse século (BARREIRO, 2003). Tanto os viajantes que tinham a intenção de transformar a terra visitada em um mercado consumidor para seu país de origem, quanto os que viajavam com a intenção de fugir dos aspectos negativos do capitalismo industrial e buscar uma aproximação da natureza, portavam com eles a postura de civilizado diante de uma população que consideravam atrasada em comparação a si próprios (LEITE, 1984). Ao observar a população local e seus costumes, os viajantes não conseguiam entender suas concepções de mundo, religião, trabalho e consideravam-nas atrasadas, primitivas e até mesmo selvagens. Assim, partindo do conceito de modernidade, os viajantes desqualificavam o que encontravam nos locais que visitavam. (BARREIRO, 2003)

Dentre as representações elaboradas por tais viajantes, estão entre as mais conhecidas e disseminadas: a representação que considera como uma mulher de “condição” apenas a mulher

branca e provida de bens materiais; a suposta brandura do regime escravista no Brasil; a escravidão como instituição civilizadora; a hospitalidade do brasileiro e a imoralidade da população negra (LEITE, 1984). Isso significa que ao analisar um relato de viagem, deve-se levar em consideração que ele trata do olhar “do Outro” a respeito de um povo que, aos olhos do estrangeiro, lhe parece exótico, atípico e diferente (LEITE, 1984). Vale destacar o quanto foram e são fortes as interpretações e representações criadas por tais viajantes a respeito do Brasil (BARREIRO, 2003). Ainda hoje a imagem que o brasileiro tem de si mesmo remonta às elaborações e repercussões prejudiciais elaboradas nos relatos de viagem do século XIX. No tocante aos negros e aos povos indígenas, não foram poucas as vezes que foram caracterizados por viajantes como bestiais e violentos. Seus rituais, costumes, celebrações e manifestações de modo geral eram descritos em tom de desqualificação (BARREIRO, 2003). E não há como excluir a possibilidade de que a repercussão progressiva desses relatos esteja ainda atualmente alimentando políticas que marginalizam e desconsideram pessoas negras e indígenas do país e que, no caso dos povos indígenas, estão conduzindo-os à extinção total de sua cultura, existência e resistência (BARREIRO, 2003).

Não era necessário pertencer a nobreza ou à alta burguesia para que o viajante se comportasse e se identificasse com o que era dito civilizado (LEITE, 1984). Isso porque os viajantes se sentiam e eram tratados como pertencentes dos padrões europeus de avaliação dos homens e de sua produção que eram feitas de acordo com o sucesso ou o fracasso econômico (LEITE, 1984). Existem viajantes que falam da mulher brasileira referindo-se somente à branca de família abastada (LEITE, 1984). Existem relatos de viagens pelo Brasil que ignoram a existência de filhas de imigrantes pobres, de mulheres negras que já conquistaram sua liberdade, mesmo que parcialmente, e que não classificam mulheres negras como mulheres ou não levam em consideração as contradições entre as camadas sociais (LEITE, 1984). Esses viajantes levavam em consideração nos seus relatos o desempenho de papéis e funções sociais, e acabavam por ocultar as personalidades (LEITE, 1984). Entre essas, existem também outras questões que dificultam a compreensão das sociedades observadas e relatadas pelos viajantes naturalistas, tais como as dificuldades de mediações linguísticas entre os textos durante suas traduções que ocasionalmente aconteciam mais de uma vez e que também implicava em mal-entendidos (LEITE, 1984).

Entretanto, é preciso levar em conta que apesar dos estereótipos introduzidos pela literatura de viagem, incluindo aqueles a respeito da população negra e especificamente a respeito das mulheres negras, os relatos de viagem permitiram no Brasil a possibilidade de

autoconhecimento, mesmo que tenha partido de uma visão muitas vezes deturpada a respeito do país e seus habitantes (LEITE, 1984). O país teve a oportunidade de se enxergar a partir do olhar do outro e considerar o que era relevante, o que estava equivocado, o que era considerado positivo e o que era considerado negativo. O grande número de encomendas de obras de viajantes, feita pelos governantes brasileiros com o objetivo de atrair imigrantes e orientar os estrangeiros no Brasil, comprova a alta conta na qual literatura de viagem conseguiu se manter (LEITE, 1984), assim como os benefícios que ela trazia para o país, mesmo que estivessem mais relacionados com agradar aos visitantes do que aos habitantes nativos. Mas de qualquer forma, é inegável que a qualidade da produção dos relatos dos viajantes reflete algumas das transformações do século XIX (LEITE, 1984).

### **2.3 O casal naturalista Luís e Elizabeth Agassiz**

Antes de buscar entender a fonte propriamente dita, trataremos primeiro de contextualizar algumas informações a respeito das pessoas que a produziram. Luís Agassiz (1807-1873) era um suíço cuja formação foi calcada na História Natural. Apesar de suíço, ele morou nos Estados Unidos durante boa parte da sua vida e adotou o país como sua segunda pátria. Casou-se com Elizabeth Cary (1822-1907) em 1850, quando se mudou definitivamente para os Estados Unidos. Era um naturalista com formação sólida e teve contato com figuras emblemáticas como von Martius, Georges Cuvier e Alexander von Humboldt, considerado um dos naturalistas mais respeitados do mundo.

Antes de morar nos Estados Unidos, seus pensamentos partiam da ideia de que a espécie humana era a única capaz de habitar todos os territórios do planeta terra, mas após entrar em contato com a população negra estadunidense, bem como posteriormente com a população negra brasileira, o zoólogo passou a elaborar pensamentos diferentes. Agassiz era adepto da teoria poligenista que defendia que os seres humanos teriam se originado em diferentes lugares do planeta, não havendo assim qualquer parentesco genealógico entre as diferentes raças (SOUSA, 2008, p. 3). Portanto, Agassiz trabalhava com a hipótese de as raças humanas constituírem diferentes espécies que teriam sido criadas separadamente (KURY, 2001).

No relato da viagem pelo Brasil, Agassiz pontua o papel do naturalista, segundo seu entendimento: explorar mundos cuja existência já é conhecida com a intenção de aprofundar

conhecimentos, e não de descobrir coisas novas. Segundo ele, os primeiros exploradores como Humboldt no mundo físico, Cuvier em história natural, Lavoisier em química e Laplace em astronomia abriram caminhos para um rumo científico no qual os naturalistas daquele século deviam se manter. E para esses pioneiros a descoberta de uma nova espécie era um objetivo importante, mas para naturalistas como ele, a origem da vida era o grande problema daquele momento e era a isso que eles deviam se dedicar. Portanto, sua viagem ao Brasil foi acompanhada por questionamentos a respeito de como o Brasil teria se tornado habitado pelos animais e as plantas que nele viviam naquele período e quais os seres que teriam povoado o país nas eras passadas (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000).

Um fato importante a ser sabido antes de analisar o relato da viagem do casal Agassiz pelo Brasil é que o primeiro contato prolongado que Agassiz teve com pessoas negras foi na Filadélfia, após sua mudança para os Estados Unidos. Na ocasião, o próprio escreveu uma carta para sua mãe:

Foi em Filadélfia que tive pela primeira vez um contato prolongado com os negros; todos os empregados de meu hotel eram homens de cor. Mal posso lhe expressar a dolorosa impressão que experimentei, particularmente porque a sensação que eles me inspiraram vai contra todas nossas ideias a respeito da confraternização de todo tipo [...] de homens e da origem única de nossa espécie. Mas a verdade deve estar acima de tudo. Não obstante, senti compaixão por seu destino ao pensar que se tratava realmente de homens. Contudo, é-me impossível reprimir a impressão de que eles não são feitos do mesmo sangue que nós. Ao ver suas faces negra com lábios grossos e dentes disformes, a carapinha de suas cabeças, seus joelhos torcidos, suas mãos alongadas, suas grandes unhas curvas, e principalmente a cor lívida da palma de suas mãos, não pude deixar de cravar meus olhos em seus rostos para mandá-los se conservarem à distância. E, quando estendiam aquelas mãos horrendas em direção a meu prato a fim de me servir, desejei ter a coragem de me levantar e sair à procura de um pedaço de pão em qualquer outro lugar, em vez de jantar servido por gente como essa. Que desgraça para a raça branca ter ligado sua existência tão intimamente a dos negros em certos países! Que Deus nos livre desse contato! (SOUSA, 2008, p. 37-38).

Primeiramente, é importante observar que a carta comprova o momento tardio no qual Agassiz teve seu primeiro contato mais prolongado com pessoas da raça negra. A segunda coisa a se observar é que as pessoas negras com quem Agassiz conviveu prolongadamente pela primeira vez eram empregadas do hotel no qual ele estava hospedado. Essas duas observações podem elucidar o olhar de superioridade que Agassiz tinha para com pessoas negras, já que a convivência com elas não fez parte de sua formação e seu primeiro contato com essas pessoas se deu num momento no qual elas ocupavam cargos de subserviência trabalhando para servi-lo.

Bem mais tarde, ao chegar ao Brasil, ele encontra pessoas negras que foram retiradas forçadamente de seus países e de suas famílias para também ocuparem posição de subserviência no território brasileiro. Portanto, o que ele observa são diferenças entre negros escravizados nos Estados Unidos e os negros escravizados no Brasil. Essas diferenças são muitas, mas não deveriam ter sido consideradas suficientes para que ele tivesse elaborado estudos a respeito de toda população negra. Na carta, já é possível notar também que Agassiz questiona se pessoas negras e brancas possuem a mesma origem. E no momento que passa à descrição física dessas pessoas utiliza palavras duras e carregadas de preconceitos – é já nesse momento que ele revela sua aversão à convivência próxima entre negros e brancos, sendo esse aspecto um dos principais motivos para ele ser favorável ao fim da escravidão. Agassiz, ao lado de sua esposa Elizabeth, pregava que a escravidão não promovia civilidade nos negros, além de causar o corrompimento dos brancos que tinham laços estreitos com a raça negra, considerada por ele inferior (SOUSA, 2008).

Nos Estados Unidos, Agassiz passa a elaborar seus fundamentos sobre a classificação dos seres humanos. Nesse momento, ele considera elaborar centros de criação que poderiam reunir diferentes espécies de “raças humanas” assim como já existia para os animais (SOUSA, 2008). De acordo com ele, espécies teriam sido criadas de acordo com “províncias zoológicas” específicas e obrigatoriamente permaneceriam na região determinada. Assim, tais espécies não teriam nenhuma relação genealógica com espécies de outras regiões ou com os extratos fósseis anteriores. Além disso, a espécie humana era a única considerada facilmente adaptável a migrações. Mas apesar de fazer essa afirmação, defendia que a raça negra deveria ser liberta da escravidão e migrar para áreas de climas mais quentes semelhantes às suas regiões originárias.

Uma das maiores pretensões de Agassiz no território brasileiro era coletar e catalogar o maior número possível de espécies da fauna ictiológica brasileira. Essa pretensão estava relacionada a um projeto de Agassiz que envolvia comparar essas espécies com outras de diferentes rios e bacias de outras regiões do mundo. Com isso, ele pretendia comprovar não haver nenhum tipo de relação entre essas espécies para determinar que sua existência estava relacionada ao seu local de origem e dessa maneira refutar as teorias evolucionistas (SOUSA, 2008).

Agassiz classificava os seres a partir da crença que estabelecia que os pensamentos do Criador possuem um laço ideal. Isso deveria significar que o desenvolvimento de um ser, desde um ovo fertilizado até à sua forma fixa, remetia às formas utilizadas pelo criador para designar

a escala dos seres e essa escala ia dos organismos menos desenvolvidos até aos mais desenvolvidos (SOUSA, 2008). Era uma ideia que estava relacionada à Cadeia do Ser vista no início do capítulo. Partia-se então do princípio de que a repartição dos animais seguia uma lei primordial categoricamente definida e precisa, e por isso, Agassiz, na sua passagem pelo Brasil, estava determinado a coletar muitas espécies de muitos territórios diferentes. É possível observar isso no relato de sua viagem: “Eis o que é preciso estudarmos e, por isso, é desejável que a nossa expedição se dívida. Poderemos assim, explorar uma área maior e comparar um maior número de bacias brasileiras.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000)

Ainda contextualizando as ideias de Agassiz, é possível dizer que ele se baseava na abordagem humboldtiana para ampliar suas perspectivas de classificação dos seres. Humboldt (1769-1859) é uma das principais figuras representantes das ciências do século XIX e seus estudos foram focados nas plantas e nas distribuições de organismos pela terra. Ele apresenta uma nova perspectiva de classificação: antes de Humboldt, historiadores naturais tendiam a concentrar as classificações em um tipo específico de planta ou animal. Já Humboldt via a espécie como arte da paisagem local e criou o conceito “províncias geológicas” a respeito da distribuição geográfica dos seres (SOUSA, 2008). Ele é um dos responsáveis pelos métodos específicos que existem para quem trabalha com história natural.

Baseando-se na perspectiva de Humboldt, Agassiz amplia sua perspectiva de “províncias geológicas” para pensar em “províncias zoológicas”. Na classificação das “províncias zoológicas”, Agassiz supõe que o Criador tenha determinado que cada animal habitasse uma província definida no mundo e esse animal, via de regra, não migraria para outras províncias (SOUSA, 2008). Basicamente, ele utiliza o princípio do raciocínio de Alexandre von Humboldt sobre as “províncias geológicas” para classificar a distribuição dos animais, adaptando o conceito a partir das diferenças de plantas para animais. Sendo assim, o clima acabaria sendo parte do conjunto de fatores determinantes para a fixação das diferentes espécies de animais em diferentes áreas. Dessa forma, o entendimento a respeito de quais espécies foram criadas para as chamadas “províncias zoológicas” constitui um ponto chave na forma de classificação de Agassiz (SOUSA, 2008).

O naturalista se encontrava extremamente alinhado à tradição científica daquele período e isso é notável a partir do método de pesquisa do Museu de História Natural que foi um grande centro catalisador de pesquisas ligadas à natureza. Além disso, Agassiz bebeu da fonte das ciências naturais difundida pela França e sua formação no país tem relação com sua capacidade



de estabelecer um estreito contato com o público mais leigo. Ademais, ele mantinha contato pessoal com Curvier (1769-1832), um renomado cientista francês cujos estudos possuíam bastante destaque na área (SOUSA, 2008). Agassiz fazia muito sucesso tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Seu trabalho com os peixes fósseis foi muito bem aceito pelos europeus. E então, a partir de 1836 ele passa a se interessar por estudos glaciais. Agassiz foi o primeiro cientista que propôs que a Terra teria passado por uma era do gelo e segundo ele, tal fenômeno não teria ocorrido num passado tão distante (SOUSA, 2008).

Desde esse momento, Agassiz passou a se dedicar tanto à classificação de peixes fósseis quanto a comprovar a teoria da glaciação que ele elaborou. No Brasil, Agassiz se encontrou diante de uma rica fauna repleta de numerosas espécies das quais ele não possuía conhecimento até então. A respeito da sua pesquisa ictiológica, Agassiz se portava como um naturalista separacionista nas suas classificações e classificou muitas novas espécies. Agassiz e outros naturalistas viajantes expedidores do mesmo período buscavam respostas para questões fundamentalmente semelhantes. O que diferenciava Agassiz dos demais eram as bases nas quais se apoiava para resolvê-las. Um dos pontos primordiais colocados por ele para a sua equipe era esclarecer quais eram as extensões que abrangiam no mundo as espécies distintas e quais eram os seus limites (SOUSA, 2008).

Quando ainda estava nos Estados Unidos, Agassiz pregava que, após a libertação da população negra escravizada, a raça negra se deslocaria naturalmente, estimuladas por uma espécie de “afinidade irresistível”, para áreas mais quentes no Sul do país. Dessa forma, a raça negra se reformularia em núcleos de povoação negra que deveriam ser aceitos pelo governo dos brancos. Agassiz também traça um caminho para os que ele chamava de “mulatos” que, segundo ele, poderiam permanecer vivendo junto com a população branca, pois em algum momento isso culminaria no fim da população mestiça devido à debilidade física e à infertilidade que ele acreditava ser inerente a essa população (SOUSA, 2008).

Já no Brasil, a todo momento é esclarecido e enfatizado por Agassiz que a mestiçagem, na concepção dele, foi radicalmente disseminada nas terras brasileiras. O casal Agassiz faz observações desde sua chegada ao Rio de Janeiro até o Amazonas a respeito da população mestiça do país e sempre os associam à desordem, o que será visto mais profundamente no próximo capítulo. Mas é interessante perceber aqui que Agassiz associa pessoas negras à desordem por uma preconceção atrelada à ideia pretendida pela Cadeia do Ser de organizar os seres em cadeia, e à questão das lacunas e dos elos perdidos. É possível interpretar que pessoas

negras eram vistas como violentas, perigosas e ruins porque a própria existência delas representava uma ameaça ao modelo estático e possivelmente fantasioso de ordem natural, visto que os naturalistas não conseguiam encaixá-los em nenhum dos moldes como uma espécie diferente da deles.

Ao concluir que no Amazonas a mestiçagem se dá de maneira ainda mais radicalizada, isso significaria na visão do casal que a Amazônia seria o lugar que oferece as maiores oportunidades de se estudar a mistura das raças, pois lá se encontram mamelucos, cafuzos, mulatos, caboclos, negros e brancos (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). E é preciso atentar-se para o fato de que Agassiz considerava a mestiçagem no Brasil irrefreada. Para ele, esse aspecto trazia complicações e era difícil de solucionar, visto que ele classificava raças humanas como espécies distintas. Segundo Agassiz, todas essas diferentes raças teriam se aliado numa infusão que para ele, à primeira vista parecia indestrinçável (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000).

Outro aspecto importante a respeito do legado que Agassiz trazia antes de sua viagem pelo Brasil é que nos Estados Unidos, durante o século XIX, senhores sulistas buscavam argumentos, incluindo científicos, que fossem capazes de afirmar a desigualdade entre as raças. Mesmo se posicionando contra a escravidão, as ideias de Agassiz agradavam tais senhores, pois defendiam a desigualdade racial (SOUSA, 2008). Nesse sentido, a figura de Agassiz representava um aval científico para o posicionamento dos que eram pró-escravistas. É importante destacar que no período que ocorreu a viagem do casal Agassiz e seus ajudantes para o Brasil, estava ocorrendo a Guerra de Secessão nos Estados Unidos, que durou de 1861 a 1865, e a história dos Estados Unidos foi marcada por esse conflito que estava polarizado entre a União, que representava o Norte, e a Confederação, que representava o Sul (STEDILE, 2020). A Confederação se posicionava de maneira contrária ao abolicionismo expressado pela burguesia industrial da União, representada pelo republicano Abraham Lincoln, mas findou a guerra com a derrota político-militar (STEDILE, 2020).

Já Elizabeth Cabot Cary, que ao se casar com Agassiz passou a ser Elizabeth Cary Agassiz, nasceu em Boston no ano de 1822. Sua origem é de uma região conhecida como Nova Inglaterra que foi importante no início da colonização inglesa no território norte-americano, já que ali haviam se estabelecido as famílias dos fundadores de 4 das 13 colônias que foram criadas no norte dos Estados Unidos (ANTUNES, 2021). Foi nessa região que a família Cary se uniu à família Perkins a partir do casamento entre Thomas Graves Cary (1791-1859) e Mary Ann Cushing Perkins (1798-1880) e Elizabeth Cary Agassiz é uma das filhas que foram fruto

dessa união. O ano em que Elizabeth nasceu, 1822, foi o mesmo ano em que Boston foi elevada ao estatuto oficial de cidade (ANTUNES, 2021). Todo esse contexto elucida que Elizabeth Cary Agassiz pertencia a uma das famílias mais tradicionais de Boston.

É sabido que a família da Elizabeth tinha relações comerciais com países como China e Índia. Eram bem posicionados financeiramente e socialmente. Portanto, Elizabeth Cary Agassiz ocupou posições sociais privilegiadas desde a sua juventude, tendo vivido sempre em meio a reuniões familiares e recebido educação. Sabe-se que a música fazia parte tanto dos seus estudos quanto dos seus momentos de lazer (ANTUNES, 2021). Antes de casar-se com Agassiz, a vida cotidiana de Elizabeth Cary Agassiz dividia-se entre a casa da família em Temple Place, durante os invernos, e a casa construída por seu avô em Nahant, durante os verões (ANTUNES, 2021) e toda a ascendência e as origens familiares de Elizabeth Cary fez com que ela herdasse valores morais que moldaram suas concepções de vida e seu caráter (PATON, 1919).

Agassiz já havia sido casado com outra mulher antes de casar-se com Elizabeth, mas tanto nos escritos a respeito de sua biografia quanto nos escritos a respeito da biografia de Elizabeth não se encontram registros a respeito de como se conheceram e se envolveram. (ANTUNES, 2021). O que se sabe é que em 1846, Luís Agassiz havia sido convidado para ministrar várias palestras seguidas no *Lowell Institute*, em Boston e que nesse momento ele viaja para os Estados Unidos sozinho e deixa sua família na França (ANTUNES, 2021). O *Lowell Institute* objetivava oferecer ao seu público palestras gratuitas sobre temas relacionados às ciências e às artes. Dessa forma, as palestras eram frequentadas por todos que tivessem interesse e não necessariamente apenas para cientistas (ANTUNES, 2021).

#### **2.4 Como a Guerra de Secessão está relacionada ao medo dos brancos de libertar as pessoas negras da escravidão**

Em 1862, Abraham Lincoln já havia aprovado a Lei da Propriedade Rural chamada *Homestead Act*, que garantia juridicamente o acesso à terra aos cidadãos e familiares que vivessem nos Estados Unidos (STEDILE, 2020). Essa lei foi destinada a cumprir o objetivo primário que era expandir as relações tipicamente capitalistas. Valendo-se a distribuição diária democrática, as famílias estadunidenses assim possuíam o direito de ter posse das terras nas regiões então libertas pelo capital e por isso consideradas terras públicas. Dessa forma, cada

grupo familiar possuía o direito a exatos 160 acres de terras, o que equivalia a 67 hectares, e quanto a isso não poderia haver variações. O intuito por trás disso era desenvolver uma produção agrícola associada e subordinada à indústria do Norte (STEDILE, 2020).

Em relação a esse contexto, vale elucidar que o Partido Republicano dominou o cenário político na Casa Branca a partir da segunda eleição concorrida pelo partido até a Crise de 1929. Durante esse período, sete presidentes foram eleitos apenas no século XIX, enquanto apenas dois democratas haviam sido eleitos (MACIEL, Mariana, 2015). As circunstâncias econômicas e políticas nas quais o partido fora criado e estabelecido influenciaram diretamente no seu êxito. O partido surgiu com objetivos antiescravistas e antidemocratas e devido a isso era apoiado por diversos estados e grupos sociais que foram primordiais para que o partido vencesse a primeira eleição da qual participou (MACIEL, Mariana, 2015). A vitória de Lincoln gerou grandes revoltas dos sulistas estadunidenses e foi o estopim para a secessão. Após seu assassinato os conflitos entre nortistas e sulistas se intensificaram. Por isso, a Guerra de Secessão marcou a história do país por ter impulsionado os republicanos a alcançarem o poder político nas décadas seguintes (MACIEL, Mariana, 2015).

Levando em consideração que em 1900 o Partido Republicano completava apenas quarenta e seis anos da existência, o que justifica um partido tão novo ter se saído tão bem no cenário político do século XIX após a Guerra da Secessão se relaciona com diversos fatores. Um deles foi os votos da população negra e sua incorporação gradativa no cenário social e político graças à vitória do norte na Guerra de Secessão (MACIEL, Mariana, 2015). Imigrantes foram beneficiados pelo *Homestead Act*. E o Norte, que era bastante populoso, contava com um maior número de delegados, o que foi decisivo nas eleições presidenciais (MACIEL, Mariana, 2015).

A análise que pode ser feita a partir do episódio da Guerra de Secessão e suas consequências para a população negra estadunidense é que em comparação com o Brasil, por exemplo, nos Estados Unidos a população escravizada estava em um curso de alto crescimento vegetativo (NASCIMENTO, 2019). Após o fim do tráfico estadunidense em 1808 e até o momento que se dá a Guerra de Secessão, a população negra escravizada praticamente triplica, enquanto no Brasil com o tráfico ainda em decorrência o número de negros escravizados permanece o mesmo, em torno de um milhão e meio (NASCIMENTO, 2019). Em 1863, período no qual a Guerra de Secessão já acontecia e a abolição da escravatura era motivo de preocupação dos sulistas estadunidenses, uma das cartas endereçadas a Agassiz em busca de

esclarecimentos a respeito de assuntos raciais chama a atenção. Escrita por um filantropo e abolicionista dos Estados Unidos chamado Samuel Gridley Howe, a carta questionava o que seria de o futuro de seu país após a “raça africana” ser “libertada”.

Howe estimava que a raça negra representava por volta de dois milhões de indivíduos e além dos indivíduos negros, havia mais cerca de dois milhões de mulatos no país. Então ele questionou a Agassiz se a raça negra seria absorvida pela raça branca, já que segundo ele essa compreendia vinte e quatro milhões de indivíduos, e se a mistura das raças tenderia a ser intensificada após a abolição da escravatura. Nesse caso, seriam aos mulatos mais consideráveis diante dos negros? O abolicionista ainda questiona se os mulatos seriam menos inférteis se fixados nos estados do norte que tinham um clima mais frio. Em sua carta também é considerada a informação de que mulatos e negros constituíam 60%, 80% ou mesmo 90% da população em alguns estados.

Por essa alta porcentagem, Howe questionava se haveriam imigrações brancas suficientes para que fosse revertido esse avanço da população negra e mestiça ou se era possível haver uma tendência natural de aumento persistente de uma raça negra nos estados do Golfo e nos grandes rios do sul, que tornaria necessário uma ação de contingência antes que a situação fosse considerada grave (SOUSA, 2008). A gravidade da situação mencionada aqui está atrelada ao aumento da população negra em relação a população branca do país, já que para os brancos sulistas isso era um problema a ser resolvido. Essa carta está sendo citada na pesquisa para evidenciar quais tipos de questionamentos eram respondidos pelas elaborações idealizadas por Agassiz, que serão vistas mais profundamente no próximo capítulo, a respeito da mistura das raças não somente de uma perspectiva genética, mas também a mistura do ponto de vista das convivências.

No caso do contexto brasileiro, no período entre a abolição da escravatura em 1888 e o momento em que Vargas estabelece a institucionalização da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943, o país também se encontrava em estado de tensão. Assim como nos Estados Unidos, pessoas brancas se preocupavam com o que seria do futuro da população enquanto as populações negras, assim como os povos indígenas, encontravam-se marginalizados socialmente (MAIA; ZAMORA, 2018). Nesse espaço de tempo, ideias de cunho cientificista importadas da Europa foram utilizadas por estudiosos brasileiros para iniciar suas construções teóricas subjetivamente racistas que são disseminadas ainda atualmente (MAIA; ZAMORA, 2018).

Essa tentativa de construir uma lógica racial que marcou o século XIX buscava garantir a superioridade da raça branca ao tentar condenar à infertilidade e à inferioridade intelectual as populações negra e indígenas (tanto os considerados puros como os considerados mestiços) (MAIA; ZAMORA, 2018). Esse contexto instaurou princípios norteadores para políticas públicas, normas de comportamento religioso, familiar, trabalhista e educacional no país que indicaram aos estudiosos a necessidade da busca de soluções para a mestiçagem da população. (MAIA; ZAMORA, 2018). A obra “*L’Essai sur l’Inégalité des Races Humaines*” (Ensaio sobre as Desigualdades entre as Raças Humanas, 1853-1855) de Arthur de Gobineau foi uma das grandes bases para o pensamento racial do século XIX e a população negra foi diretamente afetada pelas ideias que se prosseguiram a partir daí. Portanto, as preocupações que partiam da elite brasileira durante o século XIX relacionadas à abolição da escravidão podem ser associadas às preocupações de Howe presentes em sua carta.

No Brasil, as medidas tomadas para resolver esses supostos problemas pós abolição envolveram o financiamento de uma política imigratória maciça de brancos europeus que pudessem residir e embranquecer o Brasil aliada a uma crescente industrialização (HASENBALG; HUNTINGTON, 1982; FERNANDES, [1964] 2013). Nesse contexto, diante de tantas influentes teorias raciais, o negro, antes escravizado, em liberdade não foi considerado mão de obra adequada para o ambiente fabril. Os estigmas construídos a respeito da raça negra a partir de conceitos, “verdades” científicas e práticas racistas condenavam a população negra a uma suposta incapacidade de operar uma simples máquina. O ambiente fabril, assim como suas ideologias, foi embranquecido. Ser parte da classe operária foi entendido como um privilégio branco, e para a população negra restaram apenas os trabalhos mais precarizados, que exigiam mais força física e menos mecanismos (FERNANDES, [1964] 2013).

Isso pode ser comprovado pelo fato de que em 1893, os italianos formavam mais de 82% da população trabalhadora de São Paulo. Essa informação indica e fundamenta a conclusão de que o antigo trabalho escravista fora substituído pela ordem social competitiva e a população não mais escravizada passou a ocupar definitivamente as margens sociais e se tornaram acessórios do sistema de produção capitalista. Os estrangeiros foram então considerados a grande esperança nacional de progresso (FERNANDES, [1964] 2013).

Agassiz retorna a Cambridge com aproximadamente oito mil itens de história natural coletados no Brasil, dentre eles coleções de peixes, aves, jacarés, plantas, amostras de rocha, solo etc. (SOUSA, 2008). Mas mesmo que a viagem ao Brasil tenha sido positiva em diversos

sentidos, Agassiz não conseguiu cumprir seu principal objetivo que era desferir um golpe certo na teoria dos evolucionistas (SOUSA, 2008). Os últimos anos da vida de Agassiz foram dedicados ao Museu e à sua ampliação. Ele construiu um novo prédio, maior, que comportaria sua enorme coleção.

### 3 A EXPEDIÇÃO THAYER E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA

#### 3.1 A expedição do casal Agassiz pelo Brasil no século XIX

Em sua viagem para o Brasil, Agassiz trazia consigo diversos questionamentos do tipo: como o país havia passado a ser habitado pelos animais e as plantas que viviam em seu território naquele momento? Quais eram os seres pelos quais o país havia sido povoado nas eras passadas? (SOUSA, 2008). Mas o principal motivo para a viagem foi o fato de o cientista acreditar que no país encontraria os mesmos vestígios de antigas geleiras que haviam no hemisfério norte. O *drift*, fenômeno que define camadas geológicas de uma localidade X encontrados em uma superfície de terreno Y sem nenhum tipo de relação com as rochas subjacentes, era um desses indícios. Agassiz estava, portanto, em busca de camadas superficiais que poderiam ter sido transportadas por uma grande força, possivelmente pelo deslocamento de imensas massas de gelo (SOUSA, 2008). Caso ele encontrasse esses vestígios, isso comprovaria que a maior parte do globo teria passado por um período glacial, ao qual Agassiz atribuía uma data mais recente do que os geólogos atualmente.

O geólogo estava com a saúde abalada no período antecedente a sua viagem ao Brasil. No relato está posto por ele: “No inverno de 1864-1865 senti a saúde tão abalada que os médicos me aconselharam [...] mudar de clima.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 13) Ele também conta que se sentia atraído pelo país desde muito novo, desde os 20 anos de idade, na época que era apenas um estudante. E então acrescenta: “Martius encarregou-me [...] da descrição dos peixes colecionados no Brasil [...] desde então veio-me [...] a ideia de ir estudar aquela fauna no seu próprio país.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 13). Quanto à expedição, ele escreve: “Nathaniel Thayer [...] benfeitor solícito das ciências [...] foi dele que partiu a iniciativa.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 14).

Dessa maneira, Thayer enfatizou que Agassiz não deixaria de dar um cunho científico à excursão e por isso encarregou-se das despesas de seis auxiliares que acompanhariam Agassiz durante a viagem pelo Brasil. Não à toa, a expedição foi nomeada pelo nome de seu principal financiador, “Thayer”. “[...] não somente Thayer proveu com a máxima largueza a todas as necessidades [...] como também não cessou de fornecer todas as quantias necessárias [...]” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 15). Na viagem, portanto, “acompanharam desenhistas,



conchiologistas, geólogos, ornitologistas e preparadores, além dos voluntários e amigos que iriam para descansar.” (SOUSA, 2008, p. 15)

Além do interesse de Agassiz pelas terras brasileiras, o próprio imperador do Brasil demonstrava profundo interesse pelos empreendimentos científicos naquele período. No relato, há uma passagem que diz: “O interesse e a boa vontade que o Imperador demonstra por tudo o que diz respeito à expedição é um novo encorajamento para o nosso chefe.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 70). O apoio por parte do Imperador era tamanho que cooperava com Agassiz enviando-lhe coleções feitas por sua própria ordem e supervisão. Dessa maneira, Agassiz sempre contava com a benevolência do soberano (SOUSA, 2008). No relato podemos ler os seguintes detalhes a respeito da expedição:

Partimos de Nova Iorque a 1º de abril de 1865; [...]. Não foram só os particulares que nos deram preciosas demonstrações de simpatia. [...] Sr. Godson Welles, ministro da Marinha, mandou [...] todos os oficiais da marinha dos Estados Unidos a prestar aos nossos trabalhos científicos [...]. Srs. Allen e Garrison [...] na volta da expedição, ofereceram aos meus companheiros e a mim passagem a bordo dos paquetes do serviço postal entre Nova Iorque e Rio de Janeiro, serviço esse que foi inaugurado durante a nossa estada no Brasil. [...] facilidades me foram oferecidas, no decorrer da viagem, pelos próprios brasileiros. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 17)

A expedição Thayer foi uma das últimas tentativas de Agassiz de defender os paradigmas sobre os quais construiu sua carreira na ciência, dentre eles o criacionismo, a fixidez das espécies, as províncias zoológicas e as glaciações (SOUSA, 2008). Mas como foi mencionado, de início a viagem teria um caráter intencionalmente turístico, para que Agassiz pudesse respirar novos ares e assim recuperar sua saúde. Seria assim, porque além dos objetivos de a viagem estarem relacionados a fins medicinais, Agassiz não era provido dos recursos necessários para o empreendimento de uma expedição científica. Entretanto, essas questões mudaram quando Agassiz encontra Nathaniel Thayer, que se mostrou prestativo e solícito, considerado um benfeitor das ciências, e prontamente tornou possível o desejo de Agassiz de realizar uma viagem científica, arcando tanto com as despesas do cientista quanto de seus auxiliares (SOUSA, 2008).

A oferta de Thayer proveu com a máxima largueza todas as necessidades da expedição mesmo que o custo desta tenha ultrapassado grandemente o que foi previsto inicialmente (SOUSA, 2008). A partir do momento que os empecilhos financeiros deixaram de existir,

Agassiz formou então a equipe que iria acompanhá-lo na expedição, composta pelas seguintes pessoas: Jacques Burkhardt, desenhista; John G. Anthony, conchiologista; Charles Frederick Hartt e Orestes Saint-John, geólogos; John A. Allen, ornitologista; George Sceva, preparador; Newton Dexter, William James, Edward Coperland, Thomas Ward, Walter Hunnewell S. V. R., Thayer como voluntário; Thomas G. Cary, irmão da esposa de Agassiz, Elizabeth, que se dirigiu para a Argentina onde recolheu coleções; Elizabeth Cary Agassiz, sua esposa; e um casal de amigos, Sr. e Sra. Cotting, que viriam ao Rio de Janeiro para descansar (SOUSA, 2008). Portanto a viagem, que ainda serviria para Agassiz como descanso e tratamento médico, serviria principalmente para fortalecer sua coleção focada em comprovações geológicas da formação glacial em regiões cujo clima é mais quente. Na concepção de Agassiz, caso essa coleção fosse bem sucedida, ele conseguiria refutar os evolucionistas (SOUSA, 2008).

Durante todo o trajeto até a chegada ao Brasil, Agassiz ministrava palestras à sua equipe com o intuito de esclarecer os objetivos e métodos que seriam utilizados na expedição visto que partiu acompanhado por um grupo de cientistas e voluntários com a intenção de estudar os animais, dando prioridade aos peixes, que eram a sua especialidade. Vale ressaltar que ele também estudaria os vegetais e a geografia do país (SOUSA, 2008). Aquele era um momento no qual o evolucionismo darwinista estava em ascensão no campo da ciência e Agassiz era contrário à esta corrente científica. Seu posicionamento defendia o criacionismo, o catastrofismo e a fixidez das espécies (SOUSA, 2008). Nesse sentido, era fundamental também na expedição estudar os peixes da Bacia Amazônica para contestar as teses evolucionistas mais famosas da época.

Em relação à autoria do relato da viagem do casal, ambos cooperaram em sua elaboração: Elizabeth Cary Agassiz cuidou da parte narrativa dos acontecimentos, enquanto Luís Agassiz ficou encarregado de descrever nos apêndices as teorias científicas. Em suas palavras,

[...] Sra. Agassiz registrou dia a dia nossas aventuras. Habituei-me desde logo a fornecer-lhe a nota quotidiana dos resultados dos meus trabalhos [...] esse sistema de trabalho, as nossas mútuas contribuições para o Diário [...] se confundiram [...] de certo modo impossível distinguir a parte de cada qual. E é tal como foi escrito, [...] que publicamos esse relato [...] sobre a história natural do Brasil e especialmente sobre os peixes. [...] investigações minhas e dos meus auxiliares [...] aquisições para a ciência (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 18).

O que podemos observar nesse aspecto de cooperação da escrita do relato é que as tarefas foram divididas de forma desigual para que o protagonismo da suposta “voz da verdade científica” seja de Luís e a voz de Elizabeth seja apenas a voz de uma mulher espectadora, admirada e deslumbrada com a viagem. É importante percebermos que na esfera burguesa social, nem todas as mulheres se dedicaram apenas aos luxos domésticos como aulas de piano, artes e leitura. Também houveram no século XIX mulheres que se dedicaram às viagens, como Elizabeth Agassiz, por exemplo. Mas a seus relatos não era dada a devida credibilidade assim como davam aos relatos masculinos (MAIA, 2014).

Entretanto, apesar de mulheres como Elizabeth Agassiz serem atravessadas por questões relacionadas ao seu gênero, não podemos deixar de lembrar das suas responsabilidades e influências diretas em relação às questões como raça que afetam mulheres negras. Afinal de contas, mulheres brancas como Elizabeth Agassiz usufruíram de sua autoridade como mulheres viajantes consideradas instruídas para tratar de condições que não vivenciavam, como a escravidão e as condições das mulheres negras escravizadas e libertas (MAIA, 2014). Iremos perceber, analisando os relatos narrativos de Elizabeth, que ela, assim como as demais mulheres viajantes do século XIX, apesar de tecer críticas à escravidão, concebe ideias depreciativas a respeito das pessoas escravizadas (MAIA, 2014).

Vale trazer aqui que as palestras que Luís Agassiz ministrou em Boston nesse ano de 1846 eram a respeito dos planos criacionistas focando no Reino Animal (AGASSIZ, 1885). Tais palestras evidenciam as falas de Luís Agassiz a respeito do seu posicionamento favorável à teoria criacionista-catastrofista, defendida também por naturalistas como Georges Cuvier (1769-1832), com quem havia trabalhado anteriormente, já mostrando os indícios de seu posicionamento que mais tarde seria antagonista à teoria da evolução por meio da seleção natural, cujo elaborador mais reconhecido é Charles Darwin (1809-1882), mas também envolve estudos de Alfred Wallace (1823-1913), entre outros evolucionistas (AGASSIZ, 1885).

Além disso, o tema tratado por Agassiz nessas palestras apresentadas no *Lowell Institute* de Boston se adequava com perfeição aos interesses por parte do público que assistia essas palestras na época. A própria Elizabeth Cary Agassiz atesta o sucesso que tais apresentações obtiveram na biografia que ela escreveu sobre Agassiz publicada em 1885 (AGASSIZ, 1885), embora o relato biográfico de Elizabeth Cary Agassiz não informe se ela estava ou não presente nas conferências, não sendo assim possível afirmar se sua narrativa está ou não imbuída de um caráter anedótico (ANTUNES, 2021).

O relato a respeito da viagem faz diversas observações sobre a mestiçagem brasileira, assim como sobre os corpos dos mestiços, suas medidas e estaturas. As coleções que foram formadas no Brasil seriam de suma importância para a produção de um conhecimento científico pautado no que é passível de ser ordenado, catalogado e interpretado, pois o que diferenciava um cientista do século XIX de um colecionador dos séculos XVI a XVIII era basicamente o modo de fazer as coleções, já que os mais antigos tinham foco em produzir um acervo de antiquário cujo objetivo primordial era alimentar a curiosidade e o luxo (SOUSA, 2008). Durante o século XIX, o público europeu demonstrava muito interesse nos relatos científicos dos viajantes e por conta da curiosidade a respeito das expedições científicas, esses relatos de viagens, que poderiam ser também utópicas e imaginárias, se tornaram um mercado crescente para a venda de livros (SOUSA, 2008).

Podemos interpretar aqui a possibilidade de o mercado editorial da época ter, em alguma medida, fomentado a ambição pelo nacionalismo e a formação de uma nacionalidade nos países de maneira geral. Precisamos, portanto, pontuar que nações são “imaginadas” (ANDERSON, 2008). É possível afirmar isso no sentido de que nações são objetos de desejo e projeções (ANDERSON, 2008). Dessa forma, o nacionalismo, aliado às produções literárias do século XIX, como os relatos de viagem, conta com uma legitimidade emocional pautada na ideia da necessidade de fazer do novo, antigo (ANDERSON, 2008). O sentimento nacionalista encontrava naturalidade no passado, que ainda era recente, e conscientemente selecionado para fazer parte do futuro nacionalista que se buscava (ANDERSON, 2008).

Era de suma importância para Agassiz que sua expedição na Amazônia o permitisse recolher espécies e classificá-las de maneira que fosse possível comprovar não existir uma relação de parentesco entre elas e outras espécies de regiões diversas do globo (SOUSA, 2008). Para Agassiz, certas vezes a recapitulação remeteria a formas de animais que já teriam sido extintos por Deus e isso não representaria qualquer ligação em escala evolutiva entre animais vivos ou extintos (SOUSA, 2008). Segundo ele, os animais se encontravam restritos a áreas específicas e também a épocas específicas (SOUSA, 2008).

Quanto aos seus objetivos a respeito de seus estudos glaciais, Agassiz não conseguiu encontrar no solo amazônico as evidências de que precisava para comprovar sua teoria. Seus estudos glaciais foram criticados e contestados no meio científico. Mesmo assim, a viagem foi ganhando novos objetivos ao longo dos lugares visitados e proporcionou a Agassiz novos horizontes para seus estudos. Durante sua viagem pelo Brasil, Agassiz apresentou cerca de 14

palestras nas quais pontuava assuntos como modos de conservação e classificação das espécies recolhidas para as coleções, e também falava sobre os objetivos da viagem. Em sua última palestra, ele se dedicou a tratar da teoria das transformações das espécies (SOUSA, 2008). Também acompanharam Agassiz e sua esposa outros naturalistas menos experientes, alguns alunos voluntários, um desenhista e um fotógrafo. No relato da viagem, eles escrevem: “Sr. Hunnewell se aperfeiçoa na arte da fotografia, a fim de estar em condições de prestar serviços à expedição quando não contarmos mais com artistas em nossa companhia.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 76). E dentre as expectativas de Agassiz para essa viagem, uma delas é relatada por ele da seguinte forma:

Esta viagem, graças às circunstâncias especiais em que se realiza, parece-me o presságio de uma nova era em que os homens, que têm interesses diversos, se auxiliarão uns aos outros, em que os naturalistas serão mais liberais e os homens do mar mais cultos, em que as ciências naturais e a navegação trabalharão de mãos juntas. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 26)

O recurso fotográfico foi uma espécie de integrante vivo dentre os auxiliares que acompanharam Agassiz em sua expedição pelo Brasil. Agassiz utilizou tais fotografias para as classificações dos seus estudos a respeito das raças humanas. Podemos observar essa questão no seguinte trecho do relato:

O estudo da mistura das raças humanas que se cruzam nestas regiões também muito me tem interessado, e procurei obter numerosas fotografias de todos os tipos que pude observar. O resultado principal a que cheguei foi que as raças se comportam umas em relação às outras como espécies distintas; isto é, que os mestiços que nascem do cruzamento de homens de raças diferentes são sempre uma mistura de dois tipos primitivos, e nunca a reprodução simplesmente dos caracteres de um ou outro dos progenitores, como se dá para com as raças dos animais domésticos. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 357-358)

No relato acima, além da importância das fotografias para o relato de viagem de Agassiz e para o fortalecimento da eugenia do século XIX, observamos algo curioso na fala de Agassiz a respeito da mistura das raças, já que o mesmo afirma que mestiços que nascem do cruzamento de raças diferentes são sempre a mistura dos dois tipos e nunca a simples cópia dos caracteres de um ou outro. Talvez Agassiz não tenha se atentado que, pela lógica, esse seria um motivo para mestiços serem uma raça superior, e não inferior como ele se esforçava para afirmar, mas esse é um aspecto da dissertação que será visto aprofundadamente mais à frente. O que vale

destacar a respeito das observações de Agassiz relacionadas com os discursos higienistas produzidos na mesma época é que esses naturalistas pretendiam alcançar a pureza da raça humana através da eugenia, e tal desejo fez parte da obstinação de muitos países que se viam ou queriam ser vistos como nações (DIWAN, 2007). Através de seus relatos de viagem e seus argumentos, os eugenistas mutilaram, segregaram e executaram milhares de pessoas em diversos países através da colonização e exploração (DIWAN, 2007). Mais à frente será aprofundada crueldades sofridas por mulheres negras como Anarcha Westcott ou Sarah "Saartjie" Baartman, para que esses cientistas fossem ovacionados por suas contribuições científicas, às custas de suas dores e através da desumanização de seus corpos.

O que fica é a reflexão de que o século XIX transferiu para os séculos seguintes um mecanismo no qual ciência e poder se aliam para criar políticas preconceituosas, muitas delas de cunho genocida, através de seus discursos a respeito das diferenças biológicas (DIWAN, 2007). É preciso entender que compoendo a categoria dos eugenistas estavam envolvidas ciências como genética, antropologia, estatística, genealogia, biografia, medicina, psiquiatria, cirurgia, economia, estudos legislativos e testes mentais e psicológicos. As relações em prol da eugenia envolviam ligações entre poderes público e privado, trocas entre países, entre médicos e entre intelectuais (DIWAN, 2007).

### **3.2 Eugenia**

A eugenia foi capaz de estabelecer um conceito de “luta de raças” no qual, para purificar a raça e aperfeiçoar o homem, busca-se superar-se, através da competição que determinaria quem é o mais forte, o mais apto e o mais adaptado, na qual o mais fraco seria derrotado. Tal competição envolvia também a política e a luta de classes (DIWAN, 2007). As mulheres eram raramente incluídas em tais páreos, sendo que mulheres brancas buscam equiparar-se aos homens brancos, enquanto as mulheres negras estavam trabalhando para servir a ambos.

Vale contextualizar que os ideais eugênicos remontam à Antiguidade. A concepção dos padrões de beleza física elaboradas na Grécia Antiga, os modelos de força corporal influenciados pelos exércitos espartanos, as regras de higiene pessoal e profilaxia inspiradas pelos hebreus, tudo isso inspirou os teóricos eugenistas na segunda metade do século XIX

(DIWAN, 2007). Também na Grécia Antiga existem registros que comprovam que eles colocavam em prática medidas que tinham em vista a purificação racial. Foi elaborado um conjunto de leis de Licurgo no século VIII a.c que previa que desde o nascimento até a morte, todo espartano varão era posse do Estado. Devido a isso, recém-nascidos eram examinados com muita cautela por um conselho de anciãos e, caso observassem anormalidades físicas, mentais ou se ao crescer o adulto não fosse tão robusto quanto gostariam, era ordenado que encaminhassem o bebê ao Apotetas onde seria lançado de cima do monte Taigeto. Sendo considerados perfeitos, os bebês eram cuidados pelos pais até seus 7 anos de idade. Ao completarem essa idade os meninos ingressavam definitivamente na escola de formação militar tutelada pelo Estado (DIWAN, 2007). É sabido também que filósofos como Aristóteles e Platão também pensaram na necessidade de os casamentos serem selecionados para que se formassem casais “superiores” com o objetivo de preservar a raça (DIWAN, 2007). Sabemos também que na concepção aristotélica a importância da mulher está diretamente ligada à concepção de herdeiros, preferencialmente masculinos (LESSA, 1998).

Houve teóricos como Claude Bernard e Louis Pasteur que entendiam a sociedade como um organismo e o organismo como uma máquina; que defendiam que é do equilíbrio do organismo em relação a seus órgãos que depende a sobrevivência do indivíduo (DIWAN, 2007). Foram tais teorias que fundaram a saúde pública e a medicina social por terem descoberto a existência dos micróbios, o que possibilitou a criação de vacinas e outras técnicas curativas para as doenças epidêmicas do século XIX (DIWAN, 2007). Como foi dito que a biologia foi a grande protagonista do século XIX, podemos dizer também que a política nesse período foi se tornando cada vez mais biológica (DIWAN, 2007). Normas para solução de doenças como sífilis, raiva e tuberculose passaram a ser decretadas, a vacinação tornou-se obrigatória e foram criados até mesmo sanatórios de quarentena, regras de higiene individuais e públicas e no geral os resultados apresentados eram positivos (DIWAN, 2007). Podemos entender então que higienistas contribuíram com a criação de uma dimensão biológica da sociedade. No fim das contas, independente dos objetivos que queriam alcançar com a formulação de suas teorias, seus serviços estavam integralmente ligados ao serviço social, o que acabou também por fortalecer a ordem social e política (DIWAN, 2007).

O evolucionismo do anteriormente citado Charles Darwin foi uma das principais bases teóricas da eugenia. Era uma teoria pautada no conceito da seleção natural ou preservação das raças mais adaptadas na luta pela sobrevivência (DIWAN, 2007). Até hoje é a teoria opositiva ao criacionismo, crença fundamentada na origem mítica-religiosa do ser humano, mais

comentada e debatida dentro e fora dos ambientes escolares e acadêmicos. A teoria evolucionista de Darwin não possuía aplicações técnicas nem bases empíricas, desafiando assim a ordem política ao afirmar que a ordem biológica e natural regia a vida e o desenvolvimento da humanidade (DIWAN, 2007). Nos países da América Latina, o desejo de evolução e transformação racial tinha ligação com o desejo de formação de identidades nacionais, visto que os países eram estereotipados negativamente pelos países europeus por considerarem que os latino-americanos não representavam nações consolidadas com identidade bem definida (DIWAN, 2007).

Partindo daí, teorias disseminadas por antropólogos e cientistas intelectuais defendiam que países como o Brasil e os demais países tropicais, incluindo países do continente africano, eram incapazes de alcançar progresso devido ao que consideravam uma promiscuidade racial de seus povos (DIWAN, 2007). Devemos destacar a responsabilidade dos imperadores do Brasil no incentivo da higienização do país. D. João VI e após ele D. Pedro II, num contexto cujo cenário científico internacional demonstrava bastante interesse à diversidade natural zoológica e botânica do país, foram os que mais incentivaram as expedições de cientistas visitando o Brasil (DIWAN, 2007). Principalmente no II Reinado (1831-1888) de D. Pedro II, o Brasil tornou-se um lugar plenamente ocupado por cientistas (DIWAN, 2007).

D. Pedro II ficou conhecido por trocar correspondências com intelectuais estrangeiros, dentre eles o próprio Agassiz, tendo um grande papel na contribuição para o desenvolvimento das ciências e das artes (DIWAN, 2007). Nessa época o Brasil apresentava-se como um grande laboratório de pesquisas e proliferou de instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Jardim Botânico, os museus Nacional (RJ), Paulista (SP) e o Emílio Goeldi (PA), além das faculdades de Direito e Medicina (DIWAN, 2007). Além disso, se faziam presentes os viajantes com seus relatos a respeito da composição étnica diversificada do país, sendo a miscigenação vista como um grande problema que atrapalharia o progresso dos países do Novo Mundo (DIWAN, 2007). Mas precisamos evidenciar que a figura de D. Pedro II não representa apenas um amante das ciências. Sua constante atividade nesse meio e sua frequente troca com higienistas como Agassiz representam seu papel no projeto de embranquecimento do Brasil, sendo nesse momento o ato de embranquecer tratado como sinônimo de “limpar” o país.

Subvertendo as ideias de Darwin, Gustave Le Bon, Arthur de Gobineau e Louis Agassiz trataram a miscigenação como um fator antievolutivo e descreveram como promíscua a situação na qual encontram os negros e mestiços. Eles consideravam que a mistura das raças resultava



na combinação dos genes mais fracos e menos aptos, potencializando defeitos e imperfeições que se perpetuariam gerações após gerações (DIWAN, 2007). Vale destacar que Francis Galton, um dos formuladores da Eugenia, buscou explicar os fundamentos da hereditariedade humana a partir das ideias darwinistas que atribuíam ao mecanismo de seleção natural a transmissão de características naturais que permitiam e mantinham a sobrevivência e capacidade reprodutiva dos indivíduos melhor adaptados ao seu habitat (LIMA, 2021). A teoria darwinista dava conta de explicar o surgimento das variações dentro de uma mesma categoria de espécie e a emergência de espécies novas. Foi daí que se derivou o conceito de raça (LIMA, 2021). Mas a partir dessas ideias, eugenistas como Galton teorizaram que determinados grupos de indivíduos da mesma espécie compartilhando características que o identificavam como uma raça, sendo essas características desejáveis, poderiam ser considerados superiores a outros (LIMA, 2021).

Nesse sentido, a eugenia propunha conduzir o processo de seleção natural, para que ele não fosse mais natural. Buscando dominar instrumentalmente as características humanas, possivelmente comparável ao processo de seleção dos agricultores no manejo de suas colheitas, os eugenistas estimulavam características desejáveis e buscavam isolar características julgadas indesejáveis (LIMA, 2021). Além do que temos hoje como racismo e misoginia, o capacitismo surge também dessas ideias eugênicas. Aportes ideológicos eugênicos estabeleceram caminhos para as diretrizes de Educação Especial que se tem no Brasil ainda no início do século XX, tendo a necessidade de serem revisados atualmente, visto que as avaliações físicas e psicométricas encontradas nessas diretrizes estão ligadas aos ideais higienistas do século XIX (LIMA, 2021).

Tais teóricos e suas constatações a respeito da impossibilidade de progresso do Brasil devido à composição racial do país criou na intelectualidade brasileira a necessidade de formular sua própria concepção teórico-racial a respeito do país. Partindo daí, eugenistas brasileiros propunham o que eles julgavam ser a cura para o que acreditavam ser a doença do país: tais propostas envolviam branqueamento da população através do cruzamento, controle de imigração, regulamentação racial dos casamentos, segregacionismo e esterilização (DIWAN, 2007).

### **3.3 As primeiras observações de viagem do casal Agassiz**

Cabe interpor aqui, após entendermos as motivações dos discursos naturalistas, mas antes de analisarmos especificamente as idealizações do casal Agassiz, que todos esses discursos foram influentes ao extremo ao longo dos séculos. Por serem propostos a partir de um lugar de poder, foram tidos como verdade, mais especificamente no presente caso, como ciência. (FOUCAULT, 1996) Devemos analisa-los não como a verdade única, mas como um produto das relações de poder que atribui uma maior legitimidade a uns e menor a outros. (FOUCAULT, 1996) Nesse sentido, a história da população negra, mais ainda a das mulheres negras, não foi contada a partir do protagonismo, mas a partir da ambição das pessoas brancas que, tendo mais poder de discurso, tiveram mais poder sobre a fomentação da construção da imagem de pessoas negras, em prol de que a própria imagem fosse beneficiada.

Prestes a chegarem ao Brasil, Elizabeth relata sobre as expectativas de Luís:

10 de abril – Depois de amanhã, se Deus quiser, entraremos na baía do Rio de Janeiro. [...] Ontem, perguntou-se como se poderia saber qual é a época dos amores entre os animais do Brasil. “Os próprios habitantes nada nos poderão adiantar sobre isso; é um assunto sobre que, em geral, o povo é muito ignorante. Mas, se não podemos nada aprender com os homens, os animais não nos deixarão de fornecer algumas indicações. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 54)

Logo de início vemos que o relato é rico o suficiente para que se note as expectativas do casal Agassiz em relação às terras brasileiras. Eles estavam animados para conhecer o que o país tinha a oferecer em termos de vegetação, de elementos naturais, sua flora e sua fauna. Mas em relação ao povo habitante do país, já os viam como ignorantes antes mesmo de ter contato com estes.

A hospitalidade dos brasileiros, segundo se afirma, não conhece limites; basta alguém se apresentar à porta no fim de uma jornada de viagem e, desde que o forasteiro não tenha lá uma cara muito má, pode estar certo de receber uma acolhida cordial, um jantar e uma cama. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 73)

Encontramos no relato trechos que demonstram que os estrangeiros, já naquela época, enxergavam nos brasileiros o estereótipo de serem hospitaleiros. A hospitalidade é tão enfatizada que a descrevem de maneira que se aproxima da ignorância ou até mesmo da ingenuidade. Segundo o casal, a hospitalidade brasileira não possui limites. Eles enxergaram

que bastava se apresentar à porta de alguém para ser acolhido cordialmente com jantar e lugar para dormir, e registram em seu relato detalhes a respeito das demonstrações públicas de simpatia que os brasileiros apresentam (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 73). Elizabeth escreve:

Agassiz não teve aqui de reconhecer apenas a inesgotável benevolência das pessoas, mas também os testemunhos de calorosa simpatia que as corporações oficiais manifestaram pelo objetivo da expedição. [...] Creio poder dizer, sem receio de me enganar, que, em nenhum país do mundo, uma empresa científica particular haja sido acolhida com tanta cordialidade e hospitalidade mais liberal. Insisto sobre isso e volto várias vezes ao assunto, não num mesquinho espírito de egoísmo, mas porque essa homenagem é devida ao caráter do povo brasileiro, cuja generosidade devemos proclamar. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 158)

No trecho acima é notável o quanto a simpatia e generosidade é enfatizada e devido ao fato dessa questão estar presente não somente no relato do casal Agassiz, mas também nos relatos de outros viajantes, isso criou um estereótipo que ainda existe atualmente. Esse é um ponto problemático, pois como é possível notar a partir dos relatos, as descrições a respeito de tal hospitalidade são feitas a partir de uma linha muito tênue entre a generosidade e a ingenuidade, entre a benevolência e a ignorância, de maneira que eles parecem estar elogiando o país e seus habitantes, ao mesmo tempo que estão relatando que o Brasil é um país fácil de ludibriar.

Chegando no país, o casal avista Cabo Frio na madrugada de 23 de abril de 1865. As primeiras visitas que eles fazem à vegetação tropical e à vida brasileira são na Ilha das Enxadas (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 64). Junto a esse momento logo já têm também seu primeiro contato com as pessoas negras habitantes do Brasil e, ao relatarem suas primeiras impressões, destacam detalhes como a cor da pele delas, "pretos como azeviche", e informações a respeito do que elas estavam fazendo, a cantar e dançar o fandango (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 64). Nesse primeiro encontro Elizabeth Agassiz fica chocada não só pelas diferenças físicas entre as pessoas negras e ela, mas também pelo comportamento delas. Incomodou-a e impressionou-a o fato deles estarem dançando e cantando. Ela classificou a dança como selvageria e encontrou similaridades entre os passos de dança dos negros brasileiros e os passos dos negros estadunidenses. Elizabeth Agassiz detalha:

[...] a excitação aumentou e a dança se tornou como que uma exaltação selvagem acompanhada de exclamações e gritos estridentes. Os movimentos do corpo lembram, numa singular combinação, a dança dos nossos negros e dos espanhóis. Dos pés até a cintura, eram aqueles movimentos curtos, sacudidos, de membros, e essa torção de pernas, próprios dos negros das nossas plantações, enquanto que o tronco e os braços oscilavam, cadenciados no ritmo tão característico do fandango espanhol. Quando já tínhamos observado bastante, entramos no jardim [...]. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 66)

Repare que quando Elizabeth utiliza a expressão “selvagem”, fica difícil saber se ela está se referindo a como eles dançam ou simplesmente ao fato deles estarem dançando. O que vemos aqui e em outros trechos do relato que serão retratados mais à frente, é que o ato de dançar em si, para Elizabeth e Luís Agassiz, já passava um atestado de que seriam pessoas primitivas e atrasadas. Também é possível notar nesse trecho do relato que ela compara as pessoas negras que ela acabara de conhecer no Brasil com as que ela vira anteriormente em outros países, assumindo que seriam todas iguais, desprovidas de individualidade, simplesmente pelo fato de serem negras.

Os Agassiz não foram os únicos a abordarem a dança como uma característica primitiva dos negros africanos habitantes do Brasil no período do século XIX. Nina Rodrigues (1862-1906) em sua obra “Os Africanos no Brasil” (2010), escrito originalmente entre 1890 e 1905 e publicado postumamente em 1932, observa a dança como uma linguagem alternativa ao uso de palavras. Segundo ele, as danças dos rituais de caça ou de guerra seriam uma representação mímica e gestual da narração cantada a respeito dos grandes feitos de cada povo (RODRIGUES, 2010). Os negros, de acordo com suas observações, eram amantíssimos da dança. Em tempos coloniais nos quais a população negra era maioria em relação a branca, haviam com frequências reuniões de divertimento negro (RODRIGUES, 2010). Suas danças e músicas não se limitavam às plantações ou aos engenhos, elas também invadiam as cidades, principalmente na Bahia e no Maranhão.

Mas para autores como Nina, tal divertimento partindo de pessoas negras era um incômodo e os senhores da época tinham, portanto, preferência em escravizar pessoas negras que não fossem tão “festeiras”. Dessa forma, senhores de engenho adquiriam “crioulos de hábitos mais policiados” (RODRIGUES, 2010) que tocavam suas celebrações a partir de ritmos modificados mais aceitos pelos senhores. Nina descreve esse feito como um esforço por parte dos negros de se incorporarem às festas populares dos brancos (RODRIGUES, 2010), mas

sabemos que a população negra afro-diaspórica do Brasil criava diversas estratégias de resistência para que mantivessem vivos sua cultura, suas danças, suas crenças religiosas, seus estilos de luta e autodefesa como maneira de preservar as raízes da cultura dos países africanos (NASCIMENTO; ABIB, 2016). Nesse contexto, os quilombos, as confrarias, as irmandades e os terreiros de candomblé eram verdadeiros espaços de manutenção cultural que celebravam não apenas sua resistência, como também sua sobrevivência (NASCIMENTO; ABIB, 2016).

Uma das principais estratégias de resistência por parte da população negra era o sincretismo, que é o nome dado ao ato de pessoas negras utilizarem aspectos da cultura branca para encobertamente celebrarem suas próprias crenças e cerimônias culturais (VALENTE, 1955). Isso aconteceu com a religião, com as músicas, com as danças, e com os alimentos (VALENTE, 1955). Portanto, o que Nina Rodrigues (2010) considera uma insistência, era na verdade uma inteligência. Todos esses aspectos do Brasil no século XIX fazem dele um país miscigenado não apenas racialmente, como culturalmente também. Voltando às observações do casal Agassiz, em um outro momento o casal relata um novo contato com uma população negra no Brasil:

As grandes labaredas projetavam sobre as paredes brancas, sobre as choças dos negros, sobre a floresta distante, lampejos variáveis. Pelo clarão da fogueira passava a ronda dos pretos, com gestos selvagens e cantos cadenciados com acompanhamentos de tambor; depois, de repente, com grandes estrondos, estouravam foguetes, deixando traços luminosos e brilhantes. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 121).

Dessa vez eles puderam fazer essa observação tão meticulosa pois observavam ainda mais de perto, visto que havia pessoas negras auxiliando na expedição em dados momentos também, como fica evidente no seguinte trecho:

Tais construções são de extraordinária solidez e duras como pedra, por isso, o Sr. Laje havia posto à nossa disposição alguns negros armados de picaretas para abri-las ou quebra-las. Apesar da força dos negros, não foi fácil. Em geral, esses ninhos são construídos em volta dum tronco velho ou sobre um toco que lhe serve de fundação. [...] Auxiliado pelos negros, Agassiz fez, para ulterior exame, ampla provisão de todas as variedades de indivíduos que compõem, em proporções numéricas muito variadas, essas pequenas repúblicas. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 121).

Nesses últimos dois trechos, além de novamente o canto e a dança serem apresentados como sinônimos de selvageria, também observam a força dos homens, a qual não é atribuída como um valor positivo, mesmo que eles a considerem um diferencial. É preciso ser cauteloso ao analisar os relatos de viagens do século XIX porque o fato dos viajantes citarem apenas características negativas a respeito de determinado ser ou determinado local, não significa que não existam aspectos positivos. Significa que eles apenas trouxeram os dados que validam seus argumentos para torná-los plausíveis e também que possuíam artimanhas para transformar algo positivo em negativo, como a força e resistência das pessoas negras, por exemplo, que fora utilizada como meio de desumanização e não como algo a ser reconhecido e valorizado. Além disso, nos trechos também é possível notar um outro meio de animalizar os feitos da população negra: o momento no qual os Agassiz definem as construções realizadas por eles como “ninhos”, algo que é produzido por animais, logo os negros não eram vistos como seres humanos.

Dicionários franceses do século XVIII tendiam a reduzir as pessoas negras a pessoas escravizadas. As definições do termo “negro” encobriam que tal palavra funcionava tanto como um conceito geral quanto como um conceito singular no vocabulário da época (CURRAN, 2011). As frases que continham o termo acompanhado por um artigo definido (“o negro”) eram entoadas de maneira que se evocasse todos os negros dando a entender que eles seriam um grupo desprovido de individualidades, e no geral é nesses termos que a história natural e a anatomia da época utilizam a expressão “negro” (CURRAN, 2011). É dessa maneira que no trecho do relato de viagem Agassiz se refere “aos negros” que construíram “ninhos”. A visão que Agassiz tem das pessoas negras que encontra no Brasil é abrangente e, devido a isso, redutiva (CURRAN, 2011).

Em contraste à visão generalizada reforçadora de estereótipos e preconceitos, houve muitos escritores de literatura de viagens, romances ou até mesmo traficantes de escravos que produziram retratos de pessoas negras de maneira individual com o objetivo de questionar as representações “universais” (CURRAN, 2011). Tais construções de imagens que retratavam pessoas inteligentes, sóbrias e astutas poderiam funcionar de duas maneiras: na posse de abolicionistas como o *quaker* estadunidense Anthony Benezet (1713-1784), tal etnografia possibilitou que a imagem geral da pessoa negra fosse tratada não apenas como redutora, mas como ainda errônea, porém para a grande maioria dos leitores da época, tais imagens eram apenas exceções que comprovariam a regra (CURRAN, 2011).

Mais à frente, além dos registros do primeiro contato do casal Agassiz com a população negra, encontramos também descrições dos primeiros contatos do casal Agassiz com povos indígenas. Isso se deu em um momento em que eles estavam indo a um mercado situado à margem do rio. Foi então que “com vivo prazer” viram indígenas abordarem suas canoas. A montaria, que é como chamavam suas embarcações, é descrita como longa e estreita com uma de suas extremidades coberta de folhas secas. Era debaixo dessas folhas que a família indígena morava. É dito que ali viviam o casal, os filhos, as redes, os utensílios domésticos, os vasos de barro e todos os seus pertences. A respeito das atividades que ele observa, é dito que as mulheres se ocupavam com o preparo do almoço, ferviam café, cozinhavam tapioca e havia as que se ocupavam vendendo cerâmicas, utensílios descritos pelo casal Agassiz como grosseiros, mas ainda sim providas de graça e elegância (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 154-155). É curioso perceber no relato do casal as artimanhas que utilizavam para desmerecer os feitos de pessoas negras e indígenas. Aqui, por exemplo, observam cerâmicas e as consideram graciosas e elegantes, mas ainda assim não deixam os “grosseiras” de lado para descrevê-las.

Esse primeiro encontro com os povos indígenas não foi relatado da mesma maneira que o primeiro encontro com os africanos escravizados fora porque o casal Agassiz também identifica cortesia nos indígenas, o que não deixa de ser uma análise carregada de estereótipos. E por identificarem destreza em pescaria em alguns deles, acabaram contando com o seu auxílio em alguns momentos da expedição. Há registrado: “Os índios daqui são muito destros em matéria de pescaria, [...] Agassiz, [...] contrata alguns pescadores e fica a bordo superintendendo os desenhos e a preparação dos exemplares à medida que vão chegando.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 170). Assim como também registraram: “Há nessas pobres criaturas uma cortesia natural realmente cativante. O Major Coutinho, que viveu muito tempo no meio deles, assegura que ela é geral e caracteriza todos os índios da Amazônia” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 172). Nesse último trecho fica evidente a falta de profundidade nos assuntos buscados a respeito dos povos indígenas, assim como mostra a ignorância e generalização no olhar do estrangeiro com o habitante nativo.

### **3.4 A miscigenação na perspectiva do casal Agassiz**

Tendo registrado suas primeiras impressões dos negros africanos habitantes do Rio de Janeiro e seus primeiros contatos com os povos indígenas, Luís e Elizabeth Agassiz registraram também seus primeiros contatos com as misturas raciais que seriam então tão comentadas no decorrer do relato em diante. Esse primeiro contato é visto no seguinte trecho:

Vila de Breves. 21 de agosto – Atingimos ontem à noite a nossa primeira estação, a pequena vila de Breves. A sua população, como a de todos os pequenos estabelecimentos do Amazonas inferior, é o produto da mistura das raças. Veem-se aí os traços regulares e a pele clara do homem branco, a grosseira e lisa cabeloira preta do índio, ou então as formas metade de negro, metade de índio que apresentam os mestiços cujos cabelos não possuem mais ondulações finas. Ao lado dessas misturas, mostra-se o puro tipo índio: fronte baixa, face quadrangular, ombros rigidamente em ângulo reto e muito altos, sobretudo nas mulheres. Na primeira cabana em que entramos, só havia uma índia mestiça. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 166)

No trecho acima fica mais que evidente o quanto a população brasileira é miscigenada desde os primórdios de sua formação, o que torna as discussões que dizem respeito às questões raciais muito complexas ainda nos dias de hoje. Muitos autores, tomados pelo estereótipo da hospitalidade brasileira abordado no início do capítulo, se aproveitaram da questão da miscigenação para minimizar as crueldades presentes nos moldes da escravidão brasileira. Dentre os escritores que cometeram tal feito, o mais conhecido é Gilberto Freyre (1900-1987) que em várias de suas obras assume que a miscigenação no Brasil seria um atestado de como a escravidão teria se dado de maneira branda, diferente das dos demais países (FREYRE, 2019). Em contrapartida a essa linha de pensamento, no que consiste ao século XIX, para os naturalistas e as teorias eugenistas elaboradas por eles, a miscigenação era um problema para o qual eles pretendiam encontrar soluções.

Diante dessas construções de ideias e conceitos a respeito de como se deu o processo de escravidão, de abolição da escravatura e de miscigenação no solo brasileiro, nos dias de hoje, o que vale e é comprovado diante de várias ciências, é que a escravidão estabelecida no Brasil não foi branda. Além disso, não existe comprovação científica que a raça negra, miscigenada com raças caucasianas, implica biológica ou fisicamente na degeneração dessas raças. A crença nessas afirmações, nos dias de hoje, está provavelmente mais próxima do racismo do que da ciência ou da historiografia. Gilberto Freyre na literatura e os naturalistas no campo científico omitiram informações para que a ideia de superioridade caucasiana fosse fortalecida e seus



feitos para com a população negra fossem amenizados e isso acarretou em consequências que hoje são categorizadas no campo da discriminação racial.

É importante perceber nos feitos racialistas do século XIX que classificações como “preto”, “branco”, ou “mestiço” são categorias cognitivas provenientes do colonialismo que, observadas mais detalhadamente, se aproximam mais do ideológico e menos do biológico (MUNANGA, 2019). A mestiçagem, portanto, não pode ser engendrada como um fenômeno exclusivamente biológico. As elaborações biológicas a respeito da mestiçagem são afetadas pelas ideias tidas a respeito dos indivíduos, por isso é importante ser cauteloso ao analisar as teorias dos naturalistas do século XIX (MUNANGA, 2019).

Um ponto importante a ser destacado nesta dissertação é o de que a eugenia não estava ligada somente às determinações de diferenças raciais, mas também se preocupava em elaborar diferenciações quanto ao sexo e aos gêneros dos indivíduos (STEPAN, 2005). Nesse sentido, eugenistas definiam que o papel social das mulheres estaria diretamente ligado à reprodução e isso se devia também às influências religiosas que impunham um modelo familiar como a instituição fundamental de composição de uma sociedade adequada (STEPAN, 2005). Portanto, em relação ao corpo feminino, a eugenia se preocupava em sanear, moralizar, de modo a “higienizar” as famílias. Nesse meio, medicina e sociologia se relacionam para que a vida social se tornasse adequadamente saudável nos moldes eugênicos (STEPAN, 2005). Muitas vezes o gênero foi um elemento central dos discursos eugênicos devido ao fato da reprodução sexual ser um ponto importante a ser debatido pela eugenia. Era através da reprodução que eles acreditavam que conseguiriam controlar e modificar as transmissões hereditárias para as gerações futuras (STEPAN, 2005). Sendo assim, o controle da reprodução, direta ou indiretamente, era um aspecto importante dos movimentos eugênicos e muitas políticas eugênicas concentraram-se nas mulheres (STEPAN, 2005).

Hoje em dia sabemos que as populações mestiças não apresentam diferenças de natureza em relação às demais populações. As análises científicas atuais concluem que a mestiçagem seja um processo pelo qual um fluxo gênico causa a aproximação de duas populações e constatam que se pode dizer que os estudos clássicos só trataram de alguns casos no conjunto dos fluxos que se estabeleceram de uma população à outra e que outros casos foram implicitamente excluídos (MUNANGA, 2019). A tendência científica do século XIX era a de que o termo fosse utilizado apenas quando a diferença fenotípica entre as duas populações representasse uma visibilidade imediata, dando a notar uma grande distância biológica

(MUNANGA, 2019). Portanto, consideravam certas diferenças e ocultavam outras, a partir de uma divisão operada no seio do *continuum* da variabilidade biológica humana (MUNANGA, 2019).

Do ponto de vista biológico, a raça é o resultado do processo que envolve a adaptação de determinada população ao ambiente em que vive. Nesse processo de adaptação, existem características que se tornam mais frequentes que outras, por serem mais úteis para viver no ambiente em que os indivíduos se encontram. (DUNN, 1972) O conjunto dessas características que se repetem acabam por caracterizar esse grupo de indivíduos que podem então se distinguir uns dos outros a partir das características hereditárias. Mas, diferente do que os eugenistas procuravam determinar, raça é uma categoria dinâmica, e não rígida e estática. As diferenças raciais são conjuntos particulares de características que podem variar entre os indivíduos (DUNN, 1972).

A respeito do século XIX, é possível perceber hoje que a noção que tinham de mestiçagem estava mais associada a um tipo de senso comum do que ao substrato genético (MUNANGA, 2019). Os relatos de Agassiz assim como os de outros naturalistas trazem as conclusões retiradas a partir de uma percepção da distância que pode ser vista como biológica, mas que também corresponde a uma distância cultural biologizada (MUNANGA, 2019). Portanto, a partir do campo da antropologia seria possível afirmar que tais estudos a respeito da mestiçagem se apoiavam na interpretação sociológica dos fatos (MUNANGA, 2019).

### **3.5 Possibilidades de emancipação do trabalho no pós-escravismo negro**

O relato traz o registro de pessoas negras trabalhando “livremente” na lida com o café. O casal fez tais observações enquanto passeava por uma plantação de café localizada em uma fazenda de Fortaleza de Santana, situada no sopé da serra da Babilônia. Sua vontade era aprender como se cultivava café no Brasil. Segundo o que foi observado e descrito pelo casal, as pessoas negras eram obrigadas a carregar em suas cabeças um fardo pesado do que colhiam das plantações: “um norte-americano, que viveu muito tempo nas fazendas desta zona, contou-me que vira negros, carregando em cima do crânio enormes fardos desse gênero, descer ladeiras quase verticais.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 129). Na seguinte imagem (Figura 1),

retirada do próprio relato, é possível observar homens negros escravizados lidando com café. Junto com eles é possível encontrar um homem branco os supervisionando que, dado o contexto da época, provavelmente era alguém que trabalhava para o senhor observando e garantindo que os negros escravizados cumprissem as funções incumbidas a eles.

*Figura 1– Colheita do café*



Fonte: AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 130

É possível dizer que esse trabalho dos negros na colheita do café era “livre”, pois eles recebiam pelo seu serviço. Mas não é possível dizer, baseado em tais relatos, que recebiam o suficiente para que tivessem condições mínimas e humanas de sobrevivência. No relato, os Agassiz observam os negros nas plantações de café e descrevem homens e mulheres pretas espalhados pela plantação trazendo uma espécie de cesto feito de caniços ou de bambus amarrados em suas costas com os grãos de café: “[...] uns vermelhos e brilhantes como cerejas frescas, outros já escuros e meio ressequidos, [...] alguns ainda verdes, [...], mas não devendo tardar em amadurecer [...]” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 131). Eles também observaram crianças lidando com a colheita: “Pretinhos pequenos, sentados na terra ao pé dos arbustos, ajuntam as cerejas caídas, cantando um estribilho monótono que tem sua harmonia e seu encanto; um deles faz o canto e os outros o acompanham” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 131). E ainda descrevem que quando os negros juntavam muitos cestos, mostravam-os aos administradores em troca de uma ficha de metal marcada com o valor da tarefa executada.

Além de encherem os cestos, os negros ainda deveriam caminhar até o local onde eles seriam esvaziados. Lá eles dividiam a colheita em lotes e quando todo o café estava igualmente seco era espalhado em camadas de pouca altura por toda a extensão do terreno, onde ainda iriam

ficar sob os raios solares e em seguida seriam descascados com auxílio de máquinas (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 131). Os Agassiz não observam que eles estavam submetidos a condições sub-humanas de trabalho e inclusive descrevem a cena como um espetáculo. O casal atesta as despesas sem a devida comprovação, não apresenta os valores pagos, nem os gastos para a sobrevivência na época, além de não questionarem se havia exploração na demanda por esses serviços e ainda enfatizarem que o que era exigido desses homens, mulheres e crianças era “verdadeiramente moderado” e que aqueles que não eram preguiçosos poderiam “facilmente juntar um pequeno pecúlio” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 131). Eles ainda dizem que esse era um trabalho “livremente executado” como se naquele contexto do século XIX a população negra tivesse outras opções de meios para sobreviver.

Como já foi abordado no capítulo anterior, o casal Agassiz expressava opiniões bastante específicas a respeito da escravização de pessoas negras e a convivência entre o senhorio e o escravizado que, na perspectiva do casal, não deveria ser tão estreita. E no relato da viagem pelo Brasil, o casal faz diversos apontamentos a respeito desse tema, a começar pela observação que revela como a emancipação da população negra nos Estados Unidos causou influência em terras brasileiras e, portanto, as consequências dessa emancipação no Brasil, como está relatado no seguinte trecho:

E os negros continuavam a dançar ao clarão duma grande fogueira. De tempos em tempos, quando a sua excitação atingia o mais alto grau, eles atiravam as chamas que projetavam estranhos e vivos clarões sobre o grupo selvagem. Não se podem contemplar esses corpos robustos, nus pela metade, essas fisionomias desinteligentes, sem se formular uma pergunta, a mesma que inevitavelmente se faz toda vez que a gente se encontra em presença da raça negra: “Que farão essas criaturas do dom precioso da liberdade?” O único meio de pôr um termo às dúvidas que nos invadem então é de pensar nas consequências do contato dos negros com os brancos. Pense o que quiser dos negros e da escravidão, sua perniciosa influência sobre os senhores não pode deixar dúvidas em ninguém. O capitão Bradbury perguntou ao proprietário da ilha se os negros lhe pertenciam ou se lhes alugava os serviços.

‘ - São meus, tenho mais de cem – respondeu no seu inglês -, mas isto vai acabar em breve.

- Acabar em breve! Que quer dizer com isso?

- Acabou no país dos senhores, e, uma vez acabado aí, está acabado em toda parte, acabou-se no Brasil.’

[...] tom de queixa ou tristeza [...]. O golpe desferido na escravatura, nos Estados Unidos, feriu-a de morte onde quer que ela exista; fato esse que nos parece consolador e significativo (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 66-67).

Aqui nesse trecho vemos muitas questões que podem ser analisadas. A primeira é que mais uma vez a dança executada pelos negros está sendo dita primitiva. A segunda é que

Agassiz acreditava na teoria elaborada por seus contemporâneos eugenistas de que traços fisionômicos poderiam ser atestados de comportamento intelectual no momento que ele assume que a fisionomia dos negros era desinteligente. A terceira é que apesar de se posicionarem publicamente como antiescravagistas, os Agassiz corroboram a ideia de que a Liberdade é um conceito e um valor abstrato que apenas mentes racionais saberiam valorizar. Ao questionarem o que fariam aquelas “criaturas”, dando a entender com a escolha dessa palavra que não os considerava humanos, com o dom precioso da Liberdade, deixam claro que não acreditavam que os negros saberiam aproveitá-la, assumindo que eles não eram inteligentes o suficiente para entenderem o que a Liberdade significava. A quarta coisa a ser observada é os Agassiz se referirem aos negros escravizados como perniciosos, ou seja, como nocivos, mas não utilizarem essa palavra para falar dos brancos que estavam cometendo o ato de escravizar, o que torna o posicionamento de ambos contra a escravidão bastante contraditório e o que explica de certa forma o fato de suas ideias serem tão utilizadas para justificar o modo capitalista exploratório de escravizar.

A “coisificação” de pessoas negras e de diversas minorias que também foram dominadas e submetidas à desumanização ao longo de vários séculos foi utilizada para justificar a escravidão e os interesses político-econômicos, incrementando a escravização de pessoas negras no modo de produção, o que gerava mais lucros para os donos de escravos (DIWAN, 2007). É preciso pontuar também que no Brasil a escravidão foi tardiamente abolida, o que perpetuou e ainda perpetua no país uma dívida perante a população negra. São várias as reparações que ainda precisam ser feitas para que essas pessoas recuperem sua dignidade ancestral e seus meios de viver saudavelmente (DIWAN, 2007).

No relato, é possível encontrar evidências do posicionamento abolicionista do casal Agassiz quando eles demonstram que a escravidão estar com os dias contados em terras brasileiras, no ponto de vista deles, é positivo. Porém, é importante perceber que esse posicionamento não era motivado por uma preocupação com o sofrimento da população negra, mas era visto como um meio de evitar a mestiçagem, indo de encontro ao fato de a mistura das raças ser tão criticada por Luís Agassiz. E sobre os finais da escravidão no Brasil do século XIX, também foi registrado pelo casal alguns aspectos a respeito da contratação, ou, no caso, da ausência de contratação de pessoas negras libertas na região de Minas Gerais:

Por direito, nenhum escravo pode ser empregado pela companhia; os trabalhadores são alemães ou portugueses. [...] Assim o exige um regulamento geral que se aplica a todos os trabalhos públicos de certa importância. Os contratos aprovados pelo Governo proíbem expressamente o emprego de escravos. Infelizmente a regra não é sempre estritamente observada, por isso que, nos trabalhos de certo gênero, não se achou meio de substituir essa pobre gente. Para a conservação das estradas, porém, para as reparações, por exemplo, que exigem grande quantidade de trabalhadores constantemente em ação, explorando as pedreiras, quebrando pedras para o macadame, cobrindo o sulco deixado pelas rodas, retificando os taludes, etc., só se admitem trabalhadores livres. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 82).

Para Agassiz, o “cuidado em excluir os escravos dos trabalhos públicos revela uma tendência para a emancipação. Inspira-se na ideia limitar pouco a pouco o trabalho servil às ocupações agrícolas, afastando os escravos das grandes cidades e suas vizinhanças.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 82). Essa opinião evidencia o que já foi pontuado sobre Agassiz ser contra a escravidão para limitar a convivência entre pessoas brancas e pessoas negras, a qual o casal era contrário, sendo o trecho acima uma comprovação de que o casal via a escravidão como algo negativo, e o segregacionismo como algo positivo porque sua principal motivação era a total e absoluta separação entre negros e brancos sem a preocupação em restituir a dignidade das pessoas negras. O objetivo era apenas mandá-las para longe e encontrar formas de lidar com a população mestiça, considerada pelos naturalistas uma tarefa difícil. No relato ainda fica evidente o estado de saúde física no qual os negros encontravam já no fim de sua jornada como escravizados, como pode ser visto no trecho abaixo:

Mesmo agora, um negro que tenha firme resolução pode conquistar sua liberdade e, uma vez esta obtida, não há mais obstáculo a que ele eleve a sua absoluta do que foi nos Estados Unidos, tem, sob outros aspectos, algo de mais entristecedor. Os escravos, pelo menos nas cidades, são verdadeiras bestas-de-carga. Móveis pesados, pianos, aparadores, malas pesadas, barricas empilhadas umas sobre as outras, tudo isso, até as caixas de açúcar e sacas de café de mais de cem libras de peso, é transportado nas ruas na cabeça dos pretos. Por causa disso, esses infelizes ficam frequentemente com as pernas entortadas; não é raro vê-los, na força da idade, curvados inteiramente ou estropiados, e podendo a custo andar com um pau na mão. Em boa justiça, deve-se acrescentar que tal prática, tão chocante para o estrangeiro, vai diminuindo (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 82-83).

A partir do trecho acima fica nítido que se fazia necessário medidas de reparação diante de tudo que foi causado a essas pessoas durante a escravização das mesmas. Mas, diferente disso, o Estado promoveu políticas estatais de importação de mão de obra estrangeira, em sua maioria europeia, de maneira que a inserção da mão de obra negra, agora não mais escravizada, fosse reduzida. Para as pessoas negras restaram apenas serviços precários cujo prestígio social

era inexistente (PEREIRA, 2011). Além disso, embora o trabalho que essas pessoas realizavam fosse em condições de liberdade, ainda apresentavam características fortemente semelhantes ao sistema colonial escravista e devido à imigração de europeus para realização dos trabalhos mais qualificados, houve um salto de superpopulação negra para o trabalho precarizado (PEREIRA, 2011). Se Agassiz sabia que elas se encontravam em estados tão debilitados, ele deveria saber que caso tais pessoas fossem isoladas, como ele defendia que deveriam ser, tal medida seria como deixá-las para morrer. Essa proposta do casal Agassiz seria então mais um atestado de que a preocupação deles tinha mais a ver com a proximidade entre pretos e brancos e nos seus possíveis resultados do que com os danos físicos, psicológicos e morais causados pela escravidão às pessoas negras.

É possível reparar no relato anterior proferido pelo casal Agassiz e também em muitos textos de viajantes do século XIX, que eles abordam o tema da escravização de maneira que as pessoas escravizadas são tratadas e retratadas como uma massa escrava. Isso gera a invisibilização das relações de gênero na população negra, fortalecendo a associação de mulheres negras com a submissão (VIEIRA, 2017). Em outro trecho, em meio às suas observações e suposições, fica expressa mais uma vez suposições sobre a escravidão no Brasil no ponto de vista do casal Agassiz. Nesse trecho eles demonstram enxergar uma espécie de consolo na maneira que se deu a escravidão no Brasil, ao relatarem que uma senhora mesmo já tendo recebido sua liberdade há muito tempo, ainda se dedicava a família de seus antigos senhores:

Contam-se nesta propriedade cerca de dois mil escravos, dos quais uns trinta empregados no serviço doméstico. A habitação contém tudo o que é necessário às exigências duma tão numerosa população: há uma farmácia e um hospital, cozinhas para os hóspedes e para os negros, uma capela, um padre, um médico. [...] Em frente a essa sala, vimos uma oficina de roupas, que me pareceu bastante parecida com as nossas *sanitaryrooms* com suas peças de lã ou de algodão, que as negras cortam e costuram para os trabalhadores do campo. As cozinhas, as oficinas e os quartos dos negros circundam um pátio espaçoso plantado de árvores e de arbustos, em volta do qual há uma passagem coberta, calçada de tijolos. Aí os pretos, jovens e velhos, pareciam um formigueiro; desde a velha ressequida que se gabava ela mesma de ter cem anos, mas não mostrava com menor orgulho o seu fino trabalho de renda e corria como uma menina, para que se visse como era ainda ativa, até os pequerruchos todos nus que engatinhavam a seus pés. Esta velhinha recebera a sua liberdade havia muito tempo, mas por dedicação à família dos seus antigos senhores nunca quis deixá-la. São fatos que dão à escravidão no Brasil um aspecto consolador e permitem esperar muita coisa. A emancipação geral é aqui considerada como um tema de discussão, a regular por lei para ser adotado. Fazer presente a um escravo da sua liberdade nada tem de extraordinário (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 136-137).

Esse, como outros trechos de relatos de Agassiz, traz várias descrições a respeito das moradias pelas quais ele passava, o que é interessante para percebermos que essas habitações precisavam comportar um grande número de pessoas, envolvendo senhores e escravizados, e haviam ambientes separados para os donos, para os hóspedes, e para as pessoas em condição de escravidão. Também possuíam seus próprios médicos, seus próprios padres e até mesmo seus próprios hospitais. Novamente, Agassiz está comparando os feitos de pessoas negras a condições animais: anteriormente com a expressão “ninhos” e aqui com a expressão “formigueiro”. Por algum motivo que não fica explícito, Agassiz também compara uma oficina de roupas com “*sanitaryrooms*”, que seriam uma espécie de banheiro numa configuração mais específica do século XIX.

Mas o que fica mais evidente no relato acima é o tipo de "condescendência" dos senhores para com as pessoas escravizadas com quem eles mantêm uma relação de poder e posse. Tal condescendência era uma forma de tratamento e de preconceito racial distinta das que os viajantes estavam acostumados a presenciar e talvez devido a isso, Agassiz se impressiona e romantiza a relação que o Brasil tem com a escravidão, dizendo que mesmo após ser liberta das condições escravatórias, a mulher negra “escolheu” continuar trabalhando para a família que a escravizava. Mas precisamos entender que naquele período, mesmo que não fossem sob as condições de escravidão, as tarefas sociais que existiam para mulheres negras ainda eram tarefas de serviência.

### **3.6 O trabalho negro feminino no Brasil do século XIX**

Diversos setores da economia do século XIX eram sustentados pela força de trabalho de mulheres negras, e as mais novas no final do século XIX estavam aplicando suas forças em serviços domésticos em troca de subsistência. A maioria das empregadas domésticas nessa época eram mulheres negras escravizadas, mas também haviam as que já haviam sido libertas. Essas tinham um sistema de trabalho que hoje seria tido como uma espécie de aluguel de seus serviços; dessa forma, elas eram “alugadas” para trabalhar em determinadas atividades, principalmente domésticas, que equivalia a 58% das ocupações declaradas por mulheres negras naquele período (SOARES, 1994, p. 22). Além disso, também havia mulheres negras cumprindo ofícios de ganhadeiras, que trabalhavam como vendedoras ambulantes, e também



podiam ser lavadeiras, engomadeiras, artesãs, costureiras (SOARES, 1994, p. 22). No geral, o que podemos observar é que as atividades direcionadas a serem ocupadas por mulheres negras no século XIX eram majoritariamente ofícios que faziam parte do âmbito das atividades domésticas.

Desse modo, os serviços domésticos eram o que a maioria das mulheres negras da época se ocupavam quando eram “libertas” da escravidão e passaram a seguir esses moldes de “aluguel” devido ao fato de as casas dos senhores requererem uma grande quantidade de prestadores de serviço que apenas a elite branca podia manter, enquanto a maioria das famílias se mantinha com uma ou duas mulheres escravizadas ou optava por encontrar uma prestadora de serviços por meio do aluguel. Em todos os casos, estando elas escravizadas ou libertas, deveriam atender às exigências da família senhorial, que geralmente eram: que fossem novas, tivessem uma aparência que considerassem agradável e fossem bem comportadas (SOARES, 1994).

No contexto do século XIX, a esfera privada da socialização era representada pela casa grande patriarcal que era, portanto, o principal meio de domesticação de mulheres negras escravizadas (PEREIRA, 2011). Devido ao fato de os serviços domésticos exigirem um certo grau de intimidade entre a serviçal e o ambiente, muitas famílias acabavam aproveitando as mulheres escravizadas que já possuíam para exercer tais serviços. Essa era uma relação estabelecida por laços de submissão e dependência que eram formados a partir da convivência e muitas vezes geravam uma situação na qual os anos de prestação de serviço doméstico e pessoal, se preenchidos todos os requisitos de bom comportamento, poderiam ser recompensados com a alforria gratuita. Era um mecanismo no qual o senhor fingia estar prestando uma caridade e a doméstica estrategicamente o ludibriava fingindo lealdade a ele para que conseguisse sua alforria, um meio de sobrevivência que demonstrava sua inteligência e resiliência (SOARES, 1994, p. 27-28). Esse tipo de situação ainda é comumente visto atualmente nas relações entre patrões e trabalhadoras que são empregadas domésticas ou babás no Brasil dos dias atuais, podendo ser entendida como uma herança dessas relações coloniais.

Podemos observar também, que já no século XIX era possível notar uma divisão hierárquica de trabalho pautada em gênero. Socialmente era imposto que mulheres negras escravizadas atuassem como cuidadoras dos lares, mas não dos seus, e sim dos lares dos senhores e senhoras brancos (PEREIRA, 2011). Dessa forma, o trabalho como empregada doméstica protagonizado por mulheres negras tornou-se recorrente e serviu como porta de

entrada para o mercado de trabalho, já que era a única possibilidade de ocupação oferecida a essas mulheres (PEREIRA, 2011). No que diz respeito aos dias atuais, existe historicamente uma precariedade do trabalho doméstico no Brasil. Devido a isso, mulheres negras trabalhadoras vivem imersas em proletariedade extrema, à margem da regulação salarial estatal e para muitas essa é a única forma de sustentar a si mesmas e suas famílias. (PEREIRA, 2011).

Nesse contexto, uma das ocupações domésticas que mais exigia intimidade entre a mulher negra e a família senhorial era a profissão da ama-de-leite. Essa foi uma das funções mais complexas geradas pela escravidão no Brasil pois era uma situação que envolvia os enredamentos da amamentação da época e eram muitas as partes envolvidas. Nesse meio estavam envolvidos o bebê branco, o bebê negro, a ama, a mãe do bebê branco, a família senhorial abrangente e os doutores em medicina (KOUTSOUKOS, 2009). De maneira a minimizar todas as problemáticas que permeavam as amas de leite, as famílias senhoriais agiam como se tal relação entre eles e as amas fosse positiva e tentavam construir uma relação que, mesmo que falsamente, fosse harmoniosa e afetuosa, ignorando as contradições que envolviam tal emprego (KOUTSOUKOS, 2009).

Geralmente essas amas de leite eram amas de aluguel na casa dos menos abastados, enquanto nas casas das famílias com maior poder aquisitivo essas amas muitas vezes eram originárias da escravaria da família nos casos em que os partos da senhora e da escravizada coincidiam (SOARES, 1994, p. 28). E assim como na função das domésticas, as amas de leite também deveriam cumprir critérios para serem consideradas aptas para realizar suas tarefas, visto que essa era uma atividade que exigia ainda mais intimidade com a família que a atividade doméstica. Sendo assim, os senhores contratavam as amas de acordo com suas origens, cores, idades e estado de saúde. Preferencialmente eles escolhiam mulheres negras mestiças porque acreditavam que elas estariam mais integradas à cultura familiar senhorial e também estariam mais próximas do ideal racial dominante em detrimento das africanas, critérios que também valiam para as mucamas (SOARES, 1994, p. 28). Esse é um fato que nos ajuda a perceber que, apesar de condenada por Agassiz e outros naturalistas, a mestiçagem ocasionava um processo no qual pessoas mestiças eram mais aceitas por pessoas brancas. Ainda subalternizadas, marginalizadas e inferiorizadas, mas eram preferidas nos afazeres que exigiam mais proximidade com a família branca.

A preferência por mulheres negras cujo tom de pele era mais claro para as atividades realizadas dentro das casas dos senhores pode ser notada através dos anúncios publicados na

época. Neles, a ausência da especificação de origem significaria um consenso pela preferência pelas mais claras, enquanto a explicitação do desejo por africanas e crioulas representavam uma exceção, uma fuga da norma. Por isso a preferência se encontrava explícita (SOARES, 1994, p. 29). É importante destacar que as mulheres negras que eram amas de leite eram forçadas a desistir de cuidar dos seus próprios filhos, já que no Brasil, as crianças que possuíam amas de leite tinham-nas em suas próprias casas, ou seja, elas habitavam nas casas da família senhorial sob a vigilância dela. Esse era um método defendido pelos médicos higienistas brasileiros que criticavam o hábito comum na Europa e nos Estados Unidos de os pais deixarem seus filhos serem criados nas habitações da ama, mediante o pagamento de uma quantia mensal. Os médicos brasileiros acreditavam que criadas nas casas das amas as crianças poderiam sofrer maus tratos, ser negligenciadas e sentir falta de afeto (KOUTSOUKOS, 2009). Além disso, era comum que os senhores obrigassem essas mulheres a fornecer todo o seu leite para os filhos deles, fazendo com que os filhos dessas mulheres ficassem sem alimento. Por isso, muitas crianças negras naquela época eram abandonadas e cresciam sem saber o que é ter uma família. Ou pela falta do leite materno, poderiam nem crescer (SOARES, 1994, p. 31).

Ao serem separadas de seus filhos para cumprirem a função de amas de leite, as mulheres negras sofriam abalos psicológicos que poderiam afetar seriamente sua produção de leite, já que as emoções negativas que envolviam a separação influenciavam a secreção leitosa e as qualidades do leite, podendo ele ser suspenso por 12 ou até mesmo 24 horas (REIS, 1882, p. 12). Além disso, o leite produzido no período de abalo emocional poderia causar indigestão, vômitos, cólicas, diarreias e até mesmo a morte nas crias da família senhorial (REIS, 1882, p. 12). É sabido também, que além das famílias senhoriais, instituições públicas também tiravam proveito do leite materno de mulheres escravizadas ou libertas: a Santa Casa, em 1837, publicava anúncios oferecendo pagar 1.920 réis por semana, 1 quarto de farinha a cada dez dias, 160 réis a diária e o almoço, em troca de seu leite (SOARES, 1994, p. 31).

Entretanto, já nos finais do século XIX, a recomendação do leite materno das amas de leite passou a ser reprovada pelos médicos brasileiros que se baseavam nas teorias higienistas europeias (SOARES, 1994). Mulheres negras passaram a ser consideradas elementos corruptores da família, acusadas de levar para a casa senhorial vícios, superstições e doenças (SOARES, 1994). Esses discursos normativos proferidos por homens brancos que possuíam poderes públicos acabavam por designar o lugar da mulher negra na sociedade e interferir na construção da identidade dessas mulheres (RAGO, 2018). Assim, alegavam que as amas seriam portadoras e transmissoras de doenças infecciosas do tipo da sífilis e que ameaçavam as vidas

das crianças brancas e seus familiares, de forma que o leite materno negro passou a ser tratado não apenas como transmissor de doenças físicas, como também morais, considerado um transmissor de vícios que, na concepção formulada na época, poderia influenciar na personalidade da criança que viria a ser o futuro senhor (SOARES, 1994, p. 32-33).

Homens brancos recorriam ao problema do aleitamento materno e à condenação da amamentação mercenária, utilizando de seu poder médico para formular um discurso de “valorização” do papel da mulher representado pela figura da “guardiã do lar”, demonstrando a “missão sagrada” atribuída à mulher branca e sua “vocação natural de procriação” (RAGO, 2018). Como Rago (2018) demonstra, tais discursos eram alimentados com variados argumentos, mas a maioria de cunho moral. Podemos interpretar a partir desses discursos que a eugenia funcionava de maneira que para que existisse um modelo perfeito a ser seguido, deveria existir um modelo imperfeito a ser repudiado. Nessa lógica, buscavam atribuir às mulheres brancas o papel da pureza, enquanto que às mulheres não-brancas o papel da doença física e moral.

As teorias higienistas brasileiras do período, pautadas no que fora elaborado na Europa, consideravam as mulheres negras imorais, estúpidas, mal educadas, feias, desvirtuadas, frias, irascíveis, desarrumadas, entre outros termos ofensivos e tudo isso acreditavam ser transmitido por meio do aleitamento (SOARES, 1994, p. 36). Mas os médicos se deram conta de que haveria dificuldades de encontrar a amas de leite dentro dos padrões higienistas europeus caucasianos, já que a maioria das mulheres que ofereciam tais serviços ou eram africanas ou descendiam de africanos. Portanto, mesmo que pautando-se na cultura e na medicina europeia e no valor da raça branca, os médicos brasileiros adaptaram as recomendações para o contexto brasileiro da época, no qual amas de leite brancas não eram fáceis de encontrar, e conformaram-se em desaconselhar pelo menos o leite das mulheres negras que ainda estavam em situação de escravidão (SOARES, 1994).

Foi também nesse momento que médicos higienistas passaram a estimular a construção da imagem da “nova mãe” que deveria amamentar seus próprios filhos (KOUTSOUKOS, 2009). Além das tentativas de incentivar que as mães brancas amamentassem seus próprios filhos, criaram também as “mães higiênicas” que seriam encarregadas dos cuidados dos filhos, como uma espécie de babá, enquanto a amamentação ainda era incentivada que ficasse a cargo da mãe branca (KOUTSOUKOS, 2009). Nesse contexto, surgiram também em meados da década de 1880 propostas de regulamentação do serviço das amas de leite, tanto livres quanto

escravizadas. A partir dessa regulamentação elas teriam de passar por exames médicos periódicos em clínicas que eram montadas exclusivamente para tal função, com o intuito de garantir às famílias senhoriais que, nos casos em que não houvesse uma alternativa além de seus filhos serem amamentados por amas de leite, eles estariam seguros e protegidos das doenças e contaminações determinadas pelos higienistas serem transmitidas por mulheres negras (CASTILHO, 1882, p. 14).

A respeito das condições de vida das mulheres negras que viveram no Brasil durante o século XIX e a respeito das que vivem no país atualmente, é importante salientar que a abolição da escravatura não necessariamente trouxe mudanças significativas na estrutura hierárquica imposta através da lógica escravista. (PEREIRA, 2011). Percebemos atualmente que mulheres negras que antes eram escravizadas, passaram a ser amas e domésticas, e hoje ainda exercem em sua maioria a função de empregadas domésticas, mostrando que nem mesmo as nomeações das funções sofreram grandes alterações, quiçá o tratamento da sociedade e dos contratantes para com essas mulheres.

O que a abolição da escravidão significou para a sociedade foi uma reorganização dos arranjos sociais para que mulheres negras continuassem exercendo as mesmas atividades que exerciam quando eram escravizadas, deixando de ser escravas para se tornarem domésticas (PEREIRA, 2011). Entender de quais maneiras tais arranjos foram e ainda são operacionalizados é importante para conceber as consequências deles nas condições de vida e trabalho de mulheres negras no momento pós-abolição e atualmente (PEREIRA, 2011). Conceber o que a liberdade significava na vida social de mulheres ex-escravizadas ajuda a entender a relação que essas mulheres tinham com o trabalho, principalmente o trabalho doméstico, que será melhor abordada posteriormente no capítulo que tratará sobre o lugar ocupado pelas mulheres negras na sociedade (PEREIRA, 2011).

Nos dias atuais podemos perceber uma precariedade de políticas voltadas para o suprimento dos estigmas historicamente escravagistas apoiados na ideia de subjugar corpos negros como subservientes representada atualmente na figura da mulher negra empregada doméstica que é, ainda hoje, muitas vezes desumanizada, desvalorizada e vulnerabilizada. (SILVA, 2021). Um grande exemplo disso na atualidade é o fato de que, no Brasil, a primeira morte registrada por COVID-19, no Rio de Janeiro, foi a de uma mulher negra exercendo trabalhos domésticos. Isso comprova que o mito da democracia racial nascido no século XIX ainda atua em favor da domesticação dos corpos negros (SILVA, 2021). E está comprovado

nesse fato também que a emancipação da mulher branca através do mercado de trabalho significou a substituição de seus trabalhos “do lar” pela mão de obra mal remunerada da mulher negra. O apagamento da mulher negra nos movimentos feministas ditos universais ocasionou a intensificação de sua marginalização, e como consequência disso mulheres negras, historicamente, não possuem meios plenos de superar sua vulnerabilidade socioeconômica e reclamar os direitos que foram reivindicadas por mulheres brancas de classes média e alta (SILVA, 2021).

## 4 HERANÇAS EUGÊNICAS DA IDENTIDADE NACIONAL

### 4.1 O racismo científico e a construção do nacionalismo

O século XIX representa o momento no qual surgiram diversas interpretações a respeito da origem das espécies, e isso se deve à obra de Darwin a respeito desse tema e aos demais estudiosos buscando complementar ou refutar o que ele propôs. Muitas das interpretações acabaram por se afastar do propósito darwinista focado no estudo da origem dos seres e geraram graves consequências para a população negra que habitava os países que foram adeptos ao regime de escravidão. As políticas que tinham o objetivo de alcançar expansão cultural, política e econômica que surgiram no século XIX, partiram da deturpação das teorias de Darwin e a propagação da ideia desse desenvolvimento por naturalistas como Agassiz implementou a noção de que uma sociedade evoluída seria uma sociedade não miscigenada. Daí surgiram as ideias defendidas por pseudocientistas de que pessoas negras e mestiças estariam mais propensas a serem criminosas, “selvagens” e possuírem dificuldades de se adaptar ao ambiente difundidas por estudiosos como Nina Rodrigues, Gobineau, dentre outros, que serão vistos mais à frente. Dessa forma, buscando o dito desenvolvimento, as políticas implementadas para alcançá-lo eram voltadas para o embranquecimento da população do país, incentivando a imigração de europeus pobres através da oferta de terras e trabalhos, enquanto as pessoas negras foram postas à margem da sociedade sem meios de se sustentarem (WERMUTH, 2020).

Outro trecho do relato demonstra mais restrições para a população negra que dificultavam que tivessem caminhos para seguir além da escravidão ou do trabalho análogo a escravidão:

Fomos hoje ao Colégio Pedro II para nos despedirmos do nosso excelente amigo Dr. Pacheco, a cuja bondade devemos a maior parte dos nossos prazeres durante a estada no Rio. O colégio foi outrora um seminário, uma espécie de estabelecimento de caridade em que se preparavam crianças pobres para serem padres. A regra era severa: não havia serventes, sendo os alunos obrigados a fazer tudo por suas próprias mãos, a cozinhar e tudo o mais, e mesmo ir pelas ruas pedir esmolas à moda dos monges mendicantes. Uma única condição se exigia para a sua admissão, era que fossem de raça pura; não se recebiam negros nem mulatos. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 139)

No relato acima, vemos, além das falas estigmatizadas racialmente que consideram apenas as pessoas brancas como os de raça pura, que não só não foram promovidas políticas

públicas que oferecessem qualidade de vida para essas pessoas negras, agora não mais escravizadas, mas ainda havia restrições e proibições de que elas frequentassem certos espaços. Isso porque no século XIX o pensamento liberal político nacional, apesar de ter incentivado os ideais abolicionistas, surgiu e se firmou com base na identidade fundiária e na escravização de pessoas negras retiradas de seus países de origem no continente africano. Tal liberalismo foi redefinido em território brasileiro ao longo do século, quando o país passava por uma reformulação de Estado (BRANDÃO, 2005). Dessa forma, o Brasil recebeu o programa político liberal transplantado na sua versão mais conservadora vinda das instituições liberais europeias e estadunidenses com o intuito de se desenvolver e se modernizar. A busca por modernidade assolava o século. Ser moderno significava, nesse contexto, dominar a natureza por meio da instalação de ordens liberais, com técnicas e indústrias (FAORO, 2000). Havia a preocupação de que a autoridade não sobrepujasse a liberdade e, portanto, o Estado não deveria interferir na vida privada (FAORO, 2000). Isso fez com que as políticas públicas focassem no bem estar dos imigrantes, trazidos para fortalecerem o país econômica e tecnologicamente, mas deixassem de lado o bem estar e a qualidade de vida das pessoas negras.

Atualmente, já num contexto neoliberalista, vivenciamos um novo formato de manutenção do trabalho. O novo modelo de vida exigido à classe trabalhadora ainda se encontra impulsionado pela lógica do sistema capitalista (COSTA, 2020). São muitos aplicativos, *freelances*, máquinas e inteligências artificiais tomando lugares de pessoas e tudo isso se associa a uma profunda precarização do trabalho. A relação que a sociedade tem com o trabalho atualmente envolve longas jornadas de trabalho, salários irrisórios, exaustão física e mental, pouco adequada aos direitos trabalhistas que haviam sido conquistados por trabalhadores depois do século XIX (COSTA, 2020). A falta de atendimento aos direitos trabalhistas por parte dos contratantes tem feito com que manchetes e noticiários utilizem a expressão “análogos à escravidão” para definir os tipos de trabalhos e abusos de poder que se tem tido hoje em dia. É possível propor que existe a probabilidade histórica de que as atuais condições de trabalho que se tem no Brasil, tidas como semelhantes ao trabalho escravo do período colonial, se devam à falta de políticas de oferecimento de dignidade e de uma qualidade de vida saudável para as pessoas negras que habitavam o país no século XIX.

Algumas leis e medidas foram conquistadas através das lutas do movimento negro, como a Lei nº 12.711/2012, mais conhecida como Leis de Cotas Raciais nas universidades, ou a Lei 14.532/2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, cuja pena foi aumentada de um a três anos para de dois a cinco anos de reclusão. Mas diante de notícias relatando



trabalhos análogos à escravidão na organização de festivais, na produção grandes empresas e também notícias envolvendo crimes raciais nos ambientes de trabalho, vistas e divulgadas diariamente, vemos que, apesar das Leis existirem, falta o cumprimento delas, a legitimação das denúncias e também o comprometimento da sociedade em seguir num movimento antirracista. Ainda assim, é importante observarmos que o que se deu no século XIX, em relação à exclusão de pessoas negras no que diz respeito a oportunidades de instrução e possíveis melhorias de vida, que pode ser atestada pelo trecho do relato de Agassiz citado acima, geram consequências ainda hoje.

Em dados momentos, o próprio relato deixa escapar detalhes da vida das pessoas negras que viviam no Brasil no século XIX que demonstram que eles não eram tão inferiores quanto os estrangeiros se empenharam em fazer a população branca e a comunidade científica acreditarem na época. Eles relatam uma orquestra composta apenas por negros escravizados que pertenciam à fazenda em que se hospedaram. Entretanto, ao invés de destacar positivamente suas habilidades, eles chamam os dançarinos que também se apresentavam de “diabretes”, ao comentar suas habilidades na dança e a rapidez de seus movimentos:

À noite, quando depois do jantar tomávamos o café na varanda, uma orquestra composta de escravos pertencentes à fazenda nos proporcionou boa música. A paixão dos negros por essa arte é um fato observado em toda parte; esforçam-se muito para aprendê-la, aqui, e o Sr. Breves mantém em sua casa um professor a quem os alunos fazem honra, na verdade. No fim da noite, os músicos foram introduzidos nas salas e tivemos um espetáculo de dança, dado por negrinhos que eram dos mais cômicos. Como uns diabretes, dançavam com tal rapidez de movimentos, com tal animação de vida e alegria espontânea que era impossível não os acompanhar. Enquanto durou o baile, portas e janelas se achavam obstruídas por um enxame de gente preta, no meio da qual se destacavam aqui e ali uns rostos quase brancos, pois que aqui, como em toda parte, a escravidão traz consigo suas fatais e deploráveis consequências, e escravos claros não constituem raridade muito extraordinária (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 137).

Mesmo o trecho acima não sendo uma descrição de primeiro contato com a população negra brasileira e suas músicas e danças, visto que já haviam visto pessoas negras festejando logo que chegaram ao Brasil, ainda sim o relato está carregado de espanto. É quase como se eles se espantassem a cada vez que viam pessoas negras exercendo tarefas contrárias à subordinação. Além disso, demonstram ainda mais uma vez a aversão à mistura das raças ao dizerem “deploráveis consequências” quando se referem à escravidão e aos escravizados de pele mais clara, que segundo eles não eram raridade. Essa aversão à proximidade entre negros e brancos e à mestiçagem tem relação profunda com a já mencionada Eugenia, nome dado ao conjunto de ideias criadas em prol do que seria o aperfeiçoamento da raça humana, fundado por

Francis Galton no século XIX (MACIEL, Maria, 1999). Esse aprimoramento do ser humano se daria pela seleção dos genitores, baseada nos estudos da hereditariedade: para alcançar a perfeição da raça humana deveriam estimular a procriação apenas entre os considerados tipos eugênicos superiores. Concomitantemente a isso, deveriam encontrar medidas para impedir a reprodução dos seres considerados inferiores (MACIEL, Maria, 1999).

Muito se fala sobre o nazismo quando se pensa em termos eugênicos e ações discriminatórias em busca de um modelo de perfeição humana, mas precisamos lembrar que isso se deu também no Brasil, com pessoas negras e indígenas, em um momento anterior ao nazismo, sendo, inclusive, as ideias elaboradas no século XIX o que teriam inspirado a fundação do partido nazista alemão e seus objetivos. Assim, no Brasil do século XIX, pairava nas preocupações da época o que consideravam o problema racial do país. Nesse sentido, tratava-se o branco como superior, com base numa ideologia eurocêntrica, os negros como inferiores, e a mestiçagem, portanto, como um fator degenerativo (MACIEL, Maria, 1999). Higienistas da época tinham certeza de que pessoas negras e indígenas eventualmente desapareceriam, assim como seus descendentes mestiços, então o objetivo era construir uma identidade nacional e que esta fosse embranquecida.

Todas as ideias elaboradas nesse período encorpam teoricamente o que chamamos atualmente de “racismo científico”, conhecidas dessa forma pois não conseguiram comprovar científica e biologicamente a suposta inferioridade de pessoas negras, indígenas ou mestiças (MACIEL, Maria, 1999). Com o passar do tempo essas ideias se tornaram cada vez mais próximas da doutrinação e da formulação de pré-conceitos, e menos à seriedade da ética científica, sendo então motivadas por preconceitos raciais que hoje temos como racismo. É preciso tratar o racismo científico como um dos grandes responsáveis e progenitores de várias discriminações raciais que se derivaram dali em diante até os dias atuais, pois ele se atestava e se auto afirmava como a verdade, em um contexto que a verdade científica ganhava protagonismo frente às crenças religiosas e outras formas de conhecimento. (FOUCAULT, 1996)

Há mais um exemplo no relato do casal Agassiz que demonstra a aversão dos estrangeiros em relação ao contato entre brancos e negros, senhores e escravizados, no Brasil:

[...] há também uma ausência de educação doméstica profundamente entristecedora: é a consequência do contato incessante com os criados pretos e mais ainda com os negrinhos que existem sempre em quantidade nas casas. Que a baixeza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não efeito da escravidão, o certo é que existem; e é estranhável se verem pessoas, aliás cuidadosas e escrupulosas em tudo o que se refere aos filhos, deixá-los constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços. Isso prova quanto o hábito nos torna cegos mesmo para os mais evidentes perigos; um estrangeiro vê logo os perniciosos resultados desse contato com a grosseria e o vício; os pais, no entanto, não se apercebem disso. Na capital, tais perigos já são menores, pois todos os que conheceram o Rio de Janeiro de há quarenta anos atrás, são acordes em proclamar as notáveis melhoras que se deram nos costumes sociais. Não devo esquecer de dizer que a mais alta de todas as autoridades do país se pronunciou em favor da educação liberal da mulher. Todos conhecem que a instrução das princesas imperiais não foi apenas superintendida, mas também, em parte, ministrada pessoalmente pelo pai. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 438-439).

O relato acima tece duras críticas ao que é visto no Brasil na relação entre famílias senhoriais e às pessoas as quais escravizaram, atrelando a esse contato uma possível falta de educação doméstica por parte dos brancos. Percebemos no trecho acima que Agassiz se alinha aos pensamentos dos médicos que reprovam a função das amas de leite por ser contrário aos senhores deixarem seus filhos sob os cuidados de pessoas escravizadas. Ele ainda cita o Rio de Janeiro como exemplo de modelo brasileiro de comportamento, já que, segundo ele, lá os comportamentos e costumes sociais haviam passado por melhorias e onde também, de acordo com seu relato, foi incentivada a educação liberal das mulheres. Com mulheres, ele claramente está se referindo às mulheres brancas bem abastadas. Mulheres negras e suas condições de estudo (ou falta dele) não são mencionadas, pois em alguma medida elas não eram consideradas mulheres. Devido a isso, as bibliografias contêm poucas informações sobre elas, porque as poucas informações a respeito de mulheres em geral, quando mencionadas, tratavam das mulheres brancas – a menos que fosse para citar os malefícios da miscigenação e dos genes e comportamentos negros femininos.

Mulheres negras eram impedidas de acessar os estudos, já que através de cartas régias eram proibidas de ter acesso ao que mulheres brancas acessavam, incluindo vestuários (RIBEIRO, A., 2006). O que não se comenta é que a reivindicação pela educação das mulheres partiu dos povos indígenas. Ademais, a primeira carta brasileira a ser escrita foi escrita pelas mãos de uma mulher indígena, um pedido de socorro para crianças negras que estavam sendo maltratadas (RIBEIRO, A., 2006). A reivindicação se deu por um pedido dos indígenas aos padres para que enviassem uma carta à Rainha D. Catarina solicitando educação para as mulheres. Tal reivindicação partiu dos indígenas, não dos colonos, e isso se deve justamente ao

projeto de colonização, já que aos colonos interessava apenas a catequização dos povos indígenas, mas não a sua educação, como meio de obterem mais mão de obra (RIBEIRO, A., 2006).

Assim como Agassiz repudia o resultado da mistura das raças que ele encontra nas terras brasileiras, ele exalta uma suposta raça “pura” indígena encontrada no Brasil. É preciso observar aqui o quanto é contraditório ele exaltar as boas qualidades da raça indígena, e também da raça negra, quando, na concepção dele, ela se encontra pura, mas atribuir o que ele considera negativo na miscigenação aos negros e indígenas, e não à população branca, como ele faz no trecho abaixo:

Passamos ontem uma manhã interessantíssima visitando uma escola para crianças índias, um pouco distante da cidade. Ficamos admirados da aptidão que essas crianças manifestam pelas artes civilizadas, para as quais se mostram tão pouco hábeis os nossos índios da América do Norte. É preciso, porém, não esquecer que temos diante dos nossos olhos, no próprio solo em que viveu a sua raça, os herdeiros diretos dos povos que fundaram as antigas civilizações do Peru e do México, incomparavelmente superiores a não importa que outra organização social de que se encontraram vestígios entre as tribos do Norte. Numa grande oficina de torneiro e marceneiro, vimos esses índios fabricar elegantes peças de madeira trabalhada, cadeiras, mesas, trinchantes e variados artigos pequenos como régua e faquinhas para cortar papel. Numa outra oficina, trabalhavam em ferro; noutra, trançavam delicados objetos de palha. Além desses ofícios, aprendem a leitura, a escrita, o cálculo e a música instrumental; como os negros, eles demonstram, ao que se diz, uma aptidão natural para essa arte. [...], mas que contraste quando se compara a expressão de todos esses rostos infantis assim reunidos com as fisionomias do primeiro bando que se encontre de pequenos negrinhos! Estes estão sempre alegres e despreocupados; aqueles reservados, preocupados, quase tristes. No entanto, o olhar deles é inteligente, e afirmaram-nos que os índios de raça pura são ainda mais bem dotados que os indivíduos mestiços. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 197-198).

O que Agassiz faz no trecho acima, supondo certezas a partir do que ele vê fisionomicamente nas crianças, se assemelha às teorias antropológicas criminalistas que fazem parte dos estudos higienistas do século XIX elaboradas por Cesare Lombroso e Nina Rodrigues, cujo objetivo era apontar o criminoso, não o crime (CARVALHO, 2014). Tais estudos estavam determinados a apontarem negros como criminosos devido às características físicas que possuíam que supostamente determinariam seu comportamento e seriam evidência de sua degeneração (CARVALHO, 2014). Faziam parte dessas correntes medições antropométricas e também a craniometria, para explicar porque os negros supostamente seriam mais propensos a cometer crimes (CARVALHO, 2014). Tais teorias errôneas e pseudocientíficas do século XIX atualmente vinculam-se no discurso popular às conotações carregadas de estereótipos “raciais”.

Aliado a isso, o fato de o mito do negro posto como criminoso fazer parte da realidade atual de países como Brasil e Estados Unidos comprova que o mito da “democracia racial” proposto por autores como Gylberto Freyre nunca foram reais (CARVALHO, 2014). A condescendência que parte dos que cometem preconceitos de raça ainda não os impede de discriminar pessoas negras com base na cor de suas peles ou de seus traços físicos.

Elizabeth, já nas partes finais do relato, menciona mais uma vez a hospitalidade e a simpatia brasileiras e destaca o apoio do Brasil aos empreendimentos científicos de Agassiz. Menciona ter feito amizades no país e por isso se preocupa com a maneira que as observações registradas no relato de viagem serão interpretadas pelos brasileiros: “[...] nosso sentimento de gratidão e de afeto me impõem um certo constrangimento quando trato dos hábitos e costumes dos brasileiros, tanto receio que o atribuam a alusões pessoais.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 281) Mas, mesmo diante dessas preocupações, Elizabeth segue tecendo críticas ao país. Ela diz: “Há, entretanto, nas instituições sociais e políticas dos brasileiros, certas particularidades que só podem causar uma impressão desfavorável nos estrangeiros.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 281). Ao colocar desta forma, Elizabeth atribui às instituições governamentais brasileiras o que explicaria “as incessantes censuras que se ouvem da parte dos residentes, europeus e norte-americanos.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 281). Segundo ela, seria então responsabilidade dos governantes mudar, ou não, o olhar que o estrangeiro tem sobre o Brasil. Elizabeth também ressalta o seguinte:

A Constituição, eminentemente liberal, calcada em parte sobre a nossa, faz supor a quem vem de fora encontrar no Brasil a mais completa liberdade prática. Até um certo ponto essa suposição não é desmentida; a imprensa não está submetida ao menor entrave; nenhuma religião é perturbada no exercício do seu culto; há uma liberdade nominal absoluta. Mas quando, da teoria, passa-se à aplicação das leis, um novo elemento se interpõe: o arbítrio, a tirania mesquinha e miserável da polícia contra a qual parece não haver recurso. Para bem dizer, existe uma falta de harmonia entre as instituições e o estado da nação. Podia ser de outra forma? Uma constituição emprestada, que não é, por assim dizer, o produto do solo, não se assemelha a uma vestimenta arranjada que não foi feita sob medida para o tamanho de quem a usa e lhe fica sobrando por todos os lados? Não pode haver o menor laço orgânico entre uma forma de governo muito liberal e um povo a cuja grande maioria não foi ministrada nenhuma ou quase nenhuma educação, que pratica a religião sob a direção de um clero corrompido, e que, de cor branca ou de cor negra, está sob a influência da escravidão. Não basta que a liberdade resida na lei, é preciso que viva no coração da nação, que a sua força se alimente do desejo que sentem os cidadãos de possuí-la e conservá-la (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 281).

No trecho acima vemos Agassiz propondo mudanças políticas para o Brasil. Teóricos como Agassiz, Gobineau, Nina Rodrigues, Lombroso, entre outros, participaram ativamente da construção das lógicas que formaram o tecido social brasileiro no século XIX, tendo grandes forças influentes sob os séculos seguintes. É, portanto, necessário investigar como tais pensadores contribuíram para a produção de verdades que, direta ou indiretamente, definiram hierarquias sociais e influenciaram a criação de códigos legais, políticas públicas, estabelecimentos de ensino, instituições como prisões, manicômios e hospitais, destinados aos que eram considerados por eles inferiores, degenerados, contaminados, más influências, criminosos (FOUCAULT, 1996). Suas teorias, embora não fossem embasadas em um grande empenho de comprovação biológica e científica, eram propostas com tom de poder e verdade, que mesmo que subjetivamente, formularam conceitos e pré conceitos subjetivos. (FOUCAULT, 1996). Isso porque o que o tempo e a história tomam como verdade pode ser considerado produto de um processo no qual conceitos, discursos e práticas se aliam e estabelecem relações de poder (FOUCAULT, 1996). Agassiz e os demais eugenistas foram buscados, direta ou indiretamente, pelo poder brasileiro para que trabalhassem no projeto de construção de nacionalidade do país. Nesse sentido, todo o incentivo dos imperadores nos trabalhos intelectuais de teóricos como Agassiz não eram em vão; Agassiz retribuiu construindo ideias que iriam ser a base do projeto nacionalista brasileiro.

Portanto, construir uma lógica racial fazia parte essencial da busca pela identidade nacional que foi necessária para a fundação do Estado Republicano. Dessa forma, a lógica racial construída pelos eugenistas que se dedicaram ao Brasil buscava garantir a superioridade da raça branca sobre as raças negra e a indígena, assim como condenar à infertilidade e à inferioridade intelectual os nascidos da mistura entre as raças (MAIA; ZAMORA, 2018). Esse projeto instaurou princípios norteadores para políticas públicas, normas de comportamento religioso, familiar, trabalhistas e educacionais no país, elaboradas sob a ameaça da falência do país caso não fossem cumpridas (MAIA; ZAMORA, 2018).

Elizabeth ressalta que o viajante estrangeiro espera encontrar no Brasil aspectos de liberdade. Mas o que ela diz ter encontrado ao chegar no Brasil foi uma falta de harmonia entre as leis e os costumes:

Já não é que se trate apenas do fato de se verem crianças de todas as cores: a variedade de coloração testemunha, em toda sociedade em que impera a escravidão, o amálgama das raças. Mas é que no Brasil essa mistura parece ter tido sobre o desenvolvimento físico uma influência muito mais desfavorável do que nos Estados Unidos. É como se toda a pureza do tipo houvesse sido destruída e resultasse um composto vago, sem caráter e sem expressão. Essa classe híbrida, ainda mais marcada na Amazônia por

causa do elemento índio, é numerosíssima nos povoados e nas grandes plantações; o fato, tão honroso para o Brasil, de o negro ter pleno e inteiro acesso a todos os privilégios do cidadão tende a aumentar antes que diminuir a sua importância numérica. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 282)

Aos seus olhos não faz sentido um formato de governo liberal tratar da organização de um país cujos habitantes em sua maioria não recebeu educação institucional e vive sob a influência da escravidão. Segundo ela, essa influência teria então limitado o senso de liberdade dos brasileiros. Mas então, Elizabeth torna a tecer críticas à miscigenação do país. Segundo ela, o que lhe parece é que a mistura das raças brasileiras foi menos favorável que as encontradas nos Estados Unidos. Fala ainda em destruição da pureza, falta de caráter e de expressão. Entretanto, as propostas de Luís e Elizabeth de liberdade e cidadania ao mesmo tempo que são separatistas em relação aos negros continuam soando contraditórias, a menos que assumamos que ao falar de liberdade eles estejam se referindo apenas aos brancos.

No que diz respeito à conquista da liberdade para pessoas negras, embora difícil, sempre foi o maior objetivo de suas lutas. A ocorrência de alforrias relativamente significativas proporcionou sim a existência de contingentes de negros livres e libertos na população brasileira oitocentista, mas não é possível dizer que no século XIX eles estavam perto do que entendemos como liberdade (CHALHOUB, 2010). O que as pessoas negras vivenciaram na época e continuam vivenciando em menor medida no contexto atual foi uma precariedade estrutural da liberdade (CHALHOUB, 2010) Havia restrições constitucionais aos direitos políticos dos negros libertos, interdição à alfabetização, acesso diminuto de libertos e negros livres em geral à instrução primária, costume de conceder liberdades sob condições impostas, possibilidade de revogação de alforrias, práticas de escravização ilegal de pessoas livres de cor, conduta policial nas cidades prendendo negros livres sob a alegação de suspeita de que eram escravos fugidos; em suma, para os negros haviam muitos impedimentos para que eles realmente fossem livres após deixarem de ser pessoas escravizadas (CHALHOUB, 2010). Quanto aos brancos, sempre foram livres; só não se viam livres da convivência com pessoas negras após a colonização. Nesse sentido, a eugenia e as teorias de Agassiz seriam meios de buscar tal liberdade que queriam, que sabemos hoje que não foi e nunca será alcançada, pois homens e mulheres negras resistiram e seguem resistindo em busca de conquistar seu espaço de direito, constituindo 56% da população brasileira atualmente.

Os comentários que criticam a escravidão tecidos por mulheres viajantes como Elizabeth Agassiz, a exemplo do trecho do relato posto acima, surgem de comparações com as

sociedades norte-atlânticas nas quais as mulheres de classe média executavam tarefas domésticas tanto sozinhas, como com o auxílio de uma criada livre (MAIA, 2014). Essas mulheres, sendo Toussaint-Samson, professora, escritora e uma das mulheres viajantes que circularam o mundo por conta própria, o exemplo de uma delas, sentiam-se capazes de sustentar a si mesmas e suas famílias com seu trabalho remunerado, conjuntamente ao seu labor reprodutivo não remunerado como mãe e esposa (MAIA, 2014). Nesse contexto, as críticas tecidas por Elizabeth e outras mulheres como ela ao sistema escravista lhe possibilitam tecer uma visão respeitosa e valorizada do trabalho doméstico, incumbido às mulheres negras para que mulheres brancas como ela possam seguir reivindicando, liberalmente, seus lugares nos espaços públicos e cargos sociais altos (MAIA, 2014).

Luís Agassiz, em uma nota de rodapé, ainda sugere que viajantes venham ao Brasil para que o país sirva de exemplo dos efeitos negativos da mistura das raças. Segundo ele, não “lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 282). Assim, poderiam ver que “essa mistura apaga as melhores qualidades quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 282). Ele ainda ressalta como o novo estatuto social do negro era uma questão vital naquele período, preocupação esta que partia do que ele chama de “os homens de Estado” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). Segundo ele, “seria bom aproveitar a experiência de um país onde a escravidão existe, é verdade, mas onde há mais liberalismo para com o negro do que nunca houve nos Estados Unidos.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 282). Ele propõe:

Que essa dupla lição não fique perdida! Concedamos ao negro todas as vantagens da educação; demos-lhe todas as possibilidades de sucesso que a cultura intelectual e moral dá ao homem que dela sabe aproveitar; mas respeitemos as leis da natureza e, em nossas relações com os negros, mantenhamos, no seu máximo rigor, a integridade do seu tipo original e a pureza do nosso. (L. A.) (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 282)

A esse ponto da dissertação percebemos o quanto é difícil lidar com as teorias de Agassiz por apresentarem contradições frequentemente. Aqui Agassiz critica a proximidade entre os negros e os brancos que vivem no Brasil e é contra a inclusão de pessoas negras na sociedade, mas ao mesmo tempo propõe um estatuto social do negro que ofereça



possibilidades de sucesso para a população negra. Como isso seria possível sem que pessoas brancas e negras convivam harmonicamente? Como isso seria possível em um contexto no qual as políticas criadas serviam para trazer cada vez mais brancos para trabalharem no país e sucatear cada vez mais as condições de trabalho de pessoas negras? A todo o tempo a preocupação de Agassiz é com as pessoas brancas e em manter a sua suposta integridade que poderia ser corrompida a partir de convivência com os negros. A suposta “lei da natureza” que Agassiz diz que deve ser respeitada seria manter distância entre negros e brancos rigorosamente, mas ele não propõe medidas para que as pessoas negras recebam meios de viver dignamente. A implicação é que ele não enxerga pessoas negras como pessoas.

Nessa altura do relato a expedição já está chegando ao fim:

Não só Agassiz aumentou seus conhecimentos sobre peixes, como teve ocasião de acumular uma soma de fatos novos e interessantes sobre as numerosas variedades produzidas pelo cruzamento de índios, pretos e brancos, e pôde reunir às suas notas uma série bem completa de fotografias. Em nenhuma outra parte do mundo se poderia estudar tão completamente como no Amazonas a mistura dos tipos, pois nela os mamelucos, os cafuzos, os mulatos, os caboclos, os negros e os brancos, produziram por suas alianças uma infusão à primeira vista parecendo indestrinchável. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 284)

Dessa forma, uma viagem que inicialmente tinha como objetivo trazer Agassiz para novos ares para a recuperação da sua saúde passou a ser uma viagem científica com objetivo de estudar os peixes e refutar teorias darwinistas, e no fim acabou colhendo dados também da população encontrada aqui, alimentando assim diversas teorias eugenistas que se davam no século XIX.

#### **4.2 As consequências do naturalismo para a vida das pessoas negras que viviam em diáspora e seus descendentes**

Ao tratar dos naturalistas e sobre a origem das espécies, Agassiz coloca que naturalistas podem ter diferentes opiniões a respeito desse assunto, mas destaca que há um ponto sobre a origem das espécies no qual os naturalistas estão de acordo: o produto do que se chama duas espécies diferentes seria um ser intermediário que possui ao mesmo tempo traços próprios de

cada um de seus progenitores, sem que haja semelhança um com outro a ponto de causar confusão ou a ponto de poder ser considerado representante fiel de um ou de outro (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). Agassiz ainda destaca a extrema importância de se determinar o valor e a significação das diferenças observadas entre as raças humanas (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). Para exemplificar tal questão, ele coloca:

Deixo de lado a questão da origem provável ou mesmo do número dessas raças. Para o fim que tenho em vista, é indiferente que haja três, quatro, cinco ou vinte delas e que derivem ou não uma das outras. O fato de diferirem por traços constantes e permanentes já basta, por si só, para justificar uma comparação entre as raças humanas e as espécies animais. Sabemos que, entre os animais, quando dois indivíduos de sexo diferente e de espécie distinta concorrem na produção de um novo ente, esse híbrido não apresenta uma semelhança exclusiva nem com o pai nem com a mãe e participa do caráter de ambos. Não me parece menos significativo que tal fato seja igualmente verdadeiro para com o produto de dois indivíduos de sexo diferente, pertencendo a raças humanas distintas. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 286)

Agassiz compara a mistura entre diferentes raças animais com a mistura entre diferentes raças humanas para afirmar que a mistura das raças levaria à degeneração. Especificamente a respeito da mestiçagem entre brancos e negros, indígenas e brancos, indígenas e negros, Agassiz, comparando os mestiços a uma mula, exemplifica da seguinte forma:

O filho nascido de uma preta e de um branco não é nem preto nem branco, é um mulato; o filho de uma índia e de um branco não é nem um índio nem um branco, é um mameluco; o filho de uma negra e de um índio não é nem um negro nem um índio, é um cafuzo. Cafuzo, mameluco e mulato participam dos caracteres de seus autores tanto quanto a mula participa dos do cavalo e da jumenta. Logo, no que respeita ao produto, as raças humanas se acham, umas em relação às outras, na mesma relação que as espécies animais entre si e a expressão raças, na significação atual, deverá ser abandonada quando o número das espécies humanas for definitivamente determinado e quando os verdadeiros caracteres dessas espécies houverem sido claramente estabelecidos (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 286).

Na passagem acima podemos observar a mulher negra e a mulher indígena sendo comparadas a animais. Menções como essa atestam que os pensamentos compartilhados por Agassiz não se tratavam apenas de uma aversão à mestiçagem, mas também de uma aversão ao corpo feminino não branco, comparando-as com mulas e afirmando que o problema está nas mulas, não nos cavalos. Tais comparações se devem à construção social imposta pelo colonialismo na qual mulheres negras eram impostas às posições de subserviência, comandadas pelos donos do poder vigente (RIBEIRO, A., 2006). O termo “mulata”, gerado a partir das comparações entre a mula e a mulher negra mestiça, que por um tempo até foi considerada

estéril como o animal, gerou para a mulher negra uma associação da sua imagem à promiscuidade, questão que será aprofundada no próximo capítulo (DUARTE, 2009).

O naturalista completa que, segundo seu julgamento, está demonstrado que, a menos que provem que as diferenças existentes entre as raças índia, negra e branca são instáveis e passageiras, não seria possível teorizar uma comunidade de origem comum para todas as variedades da família humana, pois seria entrar em desacordo com os fatos (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). Ele ainda coloca que estabelecer uma distinção sistemática entre as raças humanas e as espécies animais é pôr-se em contradição com os princípios da ciência (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). Segundo Agassiz, para que haja o reconhecimento de que não existe um laço genético entre as diferenças típicas e que elas não convergem numa mesma origem por graus intermediários imperceptíveis, bastaria fazer a comparação entre suas misturas (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). Dessa forma, de acordo com Agassiz, negro e branco produzem o mulato; índio e o branco produzem o mameluco; e o negro e o índio produzem o cafuzo (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000). E “essas três qualidades de mestiços não formam qualquer ligação entre as raças puras; estão para com seus pais nas mesmas relações dos híbridos para com os produtores.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 287).

No caso do mameluco, ele seria positivamente, de acordo com Agassiz, um meio sangue fruto da mistura entre o branco e o índio, já o cafuzo seria um meio-sangue fruto da mistura entre o índio e o negro e o mulato seria o que se daria a partir da mistura entre o branco e o negro. No final do relato, Agassiz estabelece os valores negativos a respeito de tal mestiçagem que acabou sendo o tema ao qual ele mais se dedicou na viagem, com muito empenho em repudiar tal consequência. Segundo ele:

Todos apresentam particularidades igualmente do pai e da mãe e, embora a fecundidade seja entre eles maior do que nas outras famílias do reino animal, há em todos eles uma tendência constante para voltar aos tipos primitivos; isso num país em que as três raças distintas estão em contínua promiscuidade, porquanto os híbridos se misturam mais voluntariamente com uma das raças originárias do que uns com outros. Nos lugares em que existem as raças puras, é raro se encontrarem filhos provenientes da união de mameluco com mameluca, de cafuzo com cafuzo ou de mulato com mulata, ao passo que os filhos nascidos da união entre branco, negro ou índio e mulato, entre branco, negro ou índio e mameluco, ou entre cafuzo e uma das três raças puras formam a base dessas populações heterogêneas. O resultado de ininterruptas alianças entre pessoas de sangue misturado é uma classe de indivíduos em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando cruzados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado. O que complica o problema das relações existentes entre as

raças humanas, é que a definição de espécie longe está de haver sido estabelecida em bases definidas. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 287-288)

Em todas as observações de Luís e Elizabeth Agassiz é possível observar propostas expressas a partir de um grande totalitarismo e autoritarismo. Não havia regulamentação, não levavam em consideração o indivíduo nem mesmo seu livre arbítrio, mesmo que a liberdade seja uma tecla tão batida por ambos (MACIEL, Maria, 1999). Assim, elaboraram modelos eugênicos excludentes, atribuindo ao Estado a obrigação de zelar pela depuração da população por meio das medidas que sugeriram, legitimando-as através de um discurso que foi aceito como científico, mesmo que ele fosse mais ideológico (MACIEL, Maria, 1999).

Há uma característica nos argumentos de Agassiz que os invalida facilmente: o fato de não haver sequer uma passagem em todo o relato que exemplifique ou repudie a raça branca de alguma forma. Todas as misturas criticadas são as que envolvem a união entre brancos e negros ou indígenas. Dessa forma, pode-se inferir que o que ele critica não é a mistura de fato e sim a mistura dos brancos com os negros ou indígenas considerados por ele inferiores. No fim das contas, pela maneira como as teorias de Agassiz foram diluídas, o repúdio se deu à raça negra e não à mistura das raças de fato.

Atualmente a eugenia é questionada por toda a comunidade científica, e indo contra a criação de uma super sociedade homogeneamente perfeita, a ciência e os paradigmas genéticos asseguram que diversidade é sinônimo de qualidade e consideram a variação genética algo positivo e vantajoso (MACIEL, Maria, 1999). Também existem hoje discussões a respeito da ética científica e das consequências que resultam de sua falta, mas por mais que ideias eugênicas atualmente não sejam as protagonistas, não é possível e nem mesmo seguro afirmar que elas desapareceram ou enfraqueceram totalmente (MACIEL, Maria, 1999). Tais teorias foram amplamente difundidas por toda a sociedade e ainda deixam resquícios no senso comum, portanto, ainda se vê suas consequências no cotidiano e nos hábitos discriminatórios da população (MACIEL, Maria, 1999).

Para concluir esse tópico, o que fica é que foram muitos estereótipos e preconceitos com poucas comprovações científicas e dados estatísticos que embasam as teorias de Agassiz. Seus pronunciamentos dificultam acreditar que suas teorias foram motivadas pela ciência e por algum indício biológico que ela tenha encontrado de fato. Diante das circunstâncias e do contexto da época, é mais provável acreditar que teorias eugenistas foram elaboradas para

atender a busca por uma nacionalidade “pura” e às políticas públicas necessárias para isso foram políticas excludentes e hierárquicas.

### **4.3 A fotografia científica do século XIX**

As noções de inferioridade negra em relação à superioridade branca elaboradas pelos naturalistas do século XIX formaram a base da escravização pautada em raça em países como o Brasil e os Estados Unidos. Essas noções prosperaram por cerca de quatro séculos nos quais a escravidão desempenhou um papel crucial na construção das economias e sociedades do novo mundo (ROGERS; BLIGHT, 2010). Além disso, o processo de escravidão no Brasil foi decisivo na formação das suas estruturas sociais, de maneira que tais estruturas podem ser percebidas dentro de um princípio de consolidação social no qual gênero, raça e classe foram e são determinantes para destinar como e onde cada um será inserido (HOFBAUER, 2006). Para esse tipo de escravidão era exigido uma justificativa ideológica e nesse sentido, a religião ou as teorias pautadas em hierarquias sociais eram tão eficazes quanto os argumentos naturalistas pautados no destino biológico das raças (ROGERS; BLIGHT, 2010). Agindo em complemento às justificativas elaboradas para a inferiorização dos negros, as fotografias produzidas pelos naturalistas foram as primeiras representações imagéticas do povo negro. Isso faz delas artefatos valiosos e representantes da mistura entre raça e ciência que se deu no século XIX (ROGERS; BLIGHT, 2010).

Dado o início das abolições do tráfico atlântico de pessoas escravizadas pelo mundo, assim como das abolições da escravidão, criou-se nos fins do século XIX um contexto no qual cientistas naturais passaram a ser cobrados quanto a produção de estudos, tanto em formatos textuais quanto visuais, de classificação da humanidade em termos de hierarquias raciais (MACHADO; HUBER, 2010). Isso porque nesse período pessoas brancas estavam preocupadas com qual seria o destino das pessoas negras que seriam retiradas das condições de escravidão. Segundo Agassiz, devido ao fato de a população brasileira deter um alto índice de miscigenação, ela seria um laboratório ideal para a realização do estudo das consequências dos diferentes tipos de cruzamento na constituição dos indivíduos (MACHADO; HUBER, 2010). Dessa maneira, no Brasil seria possível realizar comparações das características do que Agassiz reconhecia como as “raças puras” africanas, assim como comparar o conjunto das ditas “raças

puras” com as “raças mistas”, que segundo ele já estariam contaminadas pela degeneração. (MACHADO; HUBER, 2010).

Assim, durante o século XIX, foram produzidos diversos conjuntos de fotografias com o propósito de realizar categorizações raciais. As do tipo somatológico estavam destinadas a analisar as partes físicas e sólidas do corpo humano, sendo um tipo de fotografia cujo propósito seria apresentar imagens detalhadas de partes do corpo como o braço, o nariz ou formato do rosto, já as do aspecto frenológico seriam fotografias que sequencialmente analisam os estágios do ser físico em questão (MACHADO; HUBER, 2010). É preciso ponderar as imagens produzidas por Agassiz dentre as outras representações imagéticas datadas do século XIX. Tais imagens foram geradas a partir de esforços que posteriormente acarretarão em estereótipos que desumanizavam no passado e desumanizam no presente as pessoas negras, desprovendo-os da individualidade e singularidade, de maneira que tais imagens retratam apenas sua raça ou suas funções, e não quem a pessoa fotografada ou reproduzida artisticamente era. As representações também podem estar carregadas de estereótipos provenientes da visão do “Outro”, porque não existe um olhar que possa ser classificado como puro, inocente ou objetivo; os olhares são carregados de expectativas ou também preconceitos (BURKE, 2004).

Agassiz tentou reproduzir em suas fotografias retiradas no Brasil o que ele já havia feito antes na Carolina do Sul na década de 1850. Essa coleção feita nos Estados Unidos havia sido idealizada por Agassiz e realizada por Joseph T. Zealy com o objetivo de ser o início de um projeto que iria compor uma documentação visual de toda a diversidade de tipos raciais que existem no mundo, com foco na população negra e nos seus descendentes mestiços (MACHADO; HUBER, 2010). Toda essa produção estava relacionada à ambição de Agassiz em defender o criacionismo e o poligenismo e conseqüentemente condenar a mistura das raças a partir desses estudos.

Nos momentos iniciais da expedição, Agassiz contratou Augusto Stahl, um fotógrafo profissional, para realizar uma série de fotografias dos africanos que eram vistos no Rio de Janeiro naquele período. Tais africanos eram considerados por Agassiz os tipos raciais puros, aos quais ele tinha a intenção de catalogar a partir de suas características. Tal iniciativa deu luz a duas séries de fotografias: uma na forma de retratos raciais frenológicos e outra composta de trípticos fotográficos somatológicos dos tipos étnicos de homens e mulheres africanos habitados no Rio de Janeiro (MACHADO; HUBER, 2010). Além de Augusto Stahl, estava como aprendiz do fotógrafo especialista o senhor Walter Hunnewell, estudante de Harvard e coletor-voluntário

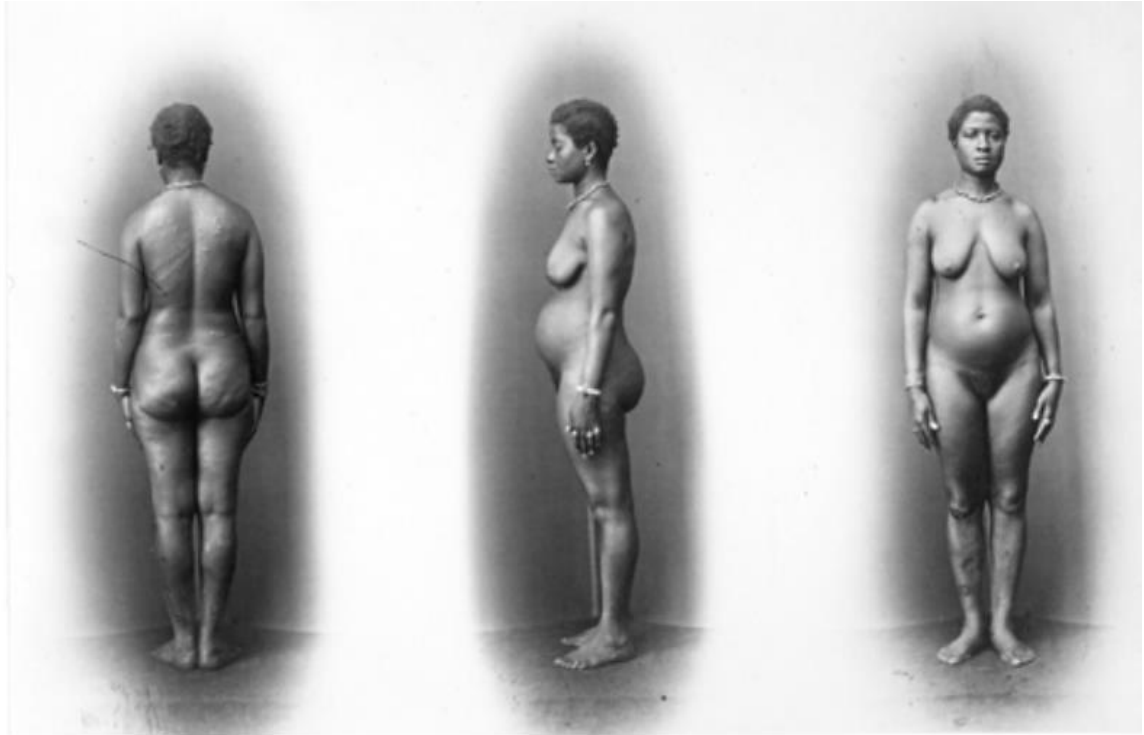
da expedição, quem assumiu as fotografias no final da expedição. No relato é possível ler a informação de que "Sr. Hunnewell se aperfeiçoa na arte da fotografia, a fim de estar em condições de prestar serviços à expedição quando não contarmos mais com artistas em nossa companhia." (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 76). Portanto, houve mais de um único fotógrafo realizando as fotografias na expedição Thayer.

Assim, foram realizadas uma série de fotografias no Rio de Janeiro com o objetivo de retratar as raças puras dos homens e mulheres negras diaspóricos do continente Africano e uma outra série em Manaus, sob a responsabilidade de um fotógrafo diferente, com o objetivo de registrar o povo mestiço encontrado no Brasil do século XIX. Pretendiam documentar os tipos considerados híbridos ou mistos nas classificações de Agassiz, mas foi observado que, diferente da sequência de fotografias produzidas por Stahl, o fotógrafo profissional, a série das "raças mistas", produzida por Hunnewell, possuíam uma nítida falta de preparo profissional. Isso é notável pela ausência dos padrões de procedimentos científicos que deveriam ser cumpridos para que as fotos fossem consideradas um documento visual. (MACHADO; HUBER, 2010).

A coleção que Agassiz organizou com base no material produzido durante a Expedição Thayer no Brasil representa um acervo visual de valor significativo. Por se tratar de uma coleção fotográfica resultante de uma expedição científica organizada nos padrões naturalistas do século XIX, ela conta com cerca de 200 imagens, sendo uma das coleções mais completas das que retratam a população brasileira da segunda metade do século XIX (MACHADO; HUBER, 2010). Tais coleções foram realizadas com base nos métodos da fotografia antropológica do século XIX (MACHADO; HUBER, 2010). Isso significa que sua produção se classifica como uma documentação visual e por isso deveriam ser comparáveis entre si, para que análises pudessem ser propostas a partir das classificações hierárquicas características do século XIX. Nesse sentido, a formação de conjuntos de imagens para fins de comparação era um método que caracterizava a ciência natural do século XIX (MACHADO; HUBER, 2010).

A partir daqui, iremos analisar algumas fotografias realizadas por Agassiz e sua equipe com a intenção de que elas atestassem comprovantes de seus discursos higienistas. Dessa forma, iremos entender melhor a relação entre a fotografia e eugenia do século XIX. Apresentando primeiro a coleção elaborada no Rio de Janeiro em 1865 sob a responsabilidade do fotógrafo Augusto Stahl cujas fotografias são do tipo trípico somatológico:

Figura 2– Mina Gege



Fonte: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras, Álbum África. Tríptico somatológico, identificado como Mina Gege. Fotógrafo: Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865. *Courtesy of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University.* (MACHADO; HUBER, 2010, p. 82).



Figura 3– Mina Igeichá



Fonte: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras. Retrato de tipo racial, identificado como Mina Igeichá. Fotógrafo: Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865. *Courtesy of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University.* (MACHADO; HUBER, 2010, p. 90).

Figura 4– Mina Eba



Fonte: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras. Retrato frenológico, identificado como Mina Eba. Fotógrafo: Augusto Stahl. Rio de Janeiro, 1865. Courtesy of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University. (MACHADO; HUBER, 2010, p. 93).

Figura 5– Cartão postal de Apollo



Fonte: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz, Série Raças Puras. Carte de visite. Apollo vom Belvedere. Courtesy of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University. (MACHADO; HUBER, 2010, p. 104).

Observemos agora exemplos de fotografias produzidas por Walter Hunnewell em Manaus em 1866 que se encaixam no tipo frenológico:

Figura 6– Mulher não identificada em Manaus



Fonte: Coleção Fotográfica de Louis Agassiz. Série Raças Mistas. Retrato frenológico, mulher não identificada. Fotógrafo: Walter Hunnewell. Manaus, 1865–1866. *Courtesy of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University.* (MACHADO; HUBER, 2010, p. 119).

Nas fotografias realizadas por Hunnewell em Manaus, percebemos uma nudez feminina e uma sexualização de seus corpos que não é presente nas fotografias do Rio de Janeiro, mesmo quando há nudez. Além disso, é possível observar nas coleções que Agassiz não pretendia apenas realizar comparações entre os corpos negros no conjunto imagético imaginário de brancos e caucasianos e a representação de corpos negros feitas por ele nas fotografias retiradas no Brasil (MACHADO; HUBER, 2010). Isso porque ele inseriu cartões postais com imagens de estátuas gregas, como pode ser visto na Figura 5, em uma coleção fotográfica para que fosse possível contrastar as feições da população negra e mestiça em relação às feições gregas (MACHADO; HUBER, 2010).

Podemos interpretar aqui que realizar comparações entre os corpos de pessoas negras com estátuas gregas denota uma significativa desigualdade nos parâmetros de comparação, pois

as estátuas atestam o desejo da perfeição, mas não necessariamente a réplica exata da realidade. Nas suposições de naturalistas do século XIX, incluindo de Agassiz, as feições dos negros e mestiços eram brutas enquanto as gregas eram delicadas (MACHADO; HUBER, 2010). Tal visão já estava estabelecida desde o século XVIII por cientistas anatomistas e fisionomistas europeus, cuja pretensão era colocar seus semelhantes como representantes do ápice da beleza e perfeição humanas (MACHADO; HUBER, 2010). Dentre as pretensões dos naturalistas do século XIX encontrava-se também o fato de que eles se julgavam capazes de ler corpos e assim distinguir homens sábios de homens comuns, com base em seus parâmetros eurocêntricos (MACHADO; HUBER, 2010). Voltando à questão de comparação entre corpos negros e estátuas gregas, podemos questionar se, mesmo que as estátuas fossem a cópia da realidade, seria possível comparar negros com gregos? Ou tal comparação serviria apenas para expressar a hierarquia estabelecida por Luís Agassiz?

A atuação histórica das mulheres negras foi silenciada pela historiografia tradicional e encoberta pela escravização. Sabemos que o século XIX é um recorte histórico que contém vastas representações do gênero feminino, mas analisando as representações históricas das mulheres negras encontramos interpretações limitadas ao contexto da escravidão (VIEIRA, 2017), o que nos remete a pensar que os estigmas sociais com os quais lidamos hoje já se apresentavam desde aquela época, tipificando as mulheres negras e reforçando estereótipos que ainda hoje precisam ser combatidos, visto que a imagem da mulher negra está sempre associada às amas de leite, às escravas, ou a termos pejorativos como “mulata” e “mãe preta” (VIEIRA, 2017).

Imagens não são meras ilustrações, além de evidências históricas elas possuem um forte poder de fortalecimento de discurso. Por isso, problematizar essas representações estereotipadas é necessário para que se desnaturalize preconceitos que foram reforçados pelas próprias imagens. Dessa forma, explicitar tais estereótipos faz-se necessário para que se encontre uma compreensão mais humanizada dos papéis sociais exercidos pelas mulheres negras naquele período e atualmente. Imagens não devem, portanto, servir apenas como evidências históricas. Devem ser interpretadas não apenas a partir de suas narrativas, mas compreendendo também as intenções dos idealizadores de tais imagens, dando o devido protagonismo a quem está presente nas imagens (VIEIRA, 2017). Porém, nesse sentido, as representações visuais das mulheres negras produzidas por naturalistas do século XIX, reforçam o estereótipo de que pessoas negras podem ser enquadradas e limitadas aos seus

“tipos” e não dão o devido protagonismo aos fotografados, reforçando o anonimato das figuras humanas representadas (VIEIRA, 2017).

É importante observar que nas fotografias do tipo somatológico as pessoas eram fotografadas com seus corpos nus, a maioria em poses padronizadas e fixas, tanto de frente, como de costas e de perfil. Cada fotografia possui uma anotação observando a denominação étnica da pessoa fotografada. Tudo isso contribui para que tais fotografias sejam consideradas um documento visual e para que elas sejam úteis nos estudos a respeito dos povos afro-diaspóricos realizados no Brasil do século XIX, como os próprios estudos realizados por Agassiz, por exemplo. (MACHADO; HUBER, 2010). Um problema dessa coleção é que em algumas fotografias ao invés de estarem catalogadas informações científicas importantes e relevantes, Agassiz e seus auxiliares categorizam termos pejorativos como “moleque mulato”, o que evidencia uma inconsistência científica e uma fuga da tipologia que pretendia-se realizar (MACHADO; HUBER, 2010).

Além disso, houveram outros problemas relacionados à coleção de fotografias: um deles foi a ausência do consentimento dos fotografados que fizeram parte das fotografias para a coleção das “raças puras”. Agassiz provavelmente havia recrutado escravos para servirem como modelos e isso além de desrespeitar quem foi fotografado, também dificultou a Agassiz conseguir liberação para publicar tal coleção (MACHADO; HUBER, 2010). No que diz respeito aos retratos das mulheres, sabemos pelos relatos de Elizabeth Agassiz na obra que elas haviam sido recrutadas para serem fotografadas nuas ou seminuas (MACHADO; HUBER, 2010). Essas mulheres eram, em sua maioria, mulheres livres e nos relatos é possível identificar que muitas delas pertenciam à boa sociedade de Manaus (MACHADO; HUBER, 2010). Também é notável que o clima no *Bureau d'Anthropologie*, onde as fotografias foram realizadas, não possuía um ar profissional por parte dos expedidores (MACHADO; HUBER, 2010). Ao observar as fotografias, o que se vê é um clima de opressão e manipulação. No caso das fotografias das mulheres, é possível perceber uma confusão entre os limites da fotografia classificativa racial e a fotografia erótica (MACHADO; HUBER, 2010).

De maneira geral, o que a coleção fotográfica produzida por Agassiz no Brasil nos revela são descrições e catalogações realizadas a partir de olhares frios e racialistas de viajantes e cientistas, além de uma percepção da população afro-diaspórica ao ser vista, escolhida, fotografada e investigada, ao passo que eram hierarquizados por Luís e Elizabeth Agassiz (MACHADO; HUBER, 2010). O profissionalismo das fotografias tiradas por Agassiz e sua

equipe em Manaus também pode ser questionado pelo fato de terem produzido muito mais retratos femininos que masculinos (MACHADO; HUBER, 2010). Há um registro de um dos fotógrafos auxiliares de Agassiz que revela o ambiente nos quais as fotos em Manaus eram produzidas e o que causa estranheza é o fato dele descrever a insistência que partia de Agassiz em afirmar que as mulheres que ele fotografava seriam “índias puras”, como tentativa de justificar não apenas a nudez que ele impunha a elas, como também as liberdades licenciosas às quais ele as submetia (MACHADO; HUBER, 2010).

Dessa maneira, essas fotografias acabavam por codificar uma espécie de relação de poder desigual e racializada estabelecida entre os cientistas fotografando e as pessoas fotografadas. A desigualdade era ainda mais intensa quando a pessoa fotografada se tratava de uma mulher. O que indica tal relação é o fato de as mulheres fotografadas aparecerem com vestidos dobrados de maneira que se revelem seus seios. Nesse sentido, as imagens portam um sentido ambíguo situado entre a negociação do consentimento por parte das mulheres fotografadas e a intenção voyeurística do fotógrafo (MACHADO; HUBER, 2010). O que podemos entender aqui é que combinando a rejeição do Outro com a dominação, o trabalho de Agassiz acaba por não retratar a vida do Outro, e sim apenas a diferença (MENESES, 2000). Com a intenção de homogeneizar as populações dominadas pelos colonizadores europeus, Agassiz lida com o Outro de maneira oportunista, conservando-lhe a alteridade, mas transformando-a em pretexto para oprimi-lo. (MENESES, 2000) Assim, a diferença acaba por tornar mulheres negras e indígenas legítimas de exploração e dominação, por, na visão de Agassiz e demais naturalistas, demonstrarem uma degradação da condição humana; e por isso merecerem um estatuto de uma inferioridade e discriminação (MENESES, 2000).

Haviam fotografias de homens negros, indígenas ou mestiços nas quais eles se encontravam nus, mas tais fotografias não tratavam seus corpos de maneira sexualizada, apesar de ainda assim os objetificarem. Já nas fotografias das mulheres negras, indígenas e mestiças, encontra-se a sexualização que turva o fim científico das fotografias. Dessa maneira, percebe-se que as diferenças de raça, mas também as de gênero, determinavam os tratamentos que essa população considerada inferior por Agassiz e demais naturalistas receberia. Aqui, a diferença serve como um atestado que legitima a dominação e exploração de corpos femininos negros e indígenas (MENESES, 2000). Nesse contexto, devemos entender que as fotografias do século XIX produziram um olhar cultural a respeito dos homens e mulheres negras afro-diaspóricas e tinham um papel efetivo em instituir verdades. (FOUCAULT, 1996) Tal efeito gerava a

exclusão e marginalidade de pessoas negras. Assim, aliadas aos relatos de viagens, as imagens atestam as teses que naturalistas como o Luís Agassiz buscavam comprovar.

Concluimos que especialmente as pessoas em condições de escravização, a partir do século XIX, foram retratadas numa situação constrangedora para quem estava posando, diante de lentes invasivas, em situações desconfortáveis, em cenários artificiais (SCHWARCZ, 1993). São mais interessantes as fotografias que revelam as situações cotidianas e o fotografado demonstrando descontração, na medida do possível. Mas todas eram produzidas em nome da ciência e da política, demonstrando o olhar europeu, portanto, eurocêntrico, revelando um imaginário colonizador (SCHWARCZ, 1993). O papel fundamental da iconografia no século XIX foi ser um veículo de difusão de representações do outro. As imagens produzidas a partir do olhar europeu eram apresentadas como novidades, demonstrando a centralidade da produção de conhecimento. Fotografias e demais registros iconográficos eram comercializados nos centros urbanos da Europa. As representações dos “tipos” de homens e mulheres negras eram espalhadas pelo velho mundo e ganhavam significado a partir das suas interpretações eurocênicas carregadas de cientificismos marcantes do século XIX (TURAZZI, 2016).

No Brasil do século XIX tais imagens também estavam presentes em exposições e eram comercializadas por mercadores e livreiros no Rio de Janeiro, publicadas em meios de comunicação ilustrados e eram tratadas como representações visuais do país, contribuindo para o alargamento da memória individual e coletiva, produzida a partir de um olhar estrangeiro e eurocêntrico que se dizia superior (TURAZZI, 2016). Portanto, podemos concluir que através de tais feitos higienistas de Agassiz entre outros naturalistas, incluindo suas coleções fotográficas, acompanhamos a implementação do que chamamos hoje de “racismo científico”, referindo-se ao eugenismo cultural, racial e político que se fortalecia nos fins do século XIX, pautados na imposição de padrões culturais eurocênicos.

Em meados de 1850, no início da construção de uma comunidade negra, os afro-americanos se apropriaram da fotografia, o meio de construção de imagem mais influente, para construir suas próprias percepções visuais (JENKINS, 2017). E é interessante observar que desde o começo eles tiveram com a fotografia uma relação de empoderamento. Nas mãos dos negros afro-americanos de Memphis, nos Estados Unidos, a fotografia foi um meio de libertação de seu povo e de criação de sua própria identidade (JENKINS, 2017). A exemplo disso temos a seguinte imagem:

Figura 7– Mulher não identificada em Memphis



Fonte: Fotografia: Mulher afro-americana em Memphis. Ca. Coleção particular de Jenkins de 1890.

A história da comunidade negra de Memphis e sua relação com a fotografia pode revelar a história oculta das experiências racializadas do sul urbano durante a escravidão e após a Guerra Civil, conectando a história social da fotografia com os estudos de raça e gênero (JENKINS, 2017). Durante a Reconstrução, as pessoas negras já libertas que habitavam a cidade de Memphis no Estado do Mississippi se organizaram socialmente e compartilharam recursos que lhes possibilitaram estabelecer igrejas, colégios e empreendimentos comerciais. Nessa sociedade, homens e mulheres negras tinham empregos e meios de sustento. (JENKINS, 2017) A mulher negra fotografada na imagem acima (Figura 7) transmite uma imagem de empoderamento bem diferente das retratações nas fotografias de Agassiz realizadas no Brasil.

Figura 8– Mulher não identificada em Memphis



Fonte: Fotografia: Mulher afro-americana em Memphis. Final do século XIX. Fotografado por James P. Newton. Departamento de Preservação e Coleções Especiais, Bibliotecas Universitárias, Universidade de Memphis.



Houve mulheres como Catherine Hunt que permaneceram em Memphis, trabalhando como lavadeira durante toda a sua vida. Catherine juntou-se à *Beale Street Baptist Church*, onde foi membro da organização da igreja fundada juntamente com *Zion Cemetery*, onde foi enterrada em 1899 (JENKINS, 2017). Sendo um exemplo de mulher negra consciente, preparou um testamento antes de sua morte, deixando as poucas centenas de dólares que conseguiu economizar para parentes mais pobres do que ela. Também houve numerosas mulheres negras que sustentaram suas famílias como costureiras ou também professoras como Julia Hooks, Virginia Broughton e Ida. B. Wells (JENKINS, 2017).

As fotografias naturalistas do século XIX, ainda fazem parte da cultura visual e das políticas de rememoração e esquecimento do século XXI. Por isso, faz-se necessário arquitetar novas formas de análise e de apropriação deste recurso imagético (MACHADO; HUBER, 2010). É preciso ressignificar a leitura dessas imagens para que as pessoas fotografadas por estrangeiros que justificavam suas atitudes em nome da ciência, possam recuperar sua humanidade e protagonismo diante da história. O século XIX foi permeado por muitas intersecções entre as criações de imagem e raça e nesse sentido a fotografia foi de tamanha importância no decorrer do século, tendo sido utilizada para além dos meios naturalistas de desumanizar a população negra.

## 5 O LUGAR DA MULHER NEGRA NA CIÊNCIA MODERNA DO SÉCULO XIX

### 5.1 Alexandrina e outras mulheres negras no relato do casal Agassiz e na história

No relato de viagem do casal Agassiz pelo Brasil na segunda metade do século XIX, fonte principal da presente pesquisa, estão presentes informações a respeito de Alexandrina. Alexandrina foi uma mulher negra considerada mestiça que foi descrita como: “uma preciosa aquisição, não somente no ponto de vista doméstico, como também no científico. Ela aprendeu a limpar e preparar muito convenientemente os esqueletos de peixes e se tornou muito útil no laboratório.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 230). Segundo o casal, Alexandrina conhecia todos os caminhos das florestas e acompanhava Luís Agassiz nas herborizações que fazia. Segundo o relato, Alexandrina portava uma percepção própria e aguda e tal percepção possibilitava que ela distinguisse as menores plantas em flores ou frutos e isso fazia dela uma auxiliar muito eficiente, já que “uma auxiliar como ela não presta medíocre auxílio” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 230). Mas é uma pena que o casal não atribua à Alexandrina a humanidade e o reconhecimento que ela merecia, e que ao descreverem suas habilidades e sua agilidade, comparam Alexandrina a um macaco, para citar a maneira como ela colhe flores e frutos dos altos das árvores. O relato traz descrições a respeito dos aspectos físicos de Alexandrina e se aproveita de tais características para trabalhar incentivos de meios de branqueamento da população brasileira.

Intercalo aqui um retrato em traços rápidos da minha criadinha Alexandrina. A mistura de sangue índio e sangue preto, que corre em suas veias, faz dela um curioso exemplo dos cruzamentos de raça que aqui se dão. Ela consentiu ontem, depois de muito rogada, que se fizesse o seu retrato. Agassiz desejava possuí-lo por causa do arranjo extraordinário da cabeleira dessa rapariga. Seus cabelos perderam as ondulações finas e cerradas próprias dos negros, adquiriu mesmo alguma coisa da longura e do aspecto duma cabeleira de índia, mas lhe ficou, apesar de tudo, uma espécie de elasticidade metálica. A pobre menina faz tudo para penteá-los; eles ficam em pé em sua cabeça e se eriçam em todas as direções, como se estivessem eletrizados. Em todos os mestiços índios-negros que vimos, o tipo africano é o primeiro a ceder, como se a adaptabilidade maior do negro, tão oposta à inalterável tenacidade do índio, se verificasse nos caracteres físicos tão bem como nos mentais. Vão a respeito algumas observações tiradas das notas de Agassiz sobre o caráter geral da população desta região. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 237).

No século XIX, a pesquisa sobre os corpos das mulheres andava lado a lado à produção de saberes da origem das espécies que geraram os estudos raciais. Ambas as construções de

saberes foram tendenciosas e buscavam atender às preocupações eurocêntricas e patriarcais. (PONZANESI, 2017). É possível chamar tais construções de saberes de tecnologias culturais de dominação e afirmar que tais métodos demonstram a dominação dos europeus sobre a população negra e os povos indígenas (DIRKS, 1996). Além das descrições, o relato ainda conta com um retrato artístico de Alexandrina, que também está presente na capa da fonte (Figura 9). As descrições de Alexandrina, juntamente com o retrato, fazem parte das tecnologias de dominação que foram utilizadas para inferiorizar mulheres negras e garantir o protagonismo branco na sociedade.

Figura 9– Alexandrina



**Retrato de Alexandrina (cafuza)**

(desenho de William James)

Fonte: AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 238

O colonialismo juntamente com a escravidão criou um ambiente impositor de trabalho rigoroso direcionado a ser cumprido por mulheres negras, mais rigoroso que os exercidos por mulheres brancas. O trabalho agrícola era direcionado a todos os escravizados, incluindo mulheres e crianças (OWENS, 2017). Devido a isso, a crença geral impunha que mulheres negras eram capazes de suportar os efeitos de castigos corporais brutais, como as chicotadas,

da mesma maneira que os homens negros eram castigados (OWENS, 2017). Os brancos objetificaram mulheres negras e as trataram como “espécimes” mais fortes. (OWENS, 2017). É nesse sentido, prejudicial para a vivência das mulheres negras, que o casal Agassiz descreve as características de Alexandrina e das demais mulheres negras ou mestiças que observam no Brasil. Além de Alexandrina, o relato traz descrições a respeito da vida cotidiana de outras mulheres que ele observou em terras brasileiras de maneira generalizada, desde as mulheres indígenas até as brancas, das mais novas até as mais velhas:

Apesar de tudo, a vida dessas índias me parece invejável quando a comparo com as mulheres brasileiras nas pequenas cidades e vilas do Amazonas. A índia pode ter o exercício salutar e o movimento ao ar livre; conduz a sua piroga no lago ou no rio, ou percorre as trilhas das florestas; vai e vem livremente; tem as suas ocupações de cada dia; cuida da casa e dos filhos, prepara a farinha e a tapioca, seca e enrola o fumo, enquanto os homens vão pescar ou caçar; tem finalmente seus dias de festa para alegrar sua vida de trabalho. Pelo contrário, é impossível imaginar coisa mais triste e mais monótona do que a existência da senhora brasileira das pequenas cidades. Nas províncias do Norte, principalmente, as velhas tradições portuguesas sobre o enclausuramento das mulheres ainda prevalecem. Seus dias decorrem tão descoloridos como os das freiras dum convento e sem o elemento entusiasta e religioso que sustenta estas últimas. Muitas senhoras brasileiras passam meses e meses sem sair de suas quatro paredes, sem se mostrar, senão raramente, à porta ou à janela; pois, a menos que esperem alguém, estão sempre tão pouco vestidas que vão além da negligência. É triste verem-se essas existências fanadas, sem contato algum com o mundo exterior, sem nenhum dos encantos da vida doméstica, sem livros, sem cultura de qualquer espécie. A mulher, nessa porção do Império, se embota no torpor duma existência inteiramente vazia e sem objetivo, ou se se revolta contra as suas cadeias, a sua infelicidade então só é comparável à nulidade de sua vida (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 260).

Durante todo o relato do casal Agassiz, é possível observar que não incluem mulheres negras quando estão construindo uma narrativa a respeito do contexto feminino geral, o que enfatiza a invisibilização e apagamento da participação da mulher negra na história e a sua desumanização por não ser considerada um ser humano, uma mulher, já que é lembrada apenas nos momentos em que sua força bruta era necessária. Isso pode ser perfeitamente observado a partir do discurso que saiu da boca de uma mulher negra ambientada no século XIX, nos Estados Unidos: ‘E não sou uma mulher?’ é o título de um discurso proferido por Sojourner Truth em 1851 em uma Convenção dos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio. Sojourner Truth foi o nome escolhido pela própria, anteriormente chamada de Isabella van Wagenen. Essa convenção, composta por clérigos, discutia sobre como as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens por serem frágeis e intelectualmente débeis. A principal justificativa era que Jesus foi um homem, enquanto a primeira mulher foi uma pecadora.

Foi nesse contexto que Sojourner, uma mulher negra que nasceu em um contexto de escravização, em 1797, em Nova York, e conquistou sua liberdade em 1823, tendo vivido uma vida de luta por direitos para a população negra, levantou questões que hoje em dia podem ser associadas ao questionamento que é o título deste trabalho: como a mulher negra era pensada na ciência moderna elaborada a partir do século XVIII? O discurso foi registrado por Frances Gage, feminista e abolicionista. O trecho mais conhecido que faz parte do discurso é o seguinte:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851 apud RIBEIRO, D., 2018, p. 51).

O discurso foi proferido no século XIX, no mesmo contexto em que o pensamento moderno e científico explanado nos capítulos anteriores estava se solidificando. No seu discurso, Sojourner percebeu que não era tratada ou retratada nem como um homem branco, nem como uma mulher branca. O poderoso questionamento de Sojourner Truth ao perguntar se ela era ou não uma mulher atesta a ausência de humanidade do lugar no qual a mulher negra foi colocada a partir dos mecanismos cientificamente racistas do século XIX. Mas apesar das resistências e reivindicações de mulheres negras terem sido apagadas, é preciso lembrar que elas aconteceram: no século XIX, assim como houve a ascendência do racismo científico, como é conhecido hoje, houve também um aumento da luta dos negros contra os argumentos científicos criados para inferiorizá-los (CALDWELL, 2010).

Há registros principalmente da resistência de mulheres negras norte americanas que se manifestaram a partir da literatura, ensaios políticos e textos jornalísticos. Além de Sojourner Truth, houve Maria W. Stewart, Anna Julia Cooper e Ida B. Wells-Barnett, todas tiveram papéis fundamentais no que evoluiu para hoje conhecermos como o feminismo negro (CALDWELL, 2010). Harriet Jacobs foi uma mulher negra ex-escravizada que nos Estados Unidos durante o século XIX publicou a primeira narrativa a respeito de vivências de mulheres como ela: *“Incidents in the Life of a Slave Girl”* é o nome da obra que demonstra como mulheres

escravizadas experienciaram particularidades não somente raciais, como também de gênero (CALDWELL, 2010).

É difícil compreender os caminhos de bestialização que viajantes, artistas, médicos e cientistas tomavam para considerar que a mulher negra não era um ser humano. É difícil também entender como a partir de teorias como a da Imutabilidade da negritude poderiam considerar que a mulher negra fosse da mesma espécie que uma mulher branca ao mesmo passo em que essa mulher negra era inferior e distinta biologicamente dessa mulher branca (OWENS, 2017). Foram muitas as contradições inerentes à representação e à medicina em prol da escravização da população negra que permearam o século XIX. É muito contraditório, por exemplo, que um grupo racial e de gênero, no que diz respeito às mulheres negras, considerados inferiores, tenham desempenhado trabalhos profissionais que requerem substancialmente uma habilidade intelectual (OWENS, 2017).

Nesse contexto, Agassiz tece observações a respeito da educação da mulher no Brasil. Segundo ele, o nível de instrução oferecido nas escolas femininas é baixo, e mesmo “nos pensionatos frequentados pelas filhas das classes abastadas, todos os professores se queixam de que se retiram as alunas justamente na idade em que a inteligência começa a se desenvolver.” (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 435). É um trecho do relato importante para observar a educação que era oferecida às mulheres brancas no Brasil:

A maioria das meninas enviadas à escola aí entram com a idade de sete ou oito anos; aos treze ou quatorze são consideradas como tendo terminado os estudos. O casamento as espanta e não tarda em tomá-las. Há exceções, está visto. Alguns pais mais razoáveis prolongam a permanência no pensionato ou fazem dar a instrução em casa até dezessete ou dezoito anos; outros mandam suas filhas para o estrangeiro. Habitualmente, porém, salvo uma ou duas matérias bem estudadas, o francês e a música, a educação das jovens é pouco cuidada e o tom geral da sociedade disso se ressentem. Claro está que, na sociedade brasileira, mulheres há cuja inteligência recebe um alto grau de cultura; mas a minha afirmação nem por isso deixa de ser verdadeira; são meras exceções e nem outra coisa se poderia dar com o atual sistema de educação, sendo que as mulheres que o personificam sentem amargamente a influência de um tal sistema sobre a situação que para o seu sexo criam os costumes nacionais. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 435 e 437)

Podemos observar que mesmo que para os padrões de Agassiz a educação feminina brasileira fosse considerada de nível pouco elevado, ainda assim era uma educação que oferecia estudos fora do país, aulas de línguas, música e cultura. Além disso, era uma educação que não alcançava mulheres negras. E mesmo sem acesso a escolas, mulheres negras provaram sua

inteligência e conhecimento. Desde o século XIX, há muitos casos de homens brancos, fossem médicos ou proprietários de escravizados, que buscavam auxílio de mulheres negras e seu corpo de conhecimento para tratar mulheres grávidas e enfermos, mesmo que essa sabedoria fosse criticada pelos mesmos homens brancos médicos, viajantes, cientistas (OWENS, 2017).

Há o exemplo de Dellie Lewis, que era uma mulher negra parteira de uma plantação e possuía conhecimentos botânicos herdados de sua avó que eram utilizados nos partos (OWENS, 2017). Ter essas mulheres negras atuando como parteiras foi bem-quisto pelos senhores porque muitas mulheres escravizadas eram muito resistentes ao controle indiscriminado que os donos de escravizados e os médicos tinham sobre seus corpos, enquanto nas práticas das mulheres negras parteiras essas mulheres negras escravizadas confiavam (OWENS, 2017). Outro ponto a respeito da sabedoria de mulheres negras do século XIX é que as mulheres escravizadas tinham noção de que suas vidas eram consideradas bens públicos, por isso lutavam para proteger a mínima privacidade que tinham, principalmente no que dizia respeito a seus corpos e na busca por tratamentos de enfermidades, então elas não procuravam serviços de médicos brancos (OWENS, 2017). Sendo assim, buscavam se cuidar entre elas mesmas a partir do compartilhamento de suas sabedorias (OWENS, 2017).

Nesse sentido, mulheres negras criaram verdadeiras irmandades femininas. Essas organizações eram principalmente religiosas, a partir da religiosidade de matriz ocidental africana, abrigadas no interior dos rituais cristãos hegemonicamente católicos no período escravocrata (WERNECK, 2010). Essas associações foram importantes para estabelecer condições, mesmo que subsistentes, para mulheres negras afro-diaspóricas e afro-brasileiras; também foi possível, graças a tais organizações, confrontar os regimes de opressão do século XIX, criando estratégias políticas de massa e até mesmo revoltas urbanas que antecederam a queda do regime (WERNECK, 2010). Portanto, ações políticas de mulheres negras aconteceram muito antes da criação do feminismo, mesmo que seu grau de influência na criação do movimento seja invisibilizado (WERNECK, 2010).

Os quilombos, lugares criados por pessoas escravizadas que conseguiram escapar da escravidão e assim articular sua liberdade, aparecem em relatos da história do Brasil ao longo de todo o colonialismo e também são exemplos de articulações entre mulheres negras (WERNECK, 2010). Um caso evidente disso é Dandara, que foi uma mulher negra que fez parte da liderança do conhecido Quilombo dos Palmares, mas não teve sua história tão celebrada quanto Zumbi, homem negro líder do mesmo quilombo (CAETANO; CASTRO,

2020). No século XVII, Dandara liderou homens e mulheres em resistências e conflitos contra as autoridades coloniais que tentavam destruir os quilombos, sendo de grande importância no combate à escravidão (CAETANO; CASTRO, 2020). Embora haja estudiosos que tentam desmerecer a história de Dandara, alegando que ela seja um mito, uma personagem inventada, precisamos valer da memória de Dandara como um ato de subversão ao machismo e ao racismo que permeiam os estudos historiográficos (CAETANO; CASTRO, 2020).

## **5.2 Construções imagéticas da mulher negra no século XIX**

Da forma que se deram os desdobramentos dos discursos coloniais do século XIX, o corpo negro tornou-se um símbolo de sexualidade, utilizada então como uma metáfora para dominação (PONZANESI, 2017). Os discursos ideológicos desse período, aliados às fotografias pseudocientíficas, como vimos, coordenaram as representações voyeurísticas da mulher negra, atrelando sua imagem à disponibilidade sexual ameaçadora e perigosa (PONZANESI, 2017). Essas representações tendenciosas e enganosas criaram convicções científicas que afirmavam a inferioridade da mulher negra e expressavam a visão que se tinha da mulher negra e de seu corpo físico, construída pelo olhar do homem branco que decorria da intimidação desses homens pela sexualidade feminina no geral (PONZANESI, 2017). Sendo assim, a chave para entender as interlocuções entre raça, classe, gênero, sexualidade e cultura imperial é buscar quais foram as implicações psicossomáticas, sociais e culturais dessas representações (PONZANESI, 2017).

O século XIX foi capaz de capturar convenções da diversidade humana iconograficamente por meio da aliança entre duas imagens relacionadas ligadas à feminilidade: a da mulher hotentote e a mulher prostituta (GILMAN, 1985). No século XIX, a mulher negra era representada pela mulher hotentote enquanto a prostituta representava a mulher sexualizada, e no decorrer desse século ambos os conceitos foram associados a partir de padrões convencionais (GILMAN, 1985).

A obra abaixo (Figura 10) é clássica do século XIX e registra, conjuntamente, a ideia da mulher sexualizada e a da mulher hotentote. A mulher branca, apesar de sexualizada, é retratada com delicadeza e protagonismo, enquanto a mulher negra, dita na época hotentote, é retratada



com invisibilidade e preterimento. A *Olympia* de Edouard Manet foi pintada em torno de 1862-63, mas sua primeira exibição aconteceu em 1865, ano em que Agassiz estava fazendo sua viagem pelo Brasil. A obra representa a mulher branca baseando-se em referências clássicas como a *Vênus de Urbino* (Figura 11) de Ticiano (1538), a *Maja Nua* (Figura 12) de Francisco Goya (1800), *Odalisque* (Figura 13) de Eugene Delacroix (1847), dentre outras obras contemporâneas de Manet (GILMAN, 1985).

Figura 10– Olympia de Manet



Fonte: Edouard Manet, *Olympia*, 1863. *Musée de l'Impressionisme, Paris*. Phot. Museum.

*Figura 11– Vênus de Urbino*



Fonte: Ticiano, Vênus de Urbino, 1538. Pinacoteca dos Mestres Antigos, Dresden.

*Figura 12– Maja Nua*



Fonte: Francisco de Goya, Maja Nua, 1800. Museu do Prado, Espanha.

Figura 13– Odalisque



Fonte: Eugene Delacroix, Odalisque, 1847. França.

Podemos observar em todas essas obras que colocam a mulher branca como figura de destaque e imponência: apesar da nudez, as iconografias não representam vulnerabilidade ou inferioridade, enquanto a mulher negra é representada como uma atendente, sendo um reflexo da figura clássica da servidão negra presente nas artes do século XIX (GILMAN, 1985). Podemos observar mais disparidades na representação da mulher branca para com a mulher negra em outras obras (Figura 14):

Figura 14- The Servant



Fonte: Franz von Bayros, "The Servant," ca. 1890.

Na obra "*The Servant*", mostrada na figura acima, vemos a sexualidade da criança negra exposta como recurso para indicar a sexualidade encoberta da mulher branca (GILMAN, 1985). Observamos aqui a relação entre a sexualidade da mulher negra e a da mulher branca sexualizada entrando em uma nova dimensão, a partir do momento em que o discurso científico naturalista a respeito da sexualidade feminina negra é elaborado e disseminado no decorrer do século XIX (GILMAN, 1985). Naturalistas nesse período discursavam a respeito da selvageria atrelada ao apetite sexual negro e colocavam essas observações em seus relatos de viagem com a intenção de construir um viés científico a respeito do assunto. A partir daí, a mulher negra deixa o local de invisibilidade e passa a representar um ícone da sexualidade em geral. Tudo o que vimos até aqui a respeito dos discursos naturalistas pseudocientíficos, as aplicações da teoria da Cadeia do Ser à aspectos da população negra e os parâmetros criados para criar as diferenciações entre as raças, tem influência na hiper sexualização do corpo negro, e especialmente da mulher negra, já que inicialmente a sexualidade era representada pela mulher (GILMAN, 1985). Dessa maneira, a mulher negra estava sempre no último degrau da Cadeia do Ser, por isso é vista como a hotentote e posteriormente a representação da sexualização (GILMAN, 1985). Para os viajantes pseudocientistas do século XIX, a mulher negra teria uma aparência e aspectos fisionômicos além da cor de sua pele e o formato de sua genitália que seriam o suficiente para rotulá-las como portadoras de um apetite sexual dito "primitivo". A exemplos desses viajantes, além dos que já foram citados nos capítulos anteriores, temos Buffon, Cuvier, François Le Vaillant e John Barrow (GILMAN, 1985).

Falamos muito de Darwin e de como as teorias que hoje são enquadradas na categoria do racismo científico teriam sido derivadas da má interpretação de seus escritos que não necessariamente buscavam inferiorizar a raça negra, mas o próprio Darwin traçou pontos de vista semelhantes aos demais estudiosos da época quanto aos padrões naturais de beleza humana e classificou as nádegas como um sinal cômico, primitivo e grotesco da mulher negra dita hotentote (GILMAN, 1985). Sabe-se, nesse sentido, que quando os vitorianos tiveram seu primeiro contato com a mulher negra, enxergaram-nas em termos de nádegas e estas como anomalias, (GILMAN,1985) como a obra abaixo (Figura 15) representa:

Figura 15– Vênus hotentote



Fonte: “*The Hottentot Venus*”, popular engraving, 1850

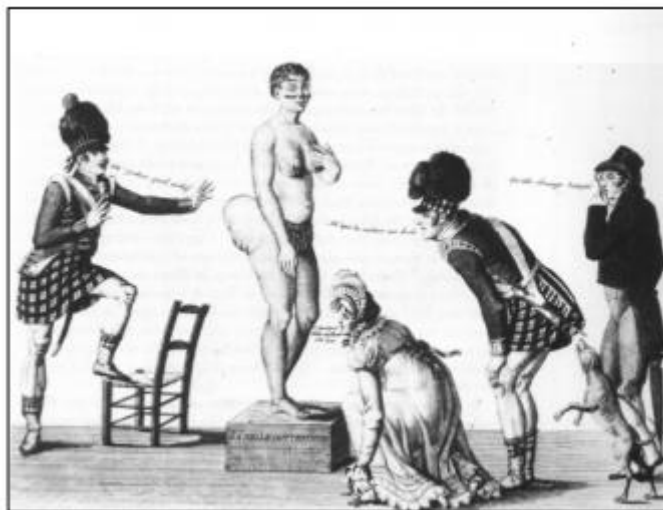
Na obra acima, vemos um homem branco observando as nádegas de uma mulher negra através de um telescópio, colocando essa mulher em posição difamadora e constrangedora. A pseudociência do século XIX demonstrava certa obsessão pelas partes genitais de pessoas negras e as nádegas da mulher negra concentravam boa parte dessa perseguição (GILMAN, 1985). O exagero na representação das nádegas da mulher negra aponta a intenção de estabelecer signos sexuais subjetivos, tanto físicos quanto temperamentais dessa mulher. (GILMAN, 1985) Atrelada a essas concepções, como vimos nos capítulos anteriores, surgiram os mecanismos higienistas de controle da sexualidade da mulher negra tratando-a como transmissora de males. (GILMAN, 1985)

Ainda no que diz respeito à imagem da mulher negra e a como essa imagem era deturpada por parte da população branca, sempre olhando-as com espanto e retratando-as como exóticas, diferentes e animais, é preciso dizer que tal objetificação estendeu-se aos seus corpos, de maneira que essas mulheres passaram a serem tratadas como objetos colecionáveis. (BRIGGS, 2000). Colecionadores de história natural estratificaram os corpos femininos negros e transformaram-nos em objetos de interesse em relação às pelvis e esqueletos das mulheres colonizadas. As partes do corpo de mulheres negras e indígenas foram trocadas por pesquisadores e montadas em museus, enviadas de um continente para o outro, trocadas e comercializadas por homens brancos que se diziam cientistas (BRIGGS, 2000).

A representação do “Outro” racialmente sexualizada não foi vista apenas nas pinturas orientalistas da era colonial, em obras que possuíam características universalizantes e tendenciosas (PONZANESI, 2017). Além dessas representações, temos o exemplo da Vênus Negra, cuja imagem tornou-se um tropo de forte expressão da relação contaminada e assimétrica entre o dominante e o dominado: a figura da Vênus Negra reivindica alegoricamente a posição dos colonizadores masculinos brancos e expande sua autoridade sobre o solo virgem do território imperial, do qual ela é o emblema que representa o outro, tanto racialmente como também sexualmente (PONZANESI, 2017). Assim, homens brancos se apropriaram do corpo negro feminino, subjugaram-no como exótico para sustentar a gramática racial meticulosamente construída para que “o Outro” representasse a irracionalidade e a luxúria sexual (PONZANESI, 2017). A representação das mulheres locais como Vênus Negras elaborada pelos colonizadores ocidentais foi extremamente erotizada e bastante próxima da pornografia, mas essas problemáticas ficavam escondidas sob o propósito da ciência e da categorização etnográficas raciais (PONZANESI, 2017).

Um exemplo disso é que houve uma mulher negra que sofreu muito em vida e seu corpo continuou sofrendo após sua morte, devido à representação da Vênus Negra: Sarah Bartman, conhecida como a Vênus Hotentote, foi exibida por todo o solo europeu como um exemplo do “Outro”, de maneira hiper sexualizada, desumanizada e humilhante (PONZANESI, 2017). Sarah era exibida dentro de uma gaiola como um animal e o fato de homens brancos europeus terem exibido uma mulher negra por toda a Europa única e exclusivamente pelo fato de suas nádegas serem consideradas por eles grandes reflete que seus interesses estavam mais associados às fantasias sexuais ocidentais do que com um estudo fisiológico sério (PONZANESI, 2017). Havia essa ansiedade do homem branco em desvendar o corpo negro feminino e tal busca acabava por fixar a mulher negra em um lugar único, limitado, aprisionador e inferiorizador. Assim, a mulher negra é decodificada e recodificada conforme o sistema de representação do homem branco (FANON, 1968) de modo que “a mulher capturada no olhar masculino sempre significará desejos masculinos.” (MULVEY, 1993, p. 19).

Figura 16- Bela Hotentote



Fonte: 'La Belle Hottentot', França.

As partes sexuais de Sarah Bartmann, incluindo genitália e nádegas, foram a representação de maior destaque da mulher negra do século XIX, gerando influências até mesmo nas descrições médicas da pessoa negra, que refletiam a compreensão geral da época de que a sexualidade da mulher negra era patológica (GILMAN, 1985). Baseados nos argumentos poligenéticos, cientistas como Edwart Turnipseed, da Carolina do Sul, argumentam em 1868 que o hímen das mulheres negras não estariam na “entrada” da vagina, como estaria na mulher branca, mas sim uma polegada e meia do interior. A partir disso, concluem que essa seria uma possível marca anatômica da falta de unidade na raça humana (GILMAN, 1985).

Todas essas representações fetichistas ajudaram a inventar a convicção científica de que Sarah Bartmaan, assim como outras mulheres negras que possuíam imagem parecida com a dela, encarnavam o elo perdido no que dizia respeito às classificações evolutivas das espécies (PONZANESI, 2017). Tal afirmação reforçava a crença na inferioridade negra e expressava a construção de um corpo de uma mulher negra a partir do olhar do homem branco (PONZANESI, 2017). A união crescente de representações hiper sexualizadas e objetificadas da mulher negra criaram e fortaleceram a narrativa que incumbia a mulher negra de fornecer o prazer sexual para o senhor patriarcal, além de servi-lo nas tarefas de casa (RIBEIRO, A., 2006).

Frente a essa narrativa, esses senhores patriarcais eram casados com mulheres brancas, com as quais só teriam relações sexuais a partir da noite de núpcias que não englobavam prazer,

mas sim a reprodução com a intenção de gerar um herdeiro homem (RIBEIRO, A., 2006). A mulher branca, esposa, durante a relação se mantinha coberta. Mas ambas as relações, no século XIX, poderiam ser classificadas como estupros, visto que não havia vontade nem consentimento por parte da mulher branca, ou da mulher negra; ambas estavam ali para satisfazer a vontade do homem branco patriarcal (RIBEIRO, A., 2006). Os matrimônios, que eram acordos econômicos, revelavam a influência da escravização que o homem branco exercia sobre a mulher negra escravizada: isso é revelado nas representações que colocam a mulher branca como imaculada, quista e bem-vista, frente à mulher negra, inferiorizada, invisibilizada, objetificada (RIBEIRO, A., 2006).

Quando se fala de imagem, a vestimenta é um ponto importante na construção imagética de um indivíduo. No século XIX, as roupas eram capazes de determinar classe, fortuna, condição, ofício, gênero e raça (VASQUES, 2009). É possível categorizar 4 estilos de vestimenta que marcaram o século: o estilo imperial, o romântico, o vitoriano e *La Belle Époque* (VASQUES, 2018). Existem diversos estudos que analisam a moda feminina do período oitocentista descrevendo as características e os significados das roupas, penteados, e ornamentos que mulheres brancas utilizavam, mas os elementos que compunham a imagem das mulheres negras quase não são contemplados em tais estudos (SOUZA, 1987), embora saibamos que a mulher negra não foi impactada pelos interesses sociais associados a vestimenta da mesma forma que a mulher branca.

A mulher negra que estava sendo escravizada no período era uma mulher privada de direitos básicos e, por não ser vista como um indivíduo, não era vista como sujeito que tinha necessidade de comunicar algo através da vestimenta (CRANE, 2006). Entretanto, isso não significa que elas não buscavam se expressar através das roupas, apenas que a história não se preocupou em contar esse aspecto da história dessas mulheres, focando apenas na inferiorização de seus corpos e na imoralidade e violência com as quais eram tratadas, sendo então desconsideradas como fontes históricas (VASQUES; MORAIS; FORTUNATO; BRITO, 2021). O que se sabe é que de maneira geral o vestuário das mulheres escravizadas era bem simples, mas algumas fugas da regra puderam ser observadas, principalmente nos relatos dos viajantes que vinham para o Brasil. No que diz respeito às mulheres negras da Bahia, há registros descrevendo-as com saias de cetim, camisas de cambraia bordadas de maneira que agregasse valor a peça, e algumas também levavam ouro em fivelas, pulseiras, colares e braceletes (PRIORE, 1997). Essas mulheres que se apresentavam de maneira mais composta com diversos elementos poderiam ser mulheres que já tinham conquistado certo nível de



independência trabalhando nos ganhos de rua, ou também um exemplo de mulheres escravizadas que eram postas por suas senhoras em boas vestimentas numa perspectiva de objetificação dessa mulher, com o objetivo de fazer com que “esse objeto” tivesse mais valor. (PEIXOTO; ALVES; SOUZA, 2003).

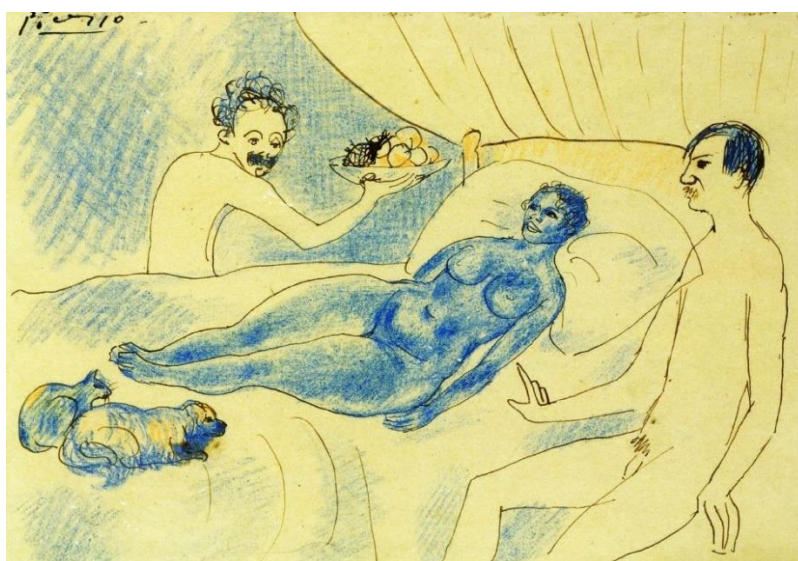
Nesse sentido, vale lembrar que havia um cuidado por parte da sociedade em assegurar a submissão da mulher negra; no caso brasileiro, por exemplo, a partir de cartas régias as mulheres negras eram proibidas de se assemelharem a mulheres brancas da camada senhorial a partir do vestuário. (RIBEIRO, A., 2006) O que se pode concluir a partir dos poucos dados que se tem da vestimenta de mulheres negras dos oitocentos é que o vestuário delas ainda era escolhido de acordo com os gostos da família senhorial, mas a forma que elas o vestiam poderia ser uma escolha autônoma, visto que os turbantes são uma característica marcante dos trajes das mulheres negras dessa época e remetem à cultura que foi trazida do continente africano (VASQUES; MORAIS; FORTUNATO; BRITO, 2021). Sendo assim, as roupas das mulheres negras representam não só um meio de comunicação ou diferenciação, mas também de resistência e reafirmação (VASQUES; MORAIS; FORTUNATO; BRITO, 2021).

Devido a persistência enraizada das representações visuais de mulheres negras no decorrer dos séculos, mulheres negras do século XIX acabaram petrificadas em sua alteridade essencializada e fixada pelos homens brancos colonizadores (PONZANESI, 2017). Portanto, existe uma relação causal entre os legados coloniais e os processos subsequentes que envolvem as relações étnicas e de gênero nas sociedades multiculturais contemporâneas (PONZANESI, 2017). Podemos afirmar que havia um vínculo entre a pressuposta construção científica e a representação artística do corpo da mulher negra, entre as pinturas orientalistas e as *Vênus hotentote*. Todas essas representações construíram um olhar para com a mulher negra que ainda existe atualmente e precisa ser constantemente combatido e ressignificado.

É importante observar como a objetificação, hiper sexualização, desumanização e inferiorização da mulher negra se perpetua ao longo dos séculos: um meio de analisar isso é o próprio retrato de Olympia que sofreu diversas releituras formando diferentes visões a respeito das mulheres negras, em diferentes contextos. A obra, intitulada Olympia de Edouard Manet, datada de 1863 e citada anteriormente (Figura 10), possui uma releitura de Pablo Picasso de 1901 (Figura 17). Nessa versão mais recente, Olympia é retratada como uma mulher negra sexualizada (OWENS, 2017): a pintura dá ênfase aos quadris e à genitália, e apresenta homens brancos também nus a observando. Diferente da versão original de Manet na qual a mulher

branca carrega flores, como um presente, na de Picasso os homens oferecem frutas para a mulher e nessa versão o próprio artista está presente nesta obra, como um observador sexualizado da mulher sexualizada. Assim, a visão de Olympia de Picasso alimenta a construção da imagem da fêmea primitiva como objeto sexual, encontrada na raça inferiorizada (OWENS, 2017).

Figura 17– Olympia de Picasso



Fonte: Picasso – Releitura de Manet, 'Olympia' with Junyer and Picasso 1901-03, Coleção Privada.

Toda a preocupação dos naturalistas girava em torno de qual seria o lugar dessa mulher negra, o que muitas vezes levou à sua solidão e desumanização. Dessa forma, o trabalho realizado pelos pseudocientistas naturalistas ocasionou na determinação de quem era ou não mulher a partir de traços físicos ou até mesmo comportamentais estabelecendo padrões que entendemos atualmente não somente como racistas, mas também misóginos, machistas e transfóbicos (BRITTO; CARVALHO, 2021). Em suma, os padrões criados no século XIX são eurocêntricos e através deles, mulheres não brancas e transgênero acabam não sendo consideradas “femininas” o suficiente, de forma que não são vistas como mulheres ou nem mesmo como pessoas.

### 5.3 A saúde da mulher negra no século XIX

Para falar da saúde das mulheres negras, é preciso compreender que a medicina reprodutiva serviu como manutenção do regime escravista no sul dos Estados Unidos na era pré-guerra e foi nesse momento que ocorreu a maior migração e venda de mulheres negras jovens na história do país (OWENS, 2017). No século XIX, os médicos formavam uma corte de homens brancos de elite cujo trabalho afetava o mercado de escravizados do país, visto que esses médicos cumpriam a função de examinar clinicamente mulheres negras como parte do processo de avaliação da venda dessas mulheres (OWENS, 2017). Portanto, é possível estabelecer uma relação entre a escravidão e a medicina, assim como nos capítulos anteriores foi estabelecida uma relação entre a escravidão e a ciência, e é necessário adicionar o recorte de gênero nessas relações.

O século XIX foi um período da medicina em que médicos se empenharam em estudar a “fêmea animal” e buscar formas de exercer controle sobre ela (OWENS, 2017). A medicina caminhava de forma que, para as mulheres brancas, o que os médicos buscavam era curá-las de qualquer doença que pudesse agravar sua suposta sensibilidade e fragilidade biológica, enquanto mulheres negras eram percebidas como não portadoras de sensibilidade (OWENS, 2017). Dessa forma, os médicos se aproveitavam do papel que cumpriam no regime escravista acompanhando o trabalho reprodutivo de mulheres escravizadas, incluindo suas doenças ginecológicas e gravidezes, para buscar novos métodos que poderiam revolucionar a medicina ginecológica, reclamando todos os méritos por tais descobertas para si (OWENS, 2017).

Assim, senhores proprietários de escravizados se baseavam nas avaliações médicas para determinar se uma mulher negra seria ou não um investimento econômico viável. As avaliações ainda ditavam se essas mulheres eram férteis e se possuíam doenças venéreas contagiosas que poderiam afetar outros escravizados numa fazenda ou plantação (OWENS, 2017). A partir disso, cirurgias pioneiras no campo da ginecologia como a remoção de ovários e a cesariana aconteceram a partir da interação entre homens brancos médicos sulistas, os compradores e as mulheres escravizadas (OWENS, 2017).

Sabemos que os movimentos feministas dos anos 1970 levantam discussões a respeito da histeria, que surgiu como uma doença no século XIX que acometia principalmente as mulheres, e mais precisamente, mulheres brancas de classe média a alta (BRIGGS, 2000). Nesse contexto, as feministas defenderam que a histeria não era uma doença, mas uma maneira de manter as mulheres em casa (BRIGGS, 2000). Entretanto, se para além das questões de gênero que englobam essa discussão, trouxermos também um ponto de vista racializado,

podemos destacar o fato de que o nervosismo, supostamente característico da histeria, era classificado a partir de parâmetros muito parecidos com os utilizados para classificar os negros nos estudos eugênicos (BRIGGS, 2000). Assim, o nervosismo era apontado como uma doença cuja causa seria a “supercivilização”. Por isso seria uma doença exclusiva de mulheres brancas e bem abastadas, já que atingia “mulheres civilizadas”, enquanto povos indígenas e negros eram considerados selvagens e degenerados (BRIGGS, 2000). Nesse sentido, mulheres brancas que foram classificadas como histéricas possuíam dificuldades em terem filhos e tal sintoma participa implicitamente de um discurso racial e reprodutivo que identifica nas mulheres negras uma suposta facilidade em se reproduzir. Logo, nesses termos, por conta da dificuldade de reprodução das mulheres brancas, a raça branca, dita pelos cientistas superior, estaria em risco (BRIGGS, 2000).

Os discursos a respeito da histeria e do nervosismo só fazem sentido devido às teorias raciais que trabalham para classificar os diferentes tipos de corpos. Foi nesse momento que surgiu o estereótipo que prejudica homens e mulheres negras ainda atualmente a respeito do branco ser visto como nervoso e atormentado por sua fraqueza, enquanto o negro supostamente não enfrenta esse tipo de sentimento por ser resistente (BRIGGS, 2000). É essa noção que faz com que homens negros não recebam cuidados relacionados à saúde mental e mulheres negras sejam obrigadas a realizar seus partos sem receberem anestesia, mas isso será visto mais à frente. O que precisa ser salientado aqui é que a ginecologia e a obstetria do final do século XIX não fizeram mal somente às mulheres brancas ao impedi-las de utilizar anticoncepcional para conseguir estudar e trabalhar, com a alegação que o uso causaria doenças nervosas (BRIGGS, 2000). Ao insistir que mulheres brancas estavam se tornando estéreis e fracas, enquanto mulheres negras se mostravam férteis e fortes, a medicina ginecológica codificou que a reprodução constante de mulheres negras frente a baixa reprodução das mulheres brancas seria um problema racial.

Portanto, foi uma questão racial e eugênica que fomentou essas discussões, não apenas de gênero (BRIGGS, 2000). É devido a isso que hoje falamos sobre interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) e defendemos que as discussões de gênero devem ser direcionadas de maneira que a raça também seja uma categoria de análise explícita, pois essas questões se interseccionam. Nesse caso, precisamos compreender a histeria como uma narrativa racial, além de apenas generificada – ou ainda apenas como uma narrativa sobre as mulheres brancas, como sempre foi posta na história.

Para além disso, ainda no século XIX médicos já haviam coletado informações a respeito da saúde de mulheres negras que comprovaram ser mentira que mulheres negras não “sofriam dos nervos” como as mulheres brancas, o que reforça mais a narrativa de que a histeria foi criada também por motivos raciais, não somente de gênero. O pesquisador obstétrico Joseph Taber Johnson fez um estudo de caso a partir de mulheres escravizadas e libertas que encontrou nas plantações do sul dos Estados Unidos e nos hospitais de *Freedmen's Bureau* no qual ele descobriu que os casos de convulsões de eclampsia puerperal, doença grave causada por pressão alta durante a gravidez, eram maiores nas mulheres negras do que nas brancas (BRIGGS, 2000). Tal fato contrariava a crença inabalável dos médicos do século XIX que insistiam em afirmar que mulheres negras não se estressavam e não eram acometidas por dificuldades em seus partos porque na época, eclampsia era classificada como uma doença “dos nervos” (BRIGGS, 2000). Contudo, o próprio Joseph Taber Johnson considerou que as mulheres negras eram incapazes de receber impressões sobre o sistema nervoso e por isso não sofriam de “nervosismo”, ignorando os dados coletados a partir de cerca de 2.000 partos de mulheres afro-americanas com a alegação de que simplesmente estavam errados.

Médicos como Joseph Taber Johnson elaboraram também características anatômicas para distinguir mulheres ditas por eles selvagens das mulheres brancas. Johnson criou comparações entre a pélvis de mulheres negras e a de gorilas, para comprovar a “selvageria” dessas mulheres. Nesse sentido, ele afirmava que, assim como a de um gorila, a pélvis da mulher negra seria menor, enquanto a da mulher branca havia crescido para acomodar o tamanho superior da cabeça do bebê e a inteligência das raças consideradas civilizadas (BRIGGS, 2000). Esse fato atesta o quão intensa foi a desumanização de mulheres negras no passado e o quão intenso precisa ser o combate por parte da ciência para que esse tipo de racismo científico não continue se perpetuando. Desumanizar a mulher negra e tratá-la como selvagem foi benéfico para os médicos e para a medicina ginecológica, mas extremamente maléfico para essas mulheres. Diante dessa concepção de seres selvagens e sem sentimentos, fortes e resistentes, mulheres negras eram consideradas o “material” adequado para a realização de experimentos médicos (BRIGGS, 2000).

Dessa forma, os Estados Unidos ganharam reconhecimento e credibilidade no campo da obstetrícia e ginecologia devido às especialidades cirúrgicas desenvolvidas no século XIX, mas tais feitos só se deram devido ao sistema nervoso da mulher negra ser considerado subdesenvolvido e por isso julgavam-nas incapazes de sentir dor. Assim, não utilizavam anestesia nessas mulheres que eram tratadas como cobaias de experimentos cirúrgicos cujos

riscos eram fatais, como o de retirada de seus ovários, por exemplo, e quando elas não sobreviviam, tinham seus corpos dissecados (BRIGGS, 2000).

James Marion Sims é o médico mais reconhecido a respeito dos méritos ginecológicos estadunidenses. Muito se fala sobre seus feitos no campo da ginecologia e dos bens que ele acarretou à vida e na saúde de mulheres brancas, mas pouco se fala sobre ele ter aperfeiçoado suas técnicas no corpo de mulheres negras escravizadas. Dentre suas vítimas, Anarcha Westcott foi a mais conhecida, havendo até mesmo pinturas representando-a enquanto era utilizada como cobaia por James Marion Sims. Foram realizadas em Anarcha cerca de 29 cirurgias e outras 9 operações malsucedidas para que Sims aperfeiçoasse seu método em fístulas vesico-vaginais. Há registros de que além de Anarcha haviam em torno de outras seis mulheres passando por essa situação desumanizadora e torturante (BRIGGS, 2000).

No caso da obstetrícia, a inovação cirúrgica foi a cesariana. No século XIX essa era uma possibilidade de parto considerada altamente arriscada, comparada a um assassinato. Mesmo assim, em 1879, Robert Harris compilou cem casos de cesarianas realizadas nos Estados Unidos e observou que a maioria dessas cirurgias teriam sido realizadas em mulheres negras, em geral, escravizadas, e as taxas de mortalidade também eram mais altas para as mulheres negras (BRIGGS, 2000), pois as tecnologias pelas quais mulheres “civilizadas” e mulheres “selvagens” eram tratadas pelos médicos eram muito diferentes. Mulheres brancas, ditas civilizadas, eram observadas em suas casas nos episódios de doenças ou em seus partos, enquanto mulheres negras, ditas selvagens, eram lidas em dispensários hospitalares ou em museus (BRIGGS, 2000).

O trabalho árduo imposto a mulheres negras pelo regime escravista, aliado a um trabalho reprodutivo que também foi afetado pela escravidão, já que os filhos que geravam não seriam delas, mas dos seus proprietários, afetava a saúde dessas mulheres. Muitas morriam durante os partos por não conseguirem passar a gravidez sem repouso, sem boa alimentação, sob a realização de trabalhos pesados, sendo castigadas fisicamente caso as tarefas não agradassem o senhor, e ainda assim tendo que reunir forças para dar à luz (OWENS, 2017). Por mais que os médicos do século XIX examinassem mulheres negras, esse era um trabalho em prol dos homens brancos compradores e vendedores de pessoas escravizadas; não havia preocupação por parte desses médicos com as mulheres negras que examinavam. Dessa forma, a medicina estadunidense do século XIX tratava as mulheres negras de maneira experimental e arriscada (OWENS, 2017).

Julia Brown é o nome de uma das mulheres que morreram após dar à luz enquanto escravizadas porque não tiveram a oportunidade de se curar durante repouso. O caso de Julia Brown representa como os médicos do século XIX praticavam medicina no corpo de mulheres negras: arriscavam sua morte em um esforço para buscar a evolução dos tratamentos que seriam aplicados em mulheres brancas. Mesmo que mantivessem relações com os proprietários e compradores dessas mulheres escravizadas, seu bem-estar não era considerado; o que demonstra como o valor da vida das pessoas negras mudava frequentemente de acordo com as medições de cada sujeito escravista numa escala que permanecia móvel (OWENS, 2017).

O desamparo durante as práticas médicas realizadas em seus corpos era um elo comum entre as vivências dessas mulheres escravizadas. Por mais que mulheres negras fossem capazes de resistir à escravidão e à opressão, as circunstâncias frequentemente limitavam sua possibilidade de desafiar seus senhores, as quais envolviam até mesmo a amamentação dos filhos brancos das famílias senhoriais com o leite que deveria nutrir e desenvolver os próprios filhos, já que além do trabalho árduo elas ainda precisavam cumprir um trabalho reprodutivo às custas do bem-estar de si mesmas e de seus próprios filhos (OWENS, 2017). Dessa maneira, a escravidão e a ascensão da ginecologia estadunidense são processos que envolvem a vida, mas também a morte de mulheres negras (OWENS, 2017).

O corpo feminino negro somente foi tão extremamente hiper sexualizado, masculinizado e classificado como portador de uma força bruta que transcendia a suposta fragilidade feminina porque a ciência e a medicina validaram e alimentaram tais ideologias, de forma que tais inverdades levaram à crença predominante e insistente de que mulheres negras eram imunes à dor (OWENS, 2017). Delia Garlic, uma mulher negra escravizada, pôde relatar como sua patroa se espantou quando Delia caiu inconsciente após sua patroa tê-la atingido com um pedaço de madeira na cabeça: ela declara ter ouvido a senhora dizer que achava que seu crânio era grosso e por isso não sentiria a dor da pancada (OWENS, 2017). Há também o relato da ex-escrava Harriet Jacobs que lembra como seu dono forçou outra mulher escravizada a se alimentar da comida que havia matado o cachorro da família, pois o senhor acreditava que o estômago dela era mais resistente que o do cachorro (OWENS, 2017). Observamos, portanto, que apesar da animalização das mulheres negras, os brancos as julgavam inferiores até mesmo que os animais, ainda que contraditoriamente acreditassem que fossem mais resistentes e fortes que eles.

Como tudo o que vimos até aqui a respeito dos estudos eugênicos, haviam contradições nesses discursos médicos a respeito das comparações de mulheres negras com macacos e a afirmação da sua falta de sensibilidade. Um exemplo disso é a impossibilidade de conciliar a ideia de que mulheres brancas e negras sejam anatomicamente diferentes, mas testarem em corpos de mulheres negras tratamentos que seriam aplicados em corpos femininos brancos. Se a anatomia dos corpos era diferente, por que os tratamentos eram bem sucedidos nos corpos das mulheres brancas? (BRIGGS, 2000) Teriam os médicos estabelecido essas diferenças apenas para justificar a realização de métodos perigosos e dolorosos nos corpos de mulheres negras para que nas mulheres brancas eles estivessem preparados para não causar dor?

A saúde de mulheres negras foi altamente prejudicada devido ao que chamamos hoje de racismo científico, já explorado anteriormente. Isso porque os médicos insistiam que as doenças graves que elas contraíram, com tumores uterinos grandes e frequentes, no caso da área da ginecologia, eram uma patologia inerente à fisiologia das mulheres negras, e não associavam esses problemas de saúde à falta de acesso à cuidados médicos (BRIGGS, 2000). Esse fato aponta uma outra contradição: a alta taxa de mortalidade de mulheres negras devido aos cânceres uterinos não despertava nos médicos e cientistas o ímpeto de reavaliar as afirmações relacionadas à essas mulheres serem mais fortes e mais resistentes e imperturbáveis por doenças (BRIGGS, 2000). Tudo isso comprova que a narrativa da diferença aplicada na ciência e na medicina era forte o suficiente para passar por cima das contradições; a motivação em inferiorizar a população negra, trazendo especificidades de inferiorização e desumanização para mulheres negras era mais forte que o compromisso com a ciência e com a verdade.

Os discursos eugênicos aliados aos estudos ginecológicos foram capazes de resolver tudo o que os brancos consideravam um problema no século XIX: as ambiguidades culturais e raciais, as questões imigratórias, o imperialismo, as guerras indígenas, a urbanização, a industrialização, o papel que a população negra ocuparia socialmente, o papel social da mulher, dentre outros. Tudo isso foi facilmente resumido à única solução de colocar a raça branca como superior e as demais como inferiores. E quando julgaram as mulheres brancas ditas históricas como incapazes de se reproduzir, colocando a raça branca em perigo, as que ainda se dedicavam “ao lar” e a ter filhos eram exaltadas, enquanto a reprodução da mulher negra era o mal que afligia a humanidade. Por isso, entender questões de gênero juntamente com as questões raciais é importante para que não se perca componentes-chave da história geral. (BRIGGS, 2000)



Mulheres negras e o modo como eram tratadas, nesse caso em particular pelos cirurgiões ginecologistas, mas também em outros contextos do século XIX, evidenciaram as contradições desse século, já que elas foram vitais para as pesquisas, mas dispensáveis quando seus corpos não eram mais necessários (OWENS, 2017). Diante das mortes, ou dos adoecimentos decorrentes dos experimentos realizados nos corpos de mulheres negras, que implicavam perda de dinheiro, já que essas mulheres não poderiam mais ser vendidas ou compradas, alguns médicos e cirurgiões do século XIX buscaram evitar que danos graves acontecessem à medida que surgiam novas crises. Nesse contexto, William Beaumont, médico anterior à guerra, criou regras para pesquisa médica em 1833 que forneciam uma base ética que deveria ser seguida nos tratamentos não terapêuticos realizados em corpos humanos (OWENS, 2017).

Dentre essas regras estava o dever de especialização por parte do médico na área da experimentação buscada; buscar realizar estudos experimentais apenas em último caso quando a informação não pudesse ser obtida de outra forma; haver responsabilidade por parte do investigador; seguir uma abordagem metodológica adequada para que o máximo de conhecimento seja obtido caso seja necessária uma experiência no corpo humano; o consentimento do sujeito voluntário deveria ser necessário; interromper o experimento caso haja sofrimento do voluntário (OWENS, 2017). Essas regras não foram pensadas especificamente para os experimentos realizados em mulheres negras, mas a experimentação em mulheres escravizadas era extensa. Portanto, em dados momentos, pensando mais no lucro que na humanidade dessas mulheres, tais regras eram aplicadas, buscando o objetivo de aumentar o sucesso reprodutivo dessas mulheres, para que gerassem mais escravizados, e para que produzissem mais leite para amamentar os filhos dos senhores (OWENS, 2017).

Assim, é evidente que a medicina do século XIX anulou o sofrimento negro como parte da experiência humana (OWENS, 2017). As contradições desse século são expostas ao se observar que se elaboraram regras éticas para tratar corpos humanos experimentalmente, mas desconsideravam que corpos negros são humanos e ainda afirmavam que esses corpos não sentiam dor, para justificar as atrocidades cometidas (OWENS, 2017). Apagaram da história as mulheres negras que adoeceram, enfraqueceram e morreram para sustentar a narrativa de que elas eram fortes e resistentes; roubaram a humanidade dessas mulheres, a possibilidade de elas sentirem não só dor, mas também alegria, satisfação, medo, esperança, sentimentos complexos inerentes a qualquer ser humano, mas que não lhes foi permitido, já que pelos olhos da ciência elas não eram humanas. Além disso, é bastante ambíguo o tratamento para com as mulheres negras desde tal século: ora são valiosas, ora são descartáveis.

No geral, a medicina olhava para mulheres negras buscando aperfeiçoar suas próprias habilidades e proteger, assim como aumentar, os interesses econômicos dos proprietários de escravos (OWENS, 2017). Decorrente disso, havia um aumento de corpos reprodutores negros femininos saudáveis, mas em prol de perpetuar a instituição da escravidão, e não do bem-estar dessas mulheres. Essa é a relação próxima e interdependente que havia entre escravidão, medicina, capitalismo e gênero no século XIX (OWENS, 2017).

Nos séculos posteriores ao XIX, o racismo foi legitimado pela segregação racial, velada ou não, e outras artimanhas utilizadas para definir um lugar para pessoas negras e outro para pessoas brancas nos ambientes físicos, na sociedade e no imaginário construído a partir da ciência, da literatura, da arte, do cinema, das músicas e das práticas sociais (DAVIS, 2019).

É possível propor que mulheres negras talvez não precisariam ser diferenciadas como mulheres negras caso não houvesse um movimento colonizador exploratório amparado na discriminação racial e no machismo (WERNECK, 2010). Tal proposta não está aqui com o objetivo de criar projeções de cenários, mas para destacar a amplitude do impacto do entrelaçamento envolvendo colonização, escravidão, estigmas médicos e científicos, representações imagéticas e literárias capazes de construir uma identidade para a mulher negra sem que ela fizesse parte da construção dessa narrativa (WERNECK, 2010). Claro que por trás dessas articulações as mulheres negras estavam lutando por sua autoidentificação e diversidade como agentes históricas e políticas, mas essas lutas se davam a partir de condições desvantajosas e desiguais (WERNECK, 2010). Além disso, a historiografia se valeu mais das narrativas construídas para elas do que das narrativas construídas por elas. Antes da colonização mulheres negras eram apenas mulheres que poderiam ser trabalhadoras, donas de casa, líderes matriarcais e rainhas, mas durante e após a colonização e a escravidão, elas precisaram ser resistentes e gastar muita energia apenas para sobreviver e conquistar liberdade.

Com o fim do regime escravista surgem outras reivindicações; passaram então a buscar a garantia de participação equitativa de homens e mulheres negras na sociedade brasileira (WERNECK, 2010), luta que ainda perdura atualmente. Um exemplo mais atual de onde as lutas de mulheres negras chegou foi a fundação da primeira associação de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo em 1930, visando a integração da população negra na sociedade pós-escravista brasileira. A principal fundadora foi Laudelina Campos Melo, que também era uma ativista integrante da Frente Negra Brasileira (WERNECK, 2010). Sabemos

da centralidade do trabalho doméstico executado por mulheres negras na história do país, por isso lutar por ele era e é também lutar pela integração dessas mulheres na sociedade.

O lugar ocupado pelas mulheres negras ao longo da história é, na verdade, um não lugar, à margem. Muitas vezes elas são protagonistas e encabeçadoras de movimentos, mas tem suas ideias tomadas e o reconhecimento fica para os que têm mais poder de discurso (FOUCAULT, 1996). Isso aconteceu na música, com o exemplo de Rosetta Tharpe, uma mulher negra pioneira do ritmo que ficou conhecido como rock, cujo protagonismo do gênero musical foi tomado por Elvis Presley (WALD, 2023); aconteceu na política, com o exemplo do feminismo; acontece na moda, na arte, e em diversos meios culturais. Em suma, o lugar que as mulheres negras ocupam atualmente ainda é o lugar de busca pelo lugar próprio e individual.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise dos discursos eugenistas presentes nos relatos de viagem, assim como nas fotografias e representações artísticas da época, chegamos ao objetivo final que era tratar da responsabilidade da ciência do século XIX na concepção do que se reconhece atualmente como racismo científico, evidenciando as especificidades vivenciadas a partir das combinações de raça e gênero. Entendendo que esses discursos derivaram discriminações raciais e especificidades de gênero para com as mulheres negras. Conclui-se que o século XIX elaborou uma estratégia pautada em ciência e poder aliados em prol de criação de políticas direcionadas ao benefício da população branca e principalmente masculina. Tais políticas acabaram por ter cunhos preconceituosos e até mesmo genocidas pautados em criações de conceitos de diferenças biológicas. Também em função da construção de uma identidade nacional pautaram que a raça negra misturada as outras raças impediria o progresso do Brasil. Gerando dessa forma as propostas de branqueamento da população, o incentivo da imigração de povos que branqueariam o país, a regulamentação dos casamentos, o segregacionismo velado e as políticas higienistas de esterilização.

Percebemos no relato do casal Agassiz a falta de profundidade na busca pelo significado dos aspectos culturais dos povos que pareciam estranhos aos seus olhos, principalmente no que se tratava dos povos negros e indígenas. A partir disso é possível notar que a noção de mestiçagem estabelecida no século XIX estava mais associada ao senso comum do que a comprovações científicas em vias de fato. Tanto os Agassiz quanto os demais naturalistas pouco ou nada ofereciam em relação a comprovações ou dados estatísticos que embasassem suas colocações. Tudo o que fazia parte do contexto que se estabelecia no século XIX culmina na conclusão de que tais abordagens teóricas estavam mais motivadas por interesses que por ambição de busca pela verdade científica. As consequências disso podem ser notadas ainda nos dias de hoje a partir da precariedade de políticas públicas de reparação e direcionadas a equidade racial e de gênero na saúde, educação e qualidade de vida em geral para a população negra e especificamente em relação às mulheres negras que sofrem subjugações de raça e gênero conjuntamente.

Excluir mulheres negras das histórias da política e do feminismo foi benéfico não somente para os homens, mas também para as mulheres brancas, como Luís e Elizabeth Agassiz, que puderam reordenar da história de acordo com seus próprios interesses. Assim, é preciso desmistificar a ideia de que a eugenia foi uma ciência desenvolvida e aplicada a partir do contexto nazista alemão. Entendendo como tais ideias foram desenvolvidas no contexto

brasileiro. Podemos perceber ao longo dessa pesquisa que nessa perspectiva a mulher negra acaba sendo classificada como não humana, se vendo constantemente em lugares resultados de articulações históricas, políticas e culturais estabelecidas pela dominação eurocêntrica, pelo regime escravista e pela modernidade racista. Assim, mulheres negras ao longo da história foram impossibilitadas de existirem como sujeitos e terem seu próprio lugar. Sendo obrigadas a estarem sempre envoltas a questões políticas, estratégias e experimentos de outros. Ao terem suas vivências explanadas, tais expressões são tomadas como discurso político, mesmo quando não há intenção. Diferente da mulher branca que foi retratada ao longo da história e da ciência como um indivíduo. E por isso consegue se expressar a partir de particularidades. Luís e Elizabeth Agassiz exemplificam bem como mulheres brancas souberam articular seu lugar social ao lado de homens brancos em benefício próprio, tendo também responsabilidades na construção do racismo que afeta mulheres negras, além das questões atribuídas ao gênero que afetam ambas em gêneros, níveis e graus diferentes.

## FONTE BIBLIOGRÁFICA

AGASSIZ, Jean Luís Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2000.

## REFERÊNCIAS

AGASSIZ, Elizabeth Cary (Org.). **Louis Agassiz: his life and correspondence**. Boston/New York: Houghton, Mifflin and Company, 1885.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 12-32.

ANTUNES, Anderson Pereira. **A mulher viajante no Oitocentos**: Elizabeth Agassiz e a Expedição Thayer (1865-1866). 2021. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Escola de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, abr. 2005.

BRIGGS, Laura. The race of hysteria: “overcivilization” and the “savage” woman in late nineteenth-century obstetrics and gynecology. **American Quarterly**, Baltimore, v. 52, n. 2, p. 246-273, jun. 2000.

BRITTO, Fernanda Lacerda Chagas; CARVALHO, Grasielle Borges Vieira de. Corpos que não importam: uma análise dos homicídios por transfobia no Brasil após as recomendações emitidas pela comissão interamericana de direitos humanos de 2015 a 2020. **Interfaces Científicas – Direito**, [S.l.], v. 8, n. 3, p. 139-152, out. 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 153-174.

CAETANO, Janaína Oliveira; CASTRO, Helena Carla. Dandara dos Palmares: uma proposta para introduzir uma heroína negra no ambiente escolar. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 14, n. 27, p. 153-179, jan./jun. 2020.

CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 18-27, mar./jun. 2010.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Cesare Lombroso e Raimundo Nina Rodrigues entre as ciências do século XIX: o estudo do negro como criminoso. **Chaos e Kosmos**, Roma, n. XV, p. 1-23, 2014.

CASTILHO, Ildefonso Archer de. **Higiene da primeira infância**: these, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & Companhia. 1882.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, Campinas, n. 19, p. 33-62, 2010.

COSTA, Ananda de Oliveira Queiroz. **Da escravidão às garupas urbanas**: a precarização do trabalho. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2020.

CRANE, Diana. **A moda e seu papel social**: classe, gênero e identidade das roupas. São Paulo: Senac, 2006.

CURRAN, Andrew. **The anatomy of blackness: science and slavery in an age of enlightenment.** Baltimore: JHU Press, 2011.

DAVIS, Angela Yvonne. **Uma autobiografia.** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

DUARTE, Eduardo de Assis. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Scripta,** Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 63-78, dez. 2009.

DIRKS, NicholasB. "**Lendo a Cultura: Antropologia e a Textualização.**" *Culture/Contexture: Explorations in Anthropology and Literary Studies* (1996): 275.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.** São Paulo: Editora Contexto, 2007.

CARMO, Viviane Arruda do; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Charles Darwin, Alfred Russel Wallace e a seleção natural: um estudo comparativo. **Filosofia e História da Biologia,** São Paulo, v. 1, p. 335-350, 2006.

DUNN, Leslie Clarence. Raça e biologia. In: DUNN, Leslie Clarence; MORANT, Geoffrey McKay; SHAPIRO, Harry; ROSE, Arnold; KLINEBERG, Otto; JAHODA, Marie. **Raça e ciência.** v. 2. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FANON, Frantz. **Black skin, white masks.** New York: Grove Press, 1968.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder.** São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da "raça branca".** São Paulo: Globo, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.



FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global, 2019.

GILMAN, Sander, **Difference and pathology**: stereotypes of sexuality, race and madness. Ithaca: Cornell University Press, 1985b.

HASENBALG, Carlos; HUNTINGTON, Suellen. Brazilian racial democracy: Reality or myth? **Humboldt Journal of Social Relations**, v. 10, n. 1, p. 129-142, 1982.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

JENKINS, Earnestine Lovelle. **Race, representation & photography in 19th-century Memphis**: from slavery to Jim Crow. New York: Routledge, 2017.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. 'Amas mercenárias': o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas-Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 305-324, 2009.

KURY, Lorelai. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 157-172, 2001.

LEITE, Miriam Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

LEITE, Miriam Moreira. Naturalistas Viajantes. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 7-19, fev. 1995.

LESSA, Fábio de Souza. Comportamento feminino e vida cotidiana no gineceu. **PHOÏNIX**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 181-193, 1998.

LIMA, André Luís de Souza. Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas. **Revista PHILIA: Filosofia, Literatura & Arte**, v. 3, n. 1, p. 2-20, 2021.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo; HUBER, Sacha. **Rastros e raças de Louis Agassiz**: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje. São Paulo: Expressão e Arte, 2010.

MACIEL, Maria Eunice de Souza. A eugenia no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 121-143, jul. 1999.

MACIEL, Mariana Valle. **A dominância política do partido republicano**: das suas origens até 1800. 2015. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**, v. 30, n. 2, p. 265-286, 2018.

MAIA, Ludmila de Souza. Viajantes de saias: escritoras e ideias antiescravistas numa perspectiva transnacional (Brasil, século XIX). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, p. 61-81, 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. Sociologia e ensino superior: encontro ou desencontro? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 100-127, abr. 2012.

MENESES, Paulo. Etnocentrismo e relativismo cultural. **Síntese**, Belo Horizonte, v. 27, n. 88, p. 245-254, jan. 2000.

MULVEY, Laura. **Visual and Other Pleasures**. Basingstoke: Macmillan, 1993.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 259-263.

NASCIMENTO, Solange Aparecida do; ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. Cosmogonia africana: a resistência das religiões africanas na contemporaneidade. **Revista Escritas**, Araguaína, v. 8, n. 1, p. 88-106, 2016.

OWENS, Deirdre Cooper. **Medical bondage**: race, gender, and the origins of american gynecology. Athens: University of Georgia Press, 2017.

PATON, Lucy Allen. **Elizabeth Cary Agassiz**: a biography, with illustrations. Boston and New York: Houghton Mifflin Company, 1919.

PEIXOTO, Ana Lúcia Uchoa; ALVES, Marieta; SOUZA, Maria Júlia Alves de. **Museu do traje e do têxtil**: fundação instituto feminino da Bahia. Salvador: Fundação Instituto Feminino da Bahia, 2003.

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

PONZANESI, Sandra. **Beyond the black Venus**. colonial sexual politics and contemporary visual practices revisited. In: AMKPA, Awan; TOSCANO, Ellen Mary (Orgs.). **ReSignification** – European blackamoors, Africana readings. Roma: Postcart, 2017.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

REIS, Celso Eugenio dos. **Do aleitamento natural, artificial e mixto em geral, e em particular do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro**: these, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oliveira e Silva. 1882.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres e educação no Brasil-colônia: histórias entrecruzadas. **HISTEDBR** – Navegando na história da educação brasileira, Campinas, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

ROGERS, Molly; BLIGHT, David. **Delia's tears: race, science, and photography in nineteenth-century America.** New Haven: Yale University Press, 2010.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1215-1234, 2014.

SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Em busca do elo perdido: a Teoria da Grande Cadeia do Ser no Brasil do século XIX. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, n. 1, p. 183-193, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil - 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Eliaidina Wagna Oliveira da. A mulher negra e o estigma de empregada doméstica, causas de vulnerabilidades e exposição ao COVID-19. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 13, n. 36, p. 729–755, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1170>. Acesso em: 20 maio. 2023.

SOARES, Cecília Moreira. **Mulher negra na Bahia no século XIX.** 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço.** 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda no século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STEDILE, João Pedro. A reforma agrária nos EUA. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. v. 1. p. 43-49.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TURAZZI, Maria Inez. A exposição de história do Brasil de 1881 e a construção do patrimônio iconográfico. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XVII., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2016.

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. Brasília: Brasiliense, 1955.

VASQUES, Ronaldo Salvador. Fronteiras, cultura street e moda brasileira nos anos 1960 e 1970: uma discussão prévia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, IV., 2009, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: UEM, 2009.

VASQUES, Ronaldo Salvador. **Identificação e análise do vestuário/têxteis presente em museus do traje e moda do século XIX**. 2018. Tese (Doutorado em Engenharia Têxtil) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Guimarães, 2018.

VASQUES, Ronaldo Salvador; MORAIS, Emanuelle Corrêa; FORTUNATO, Fabrício de Souza; BRITO, Márcia Regina Paiva de. Uma questão de gênero: o vestuário da mulher negra brasileira no século XIX na Bahia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 38377–38388, abr. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/28173>. Acesso em: 6 jun. 2023.

VIEIRA, Andressa Santos. **Sob peles negras: imaginário, repressão e representação visual de mulheres negras no Brasil dos séculos XIX e XX**. 2017. 151 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

WALD, Gayle. **Shout, Sister, shout!** The untold story of rock-and-roll trailblazer Sister Rosetta Tharpe. Boston: Beacon Press, 2023.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. As políticas migratórias brasileiras do século XIX ao século XXI: uma leitura biopolítica do movimento pendular entre democracia e autoritarismo. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 2330-2358, out./dez. 2020.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 07-17, mar./jun. 2010.